

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE ARTES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

Franciele Farias Sepel

O POLÍTICO NAS LEIS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO

Santa Maria, RS
2019

Franciele Farias Sepel

O POLÍTICO NAS LEIS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestre em Estudos Linguísticos**.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Taís da Silva Martins

Santa Maria, RS
2019

Sepel, Franciele Farias
O POLÍTICO NAS LEIS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO / Franciele
Farias Sepel.- 2019.
133 p.; 30 cm

Orientadora: Tais da Silva Martins
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Artes e Letras, Programa de Pós-Graduação
em Letras, RS, 2019

1. Escola sem Partido 2. LDB 3. Efeitos de sentido 4.
Política e político 5. Discurso I. Martins, Tais da Silva
II. Título.

Franciele Farias Sepel

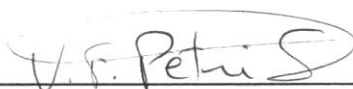
O POLÍTICO NAS LEIS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, Área de Concentração Estudos Linguísticos, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Mestra em Letras**.

Aprovada em 12 de março de 2019:



Taís da Silva Martins, Dr.^a (UFSM)
(Presidente/Orientadora)



Verli Fátima Petri da Silveira, Dr.^a (UFSM)



Renata Patrícia Corrêa Coutinho, Dr.^a (Unipampa)

Santa Maria, RS
2019

DEDICATÓRIA

À minha família, minha mãe Áurea Farias Sepel, meu pai Francisco Sepel, minhas tias Maria Joaquina Farias e Idalina Farias, dedico este trabalho. Infelizmente não presenciaram este momento fisicamente, mas o amor incondicional e o exemplo de luta me acompanham e fortalecem.

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, causa primeira de todas as coisas.

Gratidão à universidade pública, sem a qual nenhum sonho seria possível.

Gratidão à Prof.^a Dr.^a Taís da Silva Martins pela orientação e apoio constantes.

Gratidão ao Marcio Gallina Rêgo pelo árduo trabalho de revisão, pelo incentivo e por acreditar em mim quando até eu duvidava.

Gratidão ao Marcio Augusto Milani por toda a dedicação neste período.

Gratidão à Prof.^a Dr.^a Viviane Brust por todas as sugestões.

“Neutro é quem já se decidiu pelo mais forte.”

(Max Weber)

RESUMO

O POLÍTICO NAS LEIS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO

AUTORA: Franciele Farias Sepel

ORIENTADORA: Prof.^a Dr.^a Taís da Silva Martins

No atual cenário educacional brasileiro, a considerar a segunda década do século XXI ainda não terminada, uma proposta de alteração nas leis educacionais se torna polêmica: a tentativa de inserção do “Projeto de Lei Escola sem Partido” (PLESP) na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). O PLESP, em suas posições, tem inspirado a proposição de vários outros projetos que intencionam coibir a prática pedagógica do professor, objetivando evitar uma suposta “doutrinação” ideológica e política em sala de aula. Essa proposta de lei é amplamente questionada, pois, entre outras questões, indica que toda sala de aula deva ter um cartaz, no qual constem novas diretrizes ao docente, as quais, por sua vez, visam a determinar como o professor deve se portar e, inclusive, o que pode dizer ou o que precisa silenciar, estando passível a punições se/quando considerado transgressor. Esse projeto, dado seu caráter, está sendo discutido, seja por simpatizantes, seja por seus críticos, ao mesmo tempo em que está sendo apresentado em diversas instâncias, a saber: em nível nacional, o Senado Federal e o Congresso Nacional; em nível estadual em, pelo menos, em dezessete Assembleias Legislativas de unidades federativas; em nível municipal, em oitenta e cinco Câmaras de Vereadores de municípios brasileiros. Neste trabalho, portanto, temos como objetivo refletir sobre a referida questão, tomando como materialidades discursivas para análise, recortes discursivos do vídeo “Roda Viva | Leandro Karnal, 04/07/2016”, do artigo “UFPR diz que ‘Escola sem Partido’ limita ensino e pode gerar perseguições”, de autoria de Rogerio Galindo e do vídeo “Prof. Fernando Penna - Audiência Pública sobre ‘Escola sem Partido’ (Senado Federal 16/11/2016)”, e alguns dos respectivos comentários no âmbito digital. O suporte teórico a ser utilizado serão os conceitos da Análise de Discurso de linha francesa (AD), agregados aos conceitos de “Política” e “Político” a partir de Aristóteles, Hannah Arendt e Jacques Rancière, bem como de “Direita” e “Esquerda”, por Joelza Ester Domingues e Bertoni de Oliveira Sousa. Neste trabalho, ainda, tratamos de observar possíveis impactos na Educação e na sociedade brasileira como um todo, caso ocorra a implementação do Projeto de Lei Escola sem Partido e, ainda, de proceder à interpretação do PLESP, com base no dito pelos autores do *corpus* eleito.

Palavras-chaves: Escola sem Partido. LDB. Efeitos de Sentido. Política e Político.

ABSTRACT

THE POLITICIAN IN THE NATIONAL EDUCATION LAWS

Author: Franciele Farias Sepel
Advisor: Prof.^a Dr.^a Taís da Silva Martins

In the current Brazilian educational scenario, considering the second decade of the 21st century not finished yet, a proposal to change educational laws becomes controversial: the attempt to insert the “Projeto de Lei Escola sem Partido” (PLESP) in law of Diretrizes e Bases da Educação (LDB). The PLESP in its positions, has inspired the proposition of several other projects that intend to dispense with the teacher's pedagogical practice, aiming to avoid an alleged ideological and political “indoctrination” in the classroom. This proposal is widely questioned because, among other issues, it indicates that every classroom should have a poster, which contains new guidelines for the teacher, which, in turn, aim to determine how the teacher should behave and including what you can say or what you need to silence, being liable to punishment if/when considered a offender. This project, given its character, is being discussed, either by supporters or critics, at the same time as it is being presented in several instances, namely: at the national level, the Senado Federal and the Congresso Nacional; at the state level in at least seventeen Assembléias Legislativas of federative units; at the municipal level, in eighty-five city councils of Brazilian municipalities. In this paper, therefore, we aim to reflect on this issue, taking as discursive materialities for analysis, discursive clippings of the vídeo “Roda Viva | Leandro Karnal, 04/07/2016”, of article “UFPR diz que ‘Escola sem Partido’ limita ensino e pode gerar perseguições” by Rogério Galindo and the vídeo “Prof. Fernando Penna - Audiência Pública sobre “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016)” and some of their comments in the digital scope. The theoretical support to be used will be the concepts of French Line Discourse Analysis (AD), added to the concepts of “politics” and “political” from Aristóteles, Hannah Arendt and Jacques Rancière as well as “Left and “Right” by Joelza Ester Domingues e Bertoni de Oliveira Sousa. Also, in this paper we try to observe possible impacts on Education and on Brazilian society as a whole if the implementation of Projeto de Escola sem Partido occurs and also to interpretation of the PLESP based on what was said by the authors of the elected *corpus*.

Keywords: Escola sem Partido. LDB. Sense Effects. Politics and Political.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Cartaz do Movimento “Escola sem Partido”	44
Figura 02 - Vídeo 01: “Roda Viva Leandro carnal 04/07/2016”	70
Figura 03 - RD 08 - C1(1)	78
Figura 04 - RD 09 - C2(1)	78
Figura 05 - RD 10 - C3(1)	79
Figura 06 - RD 11 - C4(1)	81
Figura 07 - RD 12 - C5(1)	82
Figura 08 - RD 13 - C6(1)	82
Figura 09 - RD 14 - C7(1)	83
Figura 10 - RD 15 - C8(1)	84
Figura 11 - RD 16 - C9(1)	85
Figura 12 - RD 17 - C10(1)	85
Figura 13 - RD 18 - C11(1)	86
Figura 14 - RD 19 - C12(1)	87
Figura 15 - RD 26 - C1(2)	92
Figura 16 - RD 27 - C2(2)	93
Figura 17 - RD 29 - C4(2)	94
Figura 18 - RD 30 - C5(2)	94
Figura 19 - RD 31 - C6(2)	95
Figura 20 - Vídeo 05: “Prof. Fernando Penna - Audiência Pública sobre “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016)”	96
Figura 21 - “Professor ‘vomita’ toda a sua ‘doutrinação’ na mente de alunos Indefesos.”	101
Figura 22 - RD 39 - C1(3)	102
Figura 23 - RD 40 - C2(3)	103
Figura 24 - RD 41 - C3(3)	103
Figura 25 - RD 42 - C4(3)	103

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Objetivos do “Movimento Escola sem Partido”	37
Quadro 02 - Referências a direitos adquiridos e não respeitados, segundo o PLESP	40
Quadro 03 - Recorte textual do vídeo “Roda Viva Leandro Karnal 04/07/2016”	70
Quadro 04 - Artigo: “UFPR diz que ‘Escola sem Partido’ limita ensino e pode gerar perseguições”, de autoria de Rogerio Galindo	88
Quadro 05 - Recorte textual do vídeo “Prof. Fernando Penna na Audiência Pública sobre ‘escola sem partido’ (Senado Federal 16/11/2016)” .	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - PLESP a nível estadual, no Brasil	45
Tabela 02 - PLESP a nível municipal, no Brasil, e seu respectivo status	46

LISTA DE ABREVIATURAS

AD	Análise do Discurso
AIE	Aparelhos Ideológicos do Estado
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CMP	Contestado pelo Ministério Público Federal
ESP	Escola sem Partido
EV	Em Vigor
LDB	Leis de Diretrizes e Bases da Educação
MESP	Movimento Escola sem Partido
MPF	Ministério Público Federal
PESP	Programa Escola sem Partido
PFDC	Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
PL	Projeto de Lei
PLESP	Projeto de Lei Escola sem Partido
PT	Partido dos Trabalhadores
PV	Posteriormente Vetado
RD	Recorte Discursivo
SPL	Suspenso por Liminar
VP	Vetado pelo Prefeito
C1, C2...	Comentário 1, 2...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	29
1 A LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO E POSSÍVEIS ALTERAÇÕES.....	32
1.1 PALAVRAS SOBRE A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO	32
1.2 PALAVRAS SOBRE A ESCOLA SEM PARTIDO	33
1.2.1 Um Breve Histórico do “Escola Sem Partido”	33
1.2.2 Um Movimento: O “Escola Sem Partido”	36
1.2.3 Um Projeto de Lei: O “Escola Sem Partido”	38
2 MOBILIZANDO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO	50
2.1 SOBRE A TEORIA - ALGUNS CONCEITOS	51
2.2 A POLÍTICA E O POLÍTICO	61
2.3 “DIREITA” E “ESQUERDA”	65
2.4 SOBRE AS ANÁLISES	68
2.1.1 Primeira análise: Entrevista de Leandro Karnal e Comentários.....	69
2.1.2 Segunda análise: Artigo de Rogério Galindo e comentários.....	88
2.1.3 Terceira análise: Fernando Penna em audiência pública e comentários.....	96
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
BIBLIOGRÁFICAS	109
ANEXO I	112
ANEXO II	116

INTRODUÇÃO

A conjuntura política no Brasil, nesta segunda década do século XXI tem sido, pela realidade que reflete e evidencia, motivo de constante debate e de profunda preocupação, haja vista, juntamente com processos de eleições e o recente processo do *impeachment*¹, a investidura em modificações na “Consolidação das Leis do Trabalho” (CLT)², assim como na Lei sobre Crimes Ambientais³, por muitas apontadas como fontes de retrocesso por, gradativamente, não só incidirem na retirada de conquistas de alguns direitos dos trabalhadores e no que tange à preservação ambiental, mas também por apontarem para uma acentuada crise a atingir, especialmente, a população de médio e baixo poder aquisitivo, ou seja, a maioria da população do país. No setor educacional, a instabilidade não se diferencia da dos outros setores, manifestando-se, em suas falhas e consequências, em proporções gigantescas, a agravar os já existentes e complexos problemas, conforme refletem os dados coletados a partir do sistema nacional de avaliação do ensino⁴. Dessa forma, faz-se necessário refletir sobre questões essas, que se mostram não somente significativas, mas pertinentes e necessárias para um melhor futuro à nossa população.

É nessas condições de produção⁵ que eu, licenciada em Letras Português e Literaturas, pela Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, acadêmica do curso de Letras Espanhol e Literaturas e mestranda em Estudos Linguísticos pela mesma instituição, dedico-me há vários anos a preparar-me para atuar no setor educacional, precisamente na função de professora. Dessa forma, sendo o setor educacional o objeto de meus estudos e espaço (social, político) em que desenvolverei minhas atividades profissionais, a proposta do “Projeto Escola sem Partido” mostrou-se relevante quanto à análise das transformações por ele propostas por meio das seis

¹ Eleição de Dilma Rouseff e seu impeachment (2015-2016), e eleição subsequente (2018).

² Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm, acesso em 19/03/2018.

³ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm, acesso em 19/03/2018.

⁴ O Sistema Nacional da Educação Básica (Saeb), é composto da Avaliação Nacional de Rendimento Escolar - a Prova Brasil - (Anresc), a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), e a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), cujo objetivo é fornecer dados para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), é composto pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade), pela Avaliação de Cursos de Graduação e pela Avaliação Institucional. Aliados às respostas do Questionário do Estudante, são insumos para o cálculo dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior. Fonte: <http://portal.inep.gov.br>, acesso em 19/03/2018.

⁵ Conforme Orlandi (1999): em sentido estrito, a circunstância da enunciação, o contexto imediato e, em sentido amplo, o contexto sócio-histórico e ideológico.

novas diretrizes de atuação do professor e seus possíveis e decorrentes impactos nos alunos e, conseqüentemente, na sociedade de forma geral.

É por encontrarmos-nos dentro desse momento caótico/crítico, em que a Educação, já tão fragilizada por sucessivos descuidos e abusos da classe política, por diversos anos, continua a empreender desafios (de resistência, de abertura a propostas efetivamente inclusivas e amparadas em liberdade de expressão), que eu, sujeito-professor, apreendo a necessidade de conhecer e de compreender os reais objetivos do PLESP para poder posicionar-me politicamente frente a suas proposições. Tal posicionamento político é entendido como essencial à minha função como professora - e cidadã - ao aceitar ou a refutar as diretrizes propostas pelo PLESP, assim como ao meu papel diante dos alunos, de esclarecê-los: primeiramente, sobre qualquer que sejam os temas a serem tratados em sala de aula, nas disciplinas concernentes à minha formação, mas, antes de tudo, sobre o real objetivo dessa e os impactos a serem causados por ela a curto e longo prazo. Dessa forma, este trabalho é uma meio de questionamento sobre um possível futuro da Educação no Brasil e, de forma (in)direta, da sociedade brasileira.

Neste trabalho, acercado do aparo teórico da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, vamos nos deter em uma pequena parcela da grande gama de temas relacionados à educação. Refletiremos sobre efeitos de sentidos produzidos nas mídias sociais em discursos sobre a tentativa de implantação do Projeto de Lei (PL) “Escola sem Partido” nas diversas instâncias em que foram apresentados, inclusive, para uma possível alteração na “Lei de Diretrizes e Bases da Educação” (LDB)⁶, em vídeo, reportagem e respectivos comentários⁷ nas páginas em que foram publicados. Com isso, objetivamos compreender a presença de “o político” no Ensino bem como as motivações que levaram alguns políticos (em suas representações e cargos) à proposta desses projetos, uma vez que têm tramitado nas diversas instâncias legislativas: na união, na maioria dos estados e em diversos municípios brasileiros.

O arquivo deste trabalho, compreendido “no sentido amplo de campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX [1982] 2010, p. 51), é constituído por: a) LDB; b) Projeto de Lei “Escola sem Partido”; c) vídeo

⁶ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/l9394.htm, acesso em 19/03/2018.

⁷ Os comentários, de maneira geral, são feitos de forma anônima, pois, em muitos, não estão identificados os autores; em outros, os autores se utilizam de pseudônimos; quanto aqueles cujos autores se identificam com nome e sobrenome, optamos por manter a forma de anonimato, pois não temos certeza das suas verdadeiras identidades.

“Roda Viva - Leandro Karnal - 04/07/2016” e os doze (12) primeiros comentários sequenciais; d) artigo “UFPR diz que ‘Escola sem Partido’ limita ensino e pode gerar perseguições”, com os cinco comentários encontrados na sequência, e e) vídeo “Prof. Fernando Penna - Audiência pública sobre Escola sem Partido (Senado Federal - 16/11/2016)”, com os quatro (4) comentários encontrados abaixo do vídeo.

Temos como objetivos compreender a ocorrência do político a partir da LDB, Lei Nº 9.394/1996; refletir sobre os projetos de lei que objetivam alterá-la, a saber, o “Escola sem Partido”, PL 867/2015, posteriormente englobado ao PL7180/2014, de autoria de Erivelton Santana (PSC/BA), e refletir sobre possíveis efeitos de sentido em comentários sobre o referido tema, nas redes sociais. A análise consiste em observar os pontos divergentes entre a LDB e o projeto de lei “Escola sem Partido” e os possíveis efeitos de sentidos produzidos no discurso em tais comentários pelas partes envolvidas.

Este trabalho será estruturado em quatro capítulos, a saber: 1. Introdução, constituída de um apanhado geral sobre esta pesquisa; 2. A Legislação sobre a Educação e possíveis alterações, composto por noções da “Lei de Diretrizes e Bases da Educação” (LDB) e do Projeto “Escola sem Partido” (ESP); 3. Mobilizando Dispositivo Teórico-Analítico, elaborado com reflexões sobre alguns conceitos da Análise do Discurso (AD), de “Política” e de “Político” e de “Direita” e de “Esquerda” e 4. Considerações Finais, onde apresentamos reflexões sobre as análises realizadas.

Assim, diante do que nos propomos, no próximo capítulo, faremos um apanhado geral sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sobre o “Movimento Escola sem Partido” (MESP), bem como sobre o projeto de lei “Escola sem Partido” (PLESP), buscando, com isso, compreender e analisar suas trajetórias e seus objetivos.

1 A LEGISLAÇÃO SOBRE A EDUCAÇÃO E POSSÍVEIS ALTERAÇÕES

Conhecer e compreender a legislação educacional brasileira possui uma importância ímpar aos cidadãos de forma geral e mais relevante se torna àqueles que se encontram vinculados ao campo da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), sob o Nº 9.394/96, é o maior expoente em lei nesse âmbito, ela é uma legislação com a função de organizar a estrutura da educação brasileira, incidindo, de forma direta, nas formações escolar e acadêmica, normatizando e determinando o rumo que a Educação Brasileira deve seguir. O Projeto de Lei Escola sem Partido - PLESP –, por sua vez, visa a alterar a lei anteriormente citada, ditando novas diretrizes à atividade docente e, conseqüentemente, alterando o processo educacional e a formação cidadã. É esse o político⁸ que nos interessa e sobre o qual nos dedicamos neste estudo. Diante disso, em seus objetivos, faz-se necessário tratarmos sobre a LDB e sobre o PLESP, assim como interpretar seus objetivos, como esses são lidos e compreendidos em comentários de especialistas e de leigos, no espaço midiático virtual.

1.1 PALAVRAS SOBRE A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO

A LDB foi lavrada sob o Nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996, redigida pelo poder legislativo brasileiro, Ministério da Educação e do Desporto e sancionada pelo então presidente em exercício, Fernando Henrique Cardoso. Possui como objetivo estabelecer normas à educação, prescrevendo as leis de diretrizes e bases da educação nacional. A LDB também é conhecida popularmente como Lei Darcy Ribeiro⁹, em homenagem ao educador, político e um dos formuladores da redação do referido documento.

Essa lei é composta por 92 artigos, os quais versam sobre múltiplos temas referentes à educação brasileira, desde o ensino infantil até o ensino superior. Nesse sentido, o documento apresenta as seguintes atribuições:

- estabelece que todo cidadão brasileiro tem o direito ao acesso gratuito ao Ensino Fundamental (9 anos de estudo);
- aponta para que esse direito seja, gradativamente, levado também ao Ensino Médio;

⁸ Noção essa que será abordada mais especificamente na terceira parte desta dissertação.

⁹ Fonte: <https://prezi.com/bs8lfpthg39>, acesso em 27/05/2017.

- determina a função do Governo Federal, Estados e Municípios no tocante à gestão da área de educação;
- estabelece as obrigações das instituições de ensino (escolas, faculdades, universidades, etc.);
- determina a carga horária mínima para cada nível de ensino;
- apresenta diretrizes curriculares básicas;
- aponta funções e obrigações dos profissionais da educação (professores, diretores, etc.).

No entanto, em sua vigência, buscou-se alterar a LDB por meio da inserção do projeto de lei “Escola sem Partido”, por iniciativa do Senador Magno Malta (PL-ES). Se tivesse sido aprovada e incorporada à LDB, essa proposta teria tido abrangência nacional, pois, como legislação nesse âmbito, seria instituída, de forma obrigatória, em escolas públicas e privadas. O PLESP, em sua base/concepção, é proveniente do Movimento “Escola sem Partido”, sobre o que passamos a nos referir na sequência deste estudo.

1.2 PALAVRAS SOBRE A ESCOLA SEM PARTIDO

Segundo o *site* oficial do “Escola sem Partido” (ESP)¹⁰, esse caracteriza-se por ser um movimento formado por pais, alunos e simpatizantes à concepção de que há *doutrinação*¹¹ de estudantes em salas de aula, escolares e universitárias, em território brasileiro¹². O movimento, com base nisso, propõe-se a *proteger* crianças e adolescentes de possível *proselitismo*¹³ por parte dos professores, os quais tentariam *influenciar* a crença/ideologia dos cativos¹⁴ submetendo-os às suas convicções pessoais.

1.2.1 Um Breve Histórico do “Escola Sem Partido”

Por meio de informações do site¹⁵ do movimento Escola sem Partido (MESP), temos que tal movimento surgiu no ano de 2003, a partir de uma iniciativa do então

¹⁰ Fonte: <http://www.escolasempartido.org>, acesso em 10/04/2018.

¹¹ Grifos nossos.

¹² Para nós, estudantes da análise de discurso, tal concepção está na esfera do pré-construído, dentro do que denominamos formações imaginárias que, por sua vez, ligam-se às formações ideológicas – noções essas sobre as quais versaremos na terceira parte desta dissertação.

¹³ Grifos nossos.

¹⁴ Palavra utilizada no site do Movimento Escola sem Partido para caracterizar alunos.

¹⁵ <http://www.escolasempartido.org>, acesso em 10/04/2018.

Procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib¹⁶, quando ele vivenciou uma situação que considerou inusitada: um professor de sua filha comparou o revolucionário argentino Che Guevara ao santo católico São Francisco de Assis, enfatizando que ambos abandonaram a riqueza por ideais. Nagib julgou a atitude do professor tendenciosa, considerando-a uma tentativa de convencer os alunos a serem simpáticos aos ideais revolucionários de Che. Com base nesse fato e em sua interpretação por parte do referido procurador e pai (duas diferentes posições sujeito que se veem complementadas nessa situação, conforme discorreremos em nossa fundamentação teórica), referenciados por outros grupos e pessoas, surge o Movimento “Escola sem Partido”, inspirado nos modelos do *site* NoIndoctrination.org¹⁷.

Segundo Nagib, os estudantes estariam sendo coagidos por professores a aderirem a suas opiniões e ideologias, por meio de “pregações”¹⁸ dos docentes em sala de aula, lugar onde os alunos estariam desprotegidos, já que formariam “uma audiência cativa”¹⁹:

A partir do momento em que o professor se aproveita dessa circunstância não para falar de forma parcial equilibrada, mas para promover as suas próprias preferências, ele está violando a liberdade de consciência e de crença dos alunos²⁰.

No entanto, suas propostas tiveram pouca ou quase nenhuma visibilidade até o ano de 2014, quando a família Bolsonaro²¹ também levantou essa bandeira. Nesse ano, integrantes do movimento elaboraram um anteprojeto de lei a pedido de Flávio Bolsonaro (PSL), deputado estadual do Rio de Janeiro, surgindo, então o projeto de lei “Escola sem Partido”. O anteprojeto foi apresentado à Assembleia Estadual do Rio de Janeiro pelo referido deputado, e também houve uma versão municipal, apresentada por seu irmão, o vereador Carlos Bolsonaro (PSL)²², na Câmara de

¹⁶ Advogado e fundador do Movimento Escola sem Partido.

¹⁷ Escola sem Partido. Fonte: <http://www.escolasempartido.org>, acesso em 10/04/2018.

¹⁸ Usamos esse termo entre aspas, pois em paráfrase não seria empregado, uma vez que, com base em nossos estudos discursivos, estaria no campo do religioso - não do político ou do jurídico.

¹⁹ Caracterização do aluno, segundo o Escola sem Partido.

²⁰ Fonte: Escola sem Partido: entenda o que é o movimento que divide opiniões. <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/07/20/escola-sem-partido-entenda-o-que-e-o-movimento-que-divide-opinioes.htm>, acesso em 10/04/2018.

²¹ Família Bolsonaro, como são conhecidos no meio político: Jair Bolsonaro (pai), Eduardo Bolsonaro, Flávio Bolsonaro e Carlos Bolsonaro (filhos), são políticos ligados à Bancada Conservadora e Religiosa, autores de diversos e polêmicos projetos de lei.

²² Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Fonte: http://www.camara.rj.gov.br/vereador_informacoes.php?m1=inform&cvd=24&np=CarlosBolsonaro, acesso em 10/04/2018.

Vereadores do Rio de Janeiro. Esse anteprojeto prevê a fixação de cartaz, pelo meio do qual se explicitam as (possíveis) novas diretrizes ao professor em sala, cerceando então sua ação docente, uma vez que tal projeto origina o Programa Escola sem Partido (PESP)²³ que dá suporte aos projetos de lei que se seguirão, em diversos níveis legislativos.

De acordo com Nagib, em reportagem na EBC²⁴ - Empresa Brasileira de Comunicação - a presença do cartaz em sala de aula tem o objetivo de informar os estudantes sobre o direito que eles têm de "*não serem doutrinados*". No ano seguinte, o movimento foi transformado em associação, por Miguel Nagib, em função de haver adeptos - ao que entendemos representar uma determinada posição ideológica. Desde então, projetos desse cunho foram apresentados em nível nacional - tanto no Senado Federal, bem como no Congresso Nacional; em nível estadual - pelo menos dezessete Assembleias Legislativas de unidades federativas; e nível municipal - em mais de oitenta e cinco²⁵ Câmaras de Vereadores de municípios brasileiros.

Observamos que o PLESP surgiu de um fato ocorrido em uma escola de classe média alta, da cidade de São Paulo, onde a grande maioria dos alunos é oriunda de famílias abonadas e influentes em seu meio. Muitas vezes, tais famílias, como atesta a história da constituição social e econômica de nosso país²⁶, possuem uma estrutura patriarcal, é de cor branca e se apoia em ideologia conservadora²⁷. Fica evidente que a ideologia religiosa sustenta a proposta do PLESP, seja na figura de seu idealizador, Miguel Nagib, autodenominado católico convicto, seja na família Bolsonaro, políticos que deram destaque ao PLESP, evangélicos conservadores Miguel Nagib, assim como outros pais simpatizantes à proposta de lei, possuem ideologias religiosas, em que incide, por exemplo, a crença de haver "pecado"²⁸, no que se entrevê a necessidade de se aceitarem, sem serem

²³ Fonte: <https://www.programaescolasempartido.org>, acesso em 10/04/2018.

²⁴ «Movimento Escola sem Partido ganha força no país, mas divide professores». EBC. 15 de outubro de 2016. Consultado em 3 de novembro de 2016.

²⁵ Detalhado na Tabela 02 neste trabalho.

²⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 [1936].

²⁷ Para o autor, o caráter rural da organização social, política e econômica do Brasil determina a estrutura da dominação tradicional brasileira - o chefe da família ou o senhor de terras detinha a autoridade incontestável em torno da qual ficavam sua esposa, filhos, agregados e escravos (nessa ordem) -, poder esse que se estende da esfera doméstica para a vida pública, ainda enraizado em nossa estrutura social.

²⁸ Sem nos voltarmos mais especificamente para os sentidos dessa palavra, citamo-la tendo em vista como são consideradas as posições que se opõem ao que é pregado/determinado.

questionados, os dogmas e o “papel” a ser seguido por parte daqueles considerados subalternos, seguidores, crentes, adeptos, entre outros, por uma concepção autoritária, patriarcal.

Diante dessas reflexões, questionamos a possibilidade da expansão de tais crenças, do universo religioso ao universo escolar, onde então passa(ria) a ocorrer a tentativa de se construir um sujeito sócio-histórico-ideológico passivo, incapaz de questionar, temeroso de cair “em pecado” e reproduzidor de sociedade apática e irreflexiva - o que fica materializado (contraditoriamente) a partir do uso de determinados termos, como “pregação” e “doutrinados”, pois deslocados do âmbito religioso (seu suporte) para o educacional (aquele em que querem interferir).

Observamos que, embora o objetivo deste estudo seja trabalhar com as noções de “o político” e “a política”, faz-se necessário que elucidemos uma questão que poderá ser desenvolvida posteriormente, em outros estudos: a de formação imaginária, pois o que embasa tanto a proposta do Movimento Escola Sem Partido quanto o PLESP partem de pré-construídos acerca do que vem a ser a escola e a universidade pública, a partir de uma dada formação discursiva (noção que explicitaremos *a posteriori*). Essa noção, pode ser assim compreendida, com base em Petri (2006):

[...] como aquela que viabiliza a efetivação das relações sociais e que têm seu funcionamento garantido no discurso, enquanto um lugar onde se constituem as relações entre a situação (histórico-social) e a posição (ideológica) do sujeito, produzindo determinados efeitos de sentidos e silenciando outros (PETRI, 2006, p. 120).

Assim, mesmo que não nos detenhamos nesse ponto, é uma noção que fundamenta este nosso estudo. Diferentemente caminha a LDB, em nossa compreensão, pois é um documento construído depois de discussões em âmbito legislativo, onde não somente são levados em conta estudos sobre as questões discutidas, como, especialmente, múltiplas vozes e distintos posicionamentos são representados.

1.2.2 Um Movimento: O “Escola Sem Partido”

O Movimento Escola sem Partido (MESP), segundo informações que encontramos em sua página oficial²⁹, “é uma associação informal, independente,

²⁹ Fonte: <http://www.escolasempartido.org/quem-somos>, acesso em 30/02/2018.

sem fins lucrativos e sem qualquer espécie de vinculação política, ideológica ou partidária”. Tal movimento tem por objetivo refletir sobre o (possível) problema denominado “doutrinação”, considerado uma espécie de subjugação dos alunos de escolas e universidades, públicas e privadas, em âmbito nacional, por professores que se “aproveitariam” da audiência cativa dos discentes, para convertê-los em “discípulos” de suas ideologias. Segundo o Movimento:

Escola sem Partido.org foi criado para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. (MOVIMENTO ESCOLA SEM PARTIDO, 2018)

O MESP, segundo seu criador e coordenador Miguel Nagib, possui três objetivos complexos:

1. denunciar e combater a suposta “doutrinação” por meio de um site, onde pais, alunos ou demais interessados possam, anonimamente, expor situações de manipulação ideológica sofridas em sala de aula;
2. denunciar esses abusos às autoridades quando possível;
3. criar leis que proíbam tais arbitrariedades.

As propostas do movimento estão assim explicitadas, conforme o Quadro 01.

Quadro 01 - Objetivos do “Movimento Escola sem Partido”:

Lutamos:

- pela **descontaminação**³⁰ e **desmonopolização política e ideológica** das escolas;
- pelo **respeito à integridade intelectual e moral** dos estudantes e
- pelo **respeito ao direito dos pais** de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.

Além disso, pretendemos:

- apoiar iniciativas de estudantes e pais destinadas a **combater a doutrinação ideológica**, seja qual for a sua coloração;
- **orientar o comportamento** de estudantes e pais quanto à melhor maneira de enfrentar o problema;
- oferecer à comunidade escolar e ao público em geral **análises críticas** de bibliografias, livros didáticos e conteúdos programáticos;
- promover o debate e ampliar o nível de conhecimento do público sobre o tema “**doutrinação ideológica**”, mediante a divulgação de **atos normativos, códigos de ética**, pareceres, estudos científicos, artigos e links dedicados ao assunto.

Fonte: <http://www.escolasempartido.org/objetivos>

³⁰ Grifos nossos.

Encontramos, nos objetivos do MESP, palavras como “doutrinação”, “desmonopolização política e ideológica”, “respeito”, “integridade intelectual e moral”, entre outras, que são indicadores da ideologia do Movimento Escola sem Partido e, conseqüentemente, do projeto de lei. Essas palavras denunciam a percepção que possuem do professor como um ser perigoso, capaz de “contaminar” os alunos com suas ideias políticas e ideológicas. Diferentemente do professor, o aluno é visto como um ser indefeso, que não possui, quando da suposta investida daquele, sua “integridade moral e intelectual” respeitada. O aluno, por sua vez, é compreendido como uma “folha em branco”, sem cultura anterior ao período escolar e incapaz de discernir gostos ou preferências, completamente à mercê do discurso realizado pelo docente.

1.2.3 Um Projeto de Lei: O “Escola Sem Partido”

O Projeto de Lei “Escola sem Partido” (PLESP)³¹, conforme consta em sua página oficial, é originário do “Movimento Escola sem Partido” e tem como objetivo transformar sua ideologia em lei. Tal projeto foi apresentado ao Senado Federal pelo senador Magno Malta (PL), com a finalidade de ser inserido na LDB, tendo como um de seus propósitos estabelecer novas diretrizes à educação. Dentro dessas novas diretrizes, destacamos uma das ações propostas: como o dito anteriormente, prevê a fixação de um cartaz, em todas as salas de aula, dos ensinos fundamental e médio, com as normas de conduta para o professor. Esse projeto de lei visa a ditar e regulamentar um possível “correto” agir do docente, o que ele deve dizer (e calar) e como deve agir, ao ministrar suas aulas; além disso, visa também a alterar qualquer outra lei que venha de encontro com essa redação, inclusive a própria LDB, que também viria a imputar penalizações aos professores que se contrapusessem a essas normas.

Essa proposta de lei emergiu, segundo a justificativa encontrada no projeto, de uma atitude conjunta de pais e de estudantes descontentes com a postura de alguns professores em sala de aula. Tal grupo compreendia que os professores estavam “contaminando” os alunos com ideias político-ideológicas contrárias às suas ideologias e com pontos de vista particulares do professor. Quanto a isso, encontramos a seguinte alegação:

³¹ Fonte: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>, acesso em 24/05/2018.

É fato notório que professores e autores de livros didáticos vêm-se utilizando de suas aulas e de suas obras para tentar obter a adesão dos estudantes a determinadas correntes políticas e ideológicas; e para fazer com que eles adotem padrões de julgamento e de conduta moral - especialmente moral sexual - incompatíveis com os que lhes são ensinados por seus pais ou responsáveis. (PROJETO DE LEI 867, 1995. p.4).

Assim, alguns pais interpretaram ser uma atitude “perniciosa” a de o professor apresentar e/ou debater temas polêmicos ou contrários a suas ideologias, em sala de aula. Julgam ser uma espécie de “doutrinação”, devendo tais proposições, urgentemente, serem combatidas, para instaurar uma nova postura ao docente. Observamos isso na justificativa, no projeto:

Diante dessa realidade - conhecida por experiência direta de todos os que passaram pelo sistema de ensino nos últimos 20 ou 30 anos –, entendemos que é necessário e urgente adotar medidas eficazes para prevenir a prática da doutrinação política e ideológica nas escolas, e a usurpação do direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções. (PROJETO DE LEI 867, 1995. p. 4).

Dessa forma, constatamos que o grupo de pais e de alunos preocupados com a ação do professor em abordar determinados temas (a suposta doutrinação) compreende que essa, além de ser inconveniente, agride direitos previstos em lei. Encontramos, no Quadro 02, apresentado na sequência, referências a direitos adquiridos em lei, segundo o projeto “Escola sem Partido”.

Quadro 02 - Referências aos direitos adquiridos e não respeitados, segundo o PLESP:

(continua)

1. A *liberdade*³² de aprender - assegurada pelo art. 206 da Constituição Federal, compreende o direito do estudante a que o seu conhecimento da realidade não seja **manipulado**, para fins **políticos e ideológicos**, pela ação dos seus professores;
2. A *liberdade* de consciência, garantida pelo art. 5º, VI, da Constituição Federal, confere ao estudante o direito de não ser doutrinado por seus professores;
3. O caráter obrigatório do ensino não anula e não restringe a liberdade de consciência do indivíduo;
4. A *liberdade* de aprender e de consciência dos estudantes restarão violadas se o professor usar sua audiência cativa para promover em sala de aula suas próprias concepções políticas, ideológicas e morais;

³² Grifos nossos.

Quadro 02 - Referências aos direitos adquiridos e não respeitados,
segundo o PLESP:

(continuação)

5. *Liberdade* de ensinar - assegurada pelo art. 206, II, da Constituição Federal - não se confunde com liberdade de expressão;
6. Não desfrutam os estudantes de *liberdade* de escolha em relação às obras didáticas e paradidáticas cuja leitura lhes é imposta por seus professores;
7. A doutrinação política e ideológica compromete gravemente a *liberdade* política do estudante, já que visa induzi-lo a eleger políticas e ideologias que beneficiam direta ou indiretamente políticas, movimentos, organizações, governos, partidos e candidatos que desfrutam da simpatia do professor;
8. Os estudantes que se encontram em tal situação estão sendo manipulados e explorados politicamente, o que ofende o art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de exploração”;
9. Ao estigmatizar determinadas perspectivas políticas e ideológicas, a doutrinação cria as condições para o bullying político e ideológico que é praticado pelos próprios estudantes contra seus colegas;
10. A doutrinação infringe, também, o disposto no art. 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que garante aos estudantes “o direito de ser respeitado por seus educadores”. Com efeito, um professor que deseja transformar seus alunos em réplicas ideológicas de si mesmo evidentemente não os está respeitando;
11. A prática da doutrinação política e ideológica nas escolas configura, ademais, uma clara violação ao próprio regime democrático;
12. Como entidades pertencentes à Administração Pública, as escolas públicas estão sujeitas ao princípio constitucional da impessoalidade;
13. A prática da doutrinação política e ideológica nas escolas configura, ademais, uma clara violação ao próprio regime democrático;
14. Como entidades pertencentes à Administração Pública, as escolas públicas estão sujeitas ao princípio constitucional da impessoalidade;
15. O uso da máquina do Estado - que compreende o sistema de ensino - para a difusão das concepções políticas ou ideológicas de seus agentes é incompatível com o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado, com o princípio republicano, com o princípio da isonomia (igualdade de todos perante a lei) e com o princípio do pluralismo político e de ideias, todos previstos, explícita ou implicitamente, na Constituição Federal;

Quadro 02 - Referências aos direitos adquiridos e não respeitados, segundo o PLESP:

(conclusão)

16. No que tange à educação moral, referida no art. 2º, VII, do projeto de lei, a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, vigente no Brasil, estabelece em seu art. 12 que “os pais têm direito a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções”;
17. Ora, se cabe aos pais decidir o que seus filhos devem aprender em matéria de moral, nem o governo, nem a escola, nem os professores têm o direito de usar a sala de aula para tratar de conteúdos morais que não tenham sido previamente aprovados pelos pais dos alunos;
18. Um Estado que se define como laico - e que, portanto deve ser neutro em relação a todas as religiões - não pode usar o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade, já que a moral é em regra inseparável da religião;
19. Permitir que o governo de turno ou seus agentes utilizem o sistema de ensino para promover uma determinada moralidade é dar-lhes o direito de vilipendiar e destruir, indiretamente, a crença religiosa dos estudantes, o que ofende os artigos 5º, VI, e 19, I, da Constituição Federal.

Fonte: <http://www.escolasempartido.org/objetivos>

Considerando tal redação, contabilizamos, no quadro 02 - Referência aos direitos adquiridos e não respeitados, segundo o PLESP - que a palavra “liberdade” é repetida oito vezes. Compreendemos, pela teoria discursiva, que as palavras mudam de sentido conforme quem as emprega, ou seja, segundo Orlandi (1999, p. 42-43), “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”. Assim, esse fato sugere a crença procedente da ideologia de tal projeto, de que o aluno está sendo tolhido em sua liberdade de aprender, de escolher e de possuir consciência cidadã e política - não vislumbra a liberdade de o docente ensinar (ele é um “manipulador”, o que configura um pré-construído³³, um imaginário³⁴ de professor a partir de uma determinada posição ideológica), a liberdade da discussão em sala de aula, a liberdade das diferentes concepções coexistirem e respeitarem-se mutuamente³⁵. Concebe o aluno como “massa amorfa”, incapaz de possuir

³³ Conforme já nos referimos no final de 1.2.1

³⁴ Idem à nota anterior.

³⁵ Conforme consta na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Art. 206.

ideologia ou posicionamento político, estando exposto à “manipulação” e “doutrinação dos docentes”. Observamos, no sexto item, ainda, um possível equívoco entre os conceitos de cidadão e de consumidor na afirmação de que o aluno está impossibilitado de eleger as obras didáticas e paradidáticas, sendo tais obras impostas pelo professor. Nesse ponto, cabe-nos refletir sobre: qual é o papel da escola e do professor? O professor deve incentivar a reflexão ou o debate ou apenas transcrever os conteúdos programáticos - e, mesmo nessa “transcrição”, haveria a possibilidade de isenção ideológica?

Na sequência, deparamo-nos com os itens nove e dez que apresentam afirmações como “...estigmatizar perspectivas políticas e ideológicas...”, “...bullying político e ideológico...” e “...transformar seus alunos em réplicas ideológicas de si mesmo...” que corroboram com a concepção de aluno encontrada no MESP e PLESP, já dito anteriormente, que possui uma visão instrumental do sujeito, em que este é um objeto, sem consciência ideológica, incapaz de refletir e posicionar-se frente à situações diversas. Com base em Orlandi (1999), o sujeito se submete à língua e assim o faz porque sempre mergulhado em sua experiência de mundo e determinado pela injunção a dar sentido, a significar-se nessa e por essa língua; ao fazê-lo, em um movimento sócio-historicamente situado, reflete sua interpelação pela ideologia. Assim, considerando a contradição do próprio dito do projeto: ao se voltar contra a posição do professor (ideológica) e considerando a posição do aluno (não ideológica) bem como a sua (não ideológica), apenas evidencia o que é da ordem da negação do outro.

A concepção de sujeito, uma das noções basilares da AD, enuncia que “não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia” (PÊCHEUX, 1975 apud ORLANDI 1999, p.17). Assim, depreendemos que todo sujeito, independente da idade, de gênero, de formação escolar, de lugar social, enfim, possui uma ideologia, manifestada, permanentemente, em seus discursos, sendo o contrário da ordem do impossível. Como afirma Petri (2010), quando parece que não há ideologia é aí mesmo que ela está a gerir seus efeitos - tudo fica evidente, como se não pudesse ser diferente, soa como verdades irrefutáveis. Criam-se as ilusões, de origem do dizer e de controle dos sentidos conforme Pêcheux (1997). Os alunos, dessa forma, não são sujeitos vazios de conteúdo, pois como sujeitos na língua, possuem ideologia e são capazes de interpretação e posicionamento.

Os itens 12 e 13 se referem à imprescindibilidade, na concepção do PLESP,

da neutralidade política e ideológica da escola. Observamos as afirmações: “...as escolas públicas estão sujeitas ao princípio constitucional da impessoalidade...” e “...neutralidade política e ideológica...”, assimilamos a exigência do “sujeito-professor”, e da instituição “escola” atuarem sem expressar suas ideologias, utilizando-se de total neutralidade. Tal fato, da ordem da “neutralidade”, é considerado impossível pela Análise de Discurso, já que o sujeito se constitui por sua ideologia. Orlandi afirma que “que a ideologia faz parte, ou melhor, é a condição para a constituição do sujeito e dos sentidos. O indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer” (ORLANDI, 1999, p.46). Assim sendo, torna-se impossível a neutralidade, em qualquer âmbito - e é assim na escola, assim nas ações e discursos do professor - e, igualmente, na redação de qualquer projeto de lei que verse sobre neutralidade. Ambos manifestarão preferências e preterições sobre todos os temas, de forma explícita ou implícita, eloquente ou silenciosa, consciente ou não consciente, mas não poderão absterem-se de “tomar partido”. Uma possibilidade é ser a escola um espaço aberto à discussão e à reflexão, bem como à conviência das várias ideologias.

Na sequência, reproduzimos o cartaz (Figura 01) proposto pelo projeto “Escola sem Partido”, a ser fixado na parede do fundo das salas de aula, de ensino fundamental e médio, conforme o previsto pelo referido projeto de lei.

O PLESP - em suas propostas - tem inspirado a proposição de outros projetos de lei³⁶ (ou emendas), em distintas instâncias, que intencionam coibir a prática pedagógica do professor, objetivando evitar uma suposta “doutrinação” ideológica e política em sala de aula. Tais projetos, através de levantamento registrado em um mapa colaborativo³⁷, de iniciativa “*de um movimento de professores e estudantes que consideram o programa inconstitucional e uma ameaça à educação*”³⁸, estão ou estiveram em tramitação nas três esferas legislativas, a saber: federal, estadual e municipal.

³⁶ Acesso aos projetos de lei e informações complementares em 06/03/2018.

³⁷ Fonte: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1AbaBXuKECclTMMYcvHcRphfrK9E>.

³⁸ Fonte: <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2017/11/12/O-mapa-que-registra-projetos-da-Escola-sem-Partido-no-pa%C3%ADs>.

Figura 01 - Cartaz do Movimento “Escola sem Partido”

Deveres do professor

- 1** O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
- 2** O Professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
- 3** O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
- 4** Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito.
- 5** O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
- 6** O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.

www.programaescolasempartido.org

Fonte: <https://www.programaescolasempartido.org/wp-content/uploads/2017/06/cartaz-deveres-do-professor.png>

Na esfera federal, os projetos: no Senado Federal (PL 193/2016³⁹, retirado pelo autor), Câmara dos Deputados (PL 867/2015⁴⁰, englobado ao PL 7180/2014⁴¹, em tramitação); na esfera estadual, nas Assembleias Legislativas de, pelo menos, dezoito estados, os referidos projetos de lei, conforme consta na Tabela 01, em que se informa também o status em que se encontram.

Tabela 01 - PLESP a nível estadual, no Brasil.

(continua)

Estado	Projeto/Lei	Tramitação
Alagoas (AL)	7.800/2016 ⁴²	Suspensão Por Liminar (SPL) ⁴³
Amazonas (AM)	102/2016 ⁴⁴	Em tramitação
Bahia (BA)	22.432/2017 ⁴⁵	Em tramitação
Ceará (CE)	273/2015 ⁴⁶	Em tramitação
Distrito Federal (DF)	1/2015 ⁴⁷ 53/2015 ⁴⁸	Retirado Retirado
Espírito Santo (ES)	250/2014 ⁴⁹ 121/2016 ⁵⁰	Arquivado Vetado
Goiás (GO)	293/14 ⁵¹	Arquivado
Mato Grosso (MT)	403/2015 ⁵²	Arquivado
Mato Grosso do Sul (MS)	191/2017 ⁵³	Em tramitação
Minas Gerais (MG)	4.247/2017 ⁵⁴	Em tramitação
Paraíba (PB)	267/2015 ⁵⁵	Arquivado
Paraná (PR)	748/2015 ⁵⁶ 606/2016 ⁵⁷	Arquivado Em tramitação

³⁹ Fonte: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666>.

⁴⁰ Fonte: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1050668>.

⁴¹ Fonte: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>.

⁴² Fonte: https://sapl.al.al.leg.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=1195.

⁴³ Fonte: http://www.sinteps.org.br/images/Liminar_do_STF_suspende_Escola_sem_Partido_em_Alagoas.pdf.

⁴⁴ Fonte: https://sapl.al.am.leg.br/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=95445.

⁴⁵ Fonte: <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/proposicao/PL./22.432/2017>.

⁴⁶ Fonte: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/proposicoes/ver.php?nome=29_legislatura&tabela=projeto_lei&codigo=274.

⁴⁷ Fonte: <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaProposicao-1!1!2015!visualizar.action>.

⁴⁸ Fonte: <http://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaProposicao-53!1!2015!visualizar.action>.

⁴⁹ Fonte: <http://www3.al.es.gov.br/spl/processo.aspx?id=43129&ano=2014&proposicao=250>.

⁵⁰ Fonte: <http://www3.al.es.gov.br/spl/processo.aspx?id=43129&ano=2016&proposicao=121>.

⁵¹ Fonte: <https://opine.al.go.leg.br/#!/proposicoes/2014002861>.

⁵² Fonte: <http://www.al.mt.gov.br/proposicao/30855/visualizar>.

⁵³ Fonte: http://consulta.projeis.al.ms.gov.br:8080/sistema_legislativo/Proposicao.do?idDocumento=58003&modo=L&tab=1&metodo=exibirDocumento.

⁵⁴ Fonte: https://www.almg.gov.br/atividade_parlamentar/tramitacao_projetos/interna.html?a=2017&n=4247

⁵⁵ Fonte: http://200.164.225.167:8080/sapl/consultas/materia/materia_mostrar_proc?cod_materia=4473.

⁵⁶ Fonte: <http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=58920>.

⁵⁷ Fonte: <http://portal.alep.pr.gov.br/index.php/pesquisa-legislativa/proposicao?idProposicao=67673>.

Tabela 01 - PLESP a nível estadual, no Brasil.

(conclusão)

Estado	Projeto/Lei	Tramitação
Pernambuco (PE)	823/2016 ⁵⁸	Em tramitação
Rio de Janeiro (RJ)	2.974/2014 ⁵⁹	Em tramitação
Rio Grande do Norte (RN)	40/2018 ⁶⁰	Inicial
Rio Grande do Sul (RS)	190/2015 ⁶¹	Retirado
Santa Catarina (SC)	290/2017 ⁶²	Em tramitação
São Paulo (SP)	960/2014 ⁶³ 1301/2015 ⁶⁴	Em tramitação Em tramitação

É importante observar que, para além da federação e dos estados, inclusive onde não houve apresentação do projeto nesta última esfera, houve ou há na esfera municipal, o que faz com que o PLESP esteja representado na maioria⁶⁵ dos estados da Federação. Neste âmbito, já houve pelo menos onze projetos de leis aprovados, citamos: Arapongas (PR), Bom Despacho (MG), Francisco Dantas (RN), São José do Rio Preto (SP), Cachoeiro do Itapemirim (ES), Pedreira (SP), Santa Cruz do Monte Castelo (PR), Picuí (PB), Jataí (GO), Lorena (SP) e Governador Celso Ramos (SC). Na Tabela 02 a seguir, observarmos os apontamentos mais recentes das tramitações no âmbito municipal.

Tabela 02 - PLESP a nível municipal, no Brasil, e seu respectivo status.

(continua)

Município	UF	Projeto/Lei	Tramitação
Águas Lindas	GO		Em Tramitação
Apucarana	PR		Em Tramitação
Aracaju	SE	235/2017	Em Tramitação
Arapongas	PR	45/2017	Aprovado
Bagé	RS	79/2016	Não Aprovado
Balneário Camboriú	SC	162/2017	Não Aprovado
Barretos	SP		Em Tramitação
Baturité	CE		Não Aprovado
Belo Horizonte	MG	1.911/2016	Em Tramitação

⁵⁸ Fonte: <http://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=A99C8EC0FCD5202A03257FAF0066E37A>.

⁵⁹ Fonte: http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=22&url=L3NjcHJvMTEExNS5uc2YvMTUjMWRkNjhmOTZiZTNINzgzMjU2NmVjMDAxOGQ4MzZvNDU3NDhN2UyY2NkYzUwYTgzMjU3Yzk4MDA2MmEyYzI/T3BibkRvY3VtZW50.

⁶⁰ Fonte: <http://www.al.rn.gov.br/portal/consultaboe/Visualizador.aspx?id=456>

⁶¹ Fonte: <http://www.al.rs.gov.br/legislativo/ExibeProposicao.aspx?SiglaTipo=PL&NroProposicao=190&AnoProposicao=2015&Origem=Dx>.

⁶² Fonte: <http://www.alesc.sc.gov.br/legislativo/tramitacao-de-materia/PL./0290.3/2017>.

⁶³ Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1215641>.

⁶⁴ Fonte: <https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1278983>.

⁶⁵ Fonte: <https://www.google.com/maps/d/u/0/viewer?mid=1AbaBXuKECciTMMYcvHcRphfrK9E>.

Tabela 02 - PLESP a nível municipal, no Brasil, e seu respectivo status.
(continua)

Município	UF	Projeto/Lei	Tramitação
Belo Horizonte	MG	274/2017	Em Tramitação
Benevides	PA	36/2015	Em Tramitação
Blumenau	SC	7.535/2017	Em Tramitação
Bom Despacho	MG		Aprovado
Cachoeiro do Itapemirim	ES	266/2014	Aprovado, EV ⁶⁶
Campinas	SP	213/2017	Em Tramitação
Campo Grande	MS	8.519/2017	Em Tramitação
Campo Grande	MS	7.938/2014	Não Aprovado
Campo Grande	MS	8.242/2016	Não Aprovado
Cascavel	PR	155/2017	Em Tramitação
Criciúma	SC	130/2017	Em Tramitação
Cruz Alta	RS		Não Aprovado
Cuiabá	MT		Em Tramitação
Curitiba	PR	236/2014	Em Tramitação
Curitiba	PR	275/2017	Em Tramitação
Florianópolis	SC	16.085/2014	Em Tramitação
Foz do Iguaçu	PR	95/2017	Em Tramitação
Foz do Iguaçu	PR	130/2014	Retirado
Francisco Dantas	RN	10/2017	Aprovado
Governador Celso Ramos	SC	1.207/2017	Aprovado, CMP ⁶⁷
Guarapari	ES	129/2017	Em Tramitação
Guarujá	SP		Em Tramitação
Hortolândia	SP	172/2017	Em Tramitação
Jacobina	BA	1.697/2017	Em Tramitação
Jaraguá do Sul	SC		Em Tramitação
Jataí	GO	3.955/2017	Aprovado, SPL ⁶⁸
João Pessoa	PB	18/2017	Em Tramitação
Joinville	SC	221/2014	Em Tramitação
Jundiaí	SP	12.347/2017	Em Tramitação
Limeira	SP	78/2017	Em Tramitação
Limeira	SP		Não Aprovado
Londrina	PR	26/2017	Não Aprovado
Londrina	PR	98/2016	Não Aprovado
Lorena	SP		Aprovado, VP ⁶⁹
Marechal Candido Rondon	PR	29/2017	Não Aprovado
Maringá	PR		Em Tramitação
Montadas	PB		Não Aprovado
Nilópolis	RJ		Em Tramitação

⁶⁶ EV: Em Vigor

⁶⁷ CMP: Contestado pelo Ministério Público Federal (MPF)

⁶⁸ SPL: Suspenso por Liminar

⁶⁹ VP: Vetado pelo Prefeito

Tabela 02 - PLESP a nível municipal, no Brasil, e seu respectivo status.
(conclusão)

Município	UF	Projeto/Lei	Tramitação
Niterói	RJ	49/2017	Em Tramitação
Palmas	TO	2.246/2016	Em Tramitação
Pancas	ES		Não Aprovado
Parnamirim	RN		Em Tramitação
Pedreira	SP	3.670/2017	Aprovado, EV, CMP
Pelotas	RS	5.191/2017	Não Aprovado
Picuí	PB	8/2015	Aprovado, PV ⁷⁰
Ponta Grossa	PR	372/2017	Em Tramitação
Porto Alegre	RS	126/2016	Em Tramitação
Rio de Janeiro	RJ	1.818/2016	Em Tramitação
Rio de Janeiro	RJ	867/2014	Em Tramitação
Rio Grande	RS	136/2017	Em Tramitação
Salvador	BA	1/2017	Em Tramitação
Santa Cruz do Monte Castelo	PR	2/2014	Aprovado, EV, CMP
São João de Meriti	RJ		Em Tramitação
São José do Rio Preto	SP	164/2017	Aprovado
São José dos Campos	SP	361/2017	Em Tramitação
São Leopoldo	RS	133/2017	Em Tramitação
São Luís	MA	113/2017	Em Tramitação
São Paulo	SP	222/2017	Em Tramitação
São Paulo	SP	325/2014	Em Tramitação
Serra	ES	272/2017	Em Tramitação
Sorocaba	SP	222/2017	Em Tramitação
Suzano	SP	53/2017	Em Tramitação
Taubaté	SP	103/2017	Em Tramitação
Teresina	PI	112/2015	Em Tramitação
Toledo	PR	191/2014	Não Aprovado
Tubarão	SC	23/2017	Em Tramitação
Uberlândia	MG	686/2017	Em Tramitação
Uruguaiana	RS	1/2017	Não Aprovado
Varginha	MG	339/2017	Em Tramitação
Várzea Paulista	SP	38/2017	Em Tramitação
Vassouras	RJ		Em Tramitação
Viamão	RS	241/2017	Não Aprovado
Vitória	ES	225/2017	Em Tramitação
Vitória da Conquista	BA	19/2014	Em Tramitação
Volta Redonda	RJ		Em Tramitação

Fonte: Tabela construída a partir de pesquisas da autora.

⁷⁰ PV: Posteriormente Vetado

Depreendemos a partir do que vimos anteriormente, que o “Escola sem Partido” tem ganhado cada vez mais repercussão. Entretanto, nem todos são favoráveis a essas ideias. Especialistas em educação, jornalistas, juristas, articulistas, políticos que representam outros campos ideológicos, assim como leigos, consideram as propostas do movimento como “absurdas”, um “engano educacional” e “juridicamente inconstitucional”. Alegam eles que se trata de uma forma de censurar professores, de proibi-los de apontar a diversidade, seja ideológica, étnica, de gênero, religiosa, ou outras ainda, a qual é fator constituinte da sociedade de nosso país e, portanto, tema indispensável ao debate em sala de aula.

2 MOBILIZANDO DISPOSITIVO TEÓRICO-ANALÍTICO

Neste trabalho, algumas noções serão mobilizadas - em detrimento de outras - tendo em vista o “movimento pendular” (PETRI, 2013) já referido, que baliza a Análise de Discurso (AD); em outras palavras, a partir daquilo que nos fornece nosso objeto de estudo é que buscaremos a noções mais relevantes para podermos empreender as análises e, dessa, poder voltar, retomar, seguir adiante, com novas buscas, outras demandas teóricas e analíticas. Diante disso, podemos elencar, como fundamentais a este nosso estudo, os conceitos de discurso, sujeito, ideologia, memória, memória discursiva, interpretação e silenciamento bem como de sujeito e de ideologia, necessários para formularmos o posicionamento dos autores frente ao PLESP. Além desses, interessa-nos os conceitos de “o político” e de “a política”, de “esquerda” e de “direita”, tirando-os dos olhares comuns, em que há uma aparente transparência na/da linguagem para colocá-los diante de uma visão discursiva, uma vez que transitam por vários âmbitos, indiscriminadamente, ao que nos perguntamos: que sentidos têm quando empregados “aqui” ou “ali”?

Assim, para melhor explicitarmos em que campo teórico vamos nos movimentar, apresentaremos a seguir um breve histórico da formação/constituição dessa perspectiva teórica, pois, ao mesmo tempo em que pensa a língua, pensa, a ela associado, o sujeito e a história, ou seja, a língua, nessa concepção, não é transparente, o sujeito não é dono (origem) do seu dizer e a história interfere e determina as condições de produção do discurso - esse, o lugar material onde se manifesta a ideologia (ORLANDI, 1999).

Referimos que essa linha teórica - essa disciplina de interpretação - tem início na França, no decorrer do século XX, marcadamente na década de 1960, com o objetivo de refletir sobre as construções ideológicas e políticas presentes naquele período e contexto sociocultural. A AD não possui aplicação direta, como uma fórmula pré-estabelecida, pois constitui, como fundamento de sua metodologia de análise, o fato de “é uma disciplina de entremeio” (ORLANDI, 2007, p.26), situando-se entre as disciplinas Linguística, História e Psicanálise. A partir dessa perspectiva, a AD aponta a relação crítica observando o ponto de vista das três disciplinas, a língua (Linguística), a materialidade histórica (História) e a memória (Psicanálise), apontando a contradição e a complexidade de seu objeto em estudo. Orlandi, em referência à AD no Brasil, afirma que:

Se a linguística deixa para fora a exterioridade (que é objeto das ciências sociais) e as ciências sociais deixam para fora a linguagem (que é o objeto da linguística), a AD coloca em questionamento justamente essa relação excludente, transformando, por isso mesmo, a própria noção de linguagem (em sua autonomia absoluta) e a de exterioridade (histórico-empírica). (ORLANDI, 2007, p. 26).

Em vista disso, evidencia-se a complexidade do ato de analisar, pois, além da necessidade de considerar, juntamente com a estrutura linguística, o acontecimento ou meio/as condições de produção (história), assimila-se o fato de que a linguagem é aberta e, devido a isso, compreensível em diversas perspectivas. Orlandi demonstra a utilidade de conceber a linguagem como incompleta, passível de diversas interpretações, observando que “esta incompletude não deve ser pensada em relação a algo que seria (ou não) inteiro, mas antes em relação a algo que não se fecha” (ORLANDI, 2007, p. 11). Assim, evidencia a inexistência de uma linguagem literal, completa e aponta para as diversas possibilidades de significação e de interpretação.

Em consequência do que postula a AD, “o dispositivo teórico-metodológico da Análise de Discurso está, permanentemente, em movimento pendular entre teoria e análise” (PETRI, 2013, p.40). Portanto, na “Análise de Discurso ‘não há aplicação’: cada análise é uma análise, tem-se que voltar à teoria, construir um dispositivo analítico que é próprio ao material que se vai analisar” (PETRI, 2013, p. 41). Dessa forma, cada estudo é único, assim como os resultados que dele advém. Tal fato obriga ao analista a estar sempre atento à sua investigação, já que não há duas análises iguais, estando o estudioso da AD, permanentemente, em contato com um novo desafio, longe do conforto do previsível.

2.1 SOBRE A TEORIA - ALGUNS CONCEITOS

Como já mencionado, não é possível pensar a língua sem sujeito, sujeito sem história, sem ideologia e seu dizer sem estar constituído por isso. A língua⁷¹, portanto, segundo Pêcheux, é compreendida como “um conjunto de sistemas que autorizam combinações e substituições reguladas por elementos definidos, cujos mecanismos colocados em causa são de dimensão inferior ao texto” (PÊCHEUX, 1997, p.62) - ou seja, segundo o autor, para a Linguística, a língua é um conjunto de regras que são utilizadas para codificar e decodificar informações, em grupos de

⁷¹ Grifos nossos.

peças que compartilham o mesmo código linguístico. Segundo Pêcheux, porém, a fundação da Linguística científica gera um resto que não deixa de retornar, impondo-se, de forma insistente, uma questão acerca do sentido: “Que significação contém este texto?” (PÊCHEUX, 1997, p.63), “O que quer dizer este texto (independente de ser oral ou escrito)?” (PÊCHEUX, 1997, p.63).

No entanto, compreender um texto é uma tarefa complexa, sendo necessário que o analista transcenda o óbvio do papel e abranja a interpretação dos sentidos gerados nos “entremeios”, nos fatores *in ausência*. O real significado contido em um texto transpõe as respostas unívocas, sendo apenas passível de interpretação por meio do discurso, o que passa a ser compreendido pela AD, tomando como base a língua em movimento. O discurso, nessa concepção - que é a que nos filiamos - constitui-se na e pela língua em seu meio de produção, sendo esse “movimento de sentidos, errância dos sujeitos, lugares provisórios de conjunção e dispersão, de unidade e de diversidade, de indistinção, de incerteza, de trajetos, de ancoragem e de vestígios” (ORLANDI, 1999, p.11).

Assim, observamos que o discurso se sustenta em uma base linguística, mas distancia-se da crença que essa possa ser transparente, tendo seu sentido claro e único. Ao contrário, concebe a linguagem como “parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” (ORLANDI, 1999, p.15). A linguagem, por esse viés, se funda do explícito e do implícito do texto, necessitando do leitor um exercício maior do que observar o sentido literal (que é inexistente), ou seja, requer do leitor que compreenda como se organizamos “processos de identificação dos sujeitos, de subjetivação, de construção da realidade” (ORLANDI, 1999, p.21).

A partir da constatação de “a língua é a base comum para processos discursivos diferenciados” (MARQUEZAN, 2015, p. 19) e de que “o fato do dizer é aberto” (ORLANDI, 2007, p.11), torna-se impropriedade afirmar a possibilidade de uma palavra final ou de um início verificável, já que o “sentido está sempre em curso”. (ORLANDI, 2007, p.11). A linguagem, então, apesar de parecer uníssona, não abarca todo o possível - ela é/está constituída por sua incompletude, ainda conforme a autora -, por flertar constantemente com a falta e com o silêncio, que também significa. Tal fato ocorre por ser a linguagem formada por dois elementos: a estrutura e o acontecimento, em sua relação com a história, pois:

[...] não há uma relação direta do homem com o mundo, ou melhor, a relação do homem com o pensamento, com a linguagem e com o mundo não é direta assim como a relação entre linguagem e pensamento e linguagem e mundo tem também suas mediações. Daí a necessidade da noção de discurso para pensar essas relações mediadas. (ORLANDI, 2007, p. 12)

Dessa forma, o discurso - “efeito de sentidos entre os pontos A e B” (PÊCHEUX, 1997, p. 81) - e, portanto, base teórica dos estudos da AD, converte-se em seu objeto de estudo, pois “é pelo discurso que melhor se compreende a relação entre linguagem/pensamento/mundo, porque o discurso é uma das instâncias materiais (concretas) dessa relação” (ORLANDI, 2007, p.12). Observamos, ainda, que os discursos são constituídos de diversas materialidades, cuja diversidade afeta tanto o gesto de interpretação quanto os processos de significação.

Ao trabalhar a língua no mundo, considerando as diversas maneiras de significar e de produzir sentidos essas como parte constituinte da vida dos homens, a AD se ocupa dos sentidos situados no tempo e no espaço. Com isso, percebe-se que a linguagem está materializada na ideologia e vice-versa (ORLANDI, 1999).

O conceito de ideologia, em desde sua criação pelo filósofo iluminista francês Antoine Louis Claude Destutt de Tracy (1754-1836), possuía como significação “a teoria das ideias” (ALTHUSSER, 1985, p. 81), o que, sob a reflexão e o questionamento, tem se submetido a significativas alterações. Marx retoma o termo e atribui a ele um diferente sentido, denominando-o como “um sistema das idéias, de representações que domina o espírito de um homem ou de um grupo social” (ALTHUSSER, 1985, p. 81). Mas, desde incipientes reflexões sobre o conceito de ideologia, os estudiosos perceberam a necessidade de compreendê-la a partir de duas formulações: conceitos de teoria da ideologia em geral e em termo de teoria das ideologias particulares, estando, esta última, sob diversas formas, como religiosa, moral, jurídica, política, etc., oriundas das posições de classe. Althusser, sobre o conceito de *‘ideologia em geral’*, afirma que essa “não tem história” (ALTHUSSER, 1985, p. 84), no sentido de história própria, sendo constituída a partir da história dos indivíduos e classes sociais, no mundo real, chegando afirmar “que as ideologias *têm uma história sua*” (ALTHUSSER, 1985, p. 84), contrapondo o conceito da ideologia alemã que “é concebida como pura ilusão, puro sonho, ou seja, nada” (ALTHUSSER, 1985, p. 83).

Althusser, ao comparar ideologia com o ato de sonhar, ressalta sua característica atemporal, eterna, ou seja, não possuidora de uma história. Ao

aprofundar suas reflexões, o estudioso denomina a ideologia como “uma ‘representação’ da relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência” (ALTHUSSER, 1985, p. 85). Para compreender a estrutura e o funcionamento da Ideologia, propõe então duas teses: a primeira consiste em que a Ideologia representa as condições imaginárias do indivíduo com suas condições reais de existência, e a segunda, que a Ideologia tem uma existência material. Aquela, portanto, expõe o fato de que a pessoa possuidora de determinada ideologia, independente de qual seja, não tem consciência de que a possui, compreende ser a percepção do mundo real, o que se dá, de mesma forma, para todos. Sobre isso, Althusser expõe que:

Diz-se comumente que a ideologia religiosa, a ideologia moral, a ideologia jurídica, a ideologia política, etc., são “concepções do mundo”. Contrapomos, a menos que se viva uma dessas ideologias como a verdade (se por exemplo, se “crê” em Deus, no Dever ou na Justiça, etc.), que esta ideologia que de que falamos a partir de um ponto de vista crítico, de um exame semelhante ao do etnólogo dos mitos de uma “sociedade primitiva”, que essas “concepções de mundo” são na sua grande parte imaginárias, ou seja, não “correspondentes à realidade”. (ALTHUSSER, 1985, p. 85-86).

Assim, compreendemos que, em grande parte das situações, a ideologia não é condizente com a realidade, mas uma ilusão, uma interpretação de mundo, mesmo que o sujeito esteja a referir-se à realidade. O autor exemplifica esse evento ao afirmar que “os homens representam-se, de uma forma imaginária, suas condições reais de existências” (ALTHUSSER, 1985, p. 86) e questiona a necessidade que esses mesmos homens têm de transpor, de forma imaginária, as suas condições existenciais. Para responder à questão, correm duas possibilidades de resposta, a saber: a primeira é atribuída aos padres e déspotas que, com o objetivo de dominação, incitaram os homens a obedecer a Deus; a segunda possibilidade incide sobre “a alienação material que reina nas condições mesmas de existência dos homens” (ALTHUSSER, 1985, p. 87), do que se depreende que a humanidade não possui consciência das suas reais condições de existência, vivendo a sociedade em elevado grau de alienação; tal alienação seria sobre o desconhecimento de seus direitos, de seus deveres, é o que se refere como “trabalho alienado” (ALTHUSSER, 1985, p. 87). Essas interpretações acarretam que a formação das ideologias resulta das “condições de existência dos homens, de seu mundo real”. (ALTHUSSER, 1985, p. 87). Ainda, para o autor:

[...] não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que “os homens” “se representam” na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua *relação*⁷² com as suas condições reais de existência. É esta relação que está no centro de toda representação ideológica, e portanto imaginária do mundo real. (ALTHUSSER, 1985, p. 82)

A segunda hipótese, por sua vez, que visa a responder à questão sobre a necessidade que os homens têm de transpor, de forma imaginária, as suas condições existenciais, consiste em afirmar que a ideologia tem uma existência material⁷³. A ideologia oriunda da existência material é assim justificada por Althusser nos Aparelhos ideológicos de Estado (AIEs):

Designamos por Aparelhos Ideológicos de Estado um certo número de realidades que apresentam-se ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas. Propomos uma lista empírica, que deverá necessariamente ser examinada em detalhe, posta à prova, retificada e remanejada. Com todas as reservas que essa exigência carreta podemos, pelo momento, considerar como Aparelhos Ideológicos de Estado as seguintes instituições [...]: - AIE religioso [...], - AIE escolar [...], - AIE familiar, - AIE jurídico, - AIE político [...], - AIE sindical, - AIE da informação [...], - AIE cultural [...]. (ALTHUSSER, 1985, p. 68)

Cada Aparelho Ideológico de Estado tem e si a função de assegurar, de segurar, de promover, e de sedimentar maneiras de ver e de interpretar o mundo, tomando a si o sujeito que a ela se submete e que com ela se identifica. Ainda, cada aparelho ideológico tem em comum o alinhavo à “subordinação à ideologia dominante” (ALTHUSSER, 1985, p. 89), uma deformação imaginária, o que assim se dá, conforme explica o autor:

[...] o que se passa com indivíduos que vivem uma ideologia, isto é, uma representação do mundo determinada (religiosa, moral etc.) cuja deformação imaginária depende da relação imaginária com suas condições de existência, ou seja, em última instância das relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com relações reais). Diremos que esta relação imaginária é em si mesma dotada de uma existência material. (ALTHUSSER, 1985, p.89-90)

Tal fato resulta na consequência de tornar o homem - em especial direcionamento, a classe trabalhadora - moldável aos interesses da classe dominante, agindo de tal forma que lhes garantam os privilégios por meio de sua alienação. Dessa forma, a alienação é ensinada/repassada/instituída em todos os setores da sociedade, processo esse em que os indivíduos começam a praticá-la já

⁷² Grifo nosso.

⁷³ É essa uma das questões que mobilizou Michel Pêcheux (1997), a considerar que a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade do discurso é a língua.

na própria família, passando pela escola, por instituições religiosas, pela televisão, por convicções políticas, etc., construindo seres sem consciência de sua condição sócio-histórica e ideológica, e, por isso, facilmente enganados e explorados. Dessa forma, Althusser conclui que “só há prática através de e sob a uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito” (ALTHUSSER, 1985, p. 93).

Por essas considerações teóricas, referenciamos nosso objeto de estudo, quando há um patrulhamento ideológico em que família e escola, ao defender determinado ponto de vista (posicionamento ideológico), corroboram para que se pense de tal forma - e não de outra, fazendo com que se considere isso uma verdade. Assim funciona o sujeito quando então tomado pela ideologia, assujeitado, pois há um jurídico-capitalista a reger/dominar o sujeito - sua forma-sujeito histórica, conforme Orlandi (1999).

O sujeito então assujeitado, assim denominado pela AD, tem, em sua constituição, o paradoxo como uma de suas questões principais: ao mesmo tempo em que é livre e pode qualquer coisa (pensar, dizer, fazer), é também submisso as suas tomadas de posição. É livre no fato de que tudo pode dizer e submisso porque necessita submeter-se à língua para dizê-lo. Ao fazê-lo, inscreve-se, ideologicamente, em um ou em outro lugar. Orlandi (1999), no entanto, assevera que não podemos reduzir a questão da subjetividade ao linguístico; fazemos entrar em conta também sua dimensão histórica. Dessa forma, compreendemos a AD como interpretação à observação do linguístico cerceado pelo discursivo, pela historicidade, pois o sujeito é sempre instado a interpretar. Nesse sentido, Pêcheux assim se manifesta:

[...] atravessado por uma divisão discursiva entre dois espaços: o da manipulação de significações estabilizadas, normatizadas por uma higiene pedagógica do pensamento, e o de transformações do sentido, escapando a qualquer norma estabelecida a priori, em um trabalho do sentido sobre o sentido, tomados no relançar indefinido das interpretações. (PÊCHEUX, 2012, p. 51)

É o que podemos confirmar com as noções de formações discursivas e formações ideológicas, em que o sujeito pode identificar-se com uma ou com outra, filiando a esse processo (de identificação) a construção que faz dos sentidos, corroborando/concordando/reproduzindo, reafirmando ou, em uma outra relação, contrapondo-se. De toda forma, sempre tomando o/um seu lugar no discurso.

As formações discursivas são pensadas, por Pêcheux, como “aquilo que, numa

formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito” (PÊCHEUX, 1997, p. 160) - e isso determina que as palavras mudem de sentido conforme a filiação ideológica de quem as profere. As formações ideológicas, por sua vez, consistem em elementos capazes de intervir como uma força em confronto com outras na conjuntura ideológica de uma determinada formação social; são elas que compõem as formações discursivas. Além disso, para Pêcheux (1990), elas têm um caráter regional, ou seja, se referem às mesmas coisas, mas o fazem de modo diferente. É isso que está presente em toda e qualquer tomada de posição de um sujeito.

Assim, citamos Orlandi (1999), para quem a materialidade do texto está intimamente ligada à posição sujeito, já que toda modificação em tal materialidade é resultado de diferentes gestos de interpretação. Quaisquer que sejam as modificações, todas elas indicam as diversas posições do sujeito, com inúmeras formações discursivas, variados recortes de memória e múltiplas relações com a exterioridade. Esse é um aspecto crucial: a ligação da materialidade do texto à sua exterioridade (memória).

Pêcheux afirma que a memória não possui “o sentido psicologista de memória individual, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas e da memória construída do historiador.” (PÊCHEUX, 1999, p. 50). Indursky (2011), sobre memória discursiva, expõe que essa se “depreende de uma formação discursiva e não é plena, não é saturada, pois nem todos os sentidos estão autorizados ideologicamente a ressoar em uma formação discursiva” (INDURSKY, 2011, p. 78), ou seja, nem tudo faz sentido para determinado grupo quando esse não possui laços de pertencimento ou filiação a uma determinada (e fechada) formação discursiva.

A memória discursiva, portanto, é aquela que faz ressoar o já-dito, cujo sentido está/é estabilizado, em face de um texto, segundo Pêcheux (1999, p. 52), “surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita”.

E, dessa forma, observamos que a memória discursiva produz a possibilidade de toda formação discursiva construir e reconstruir formulações já enunciadas. As reformulações ocorrem por intermédio do aparecimento, rejeição, transformação, entre outros, resultando em sentidos condicionados ao modo como os discursos se

inscrevem na língua e na história. Ou seja, o discurso significa por se inscrever e pertencer à determinada formação discursiva - e, portanto, também ideológica - constituída e não pela determinação do enunciador. Com isso, depreendemos que o gesto de interpretação do autor é o fato que o constitui na posição autor, ocorrendo em sua relação com a memória, também referida como saber discursivo e/ou interdiscurso. A autora, ainda, sobre a relação do sujeito com a história, assim reflete:

O sujeito, podemos dizer, é interpelado pela história. O autor é aqui uma posição na filiação de sentidos, nas relações de sentidos que vão se construindo historicamente e que vão formando redes que constituem a possibilidade de interpretação. (ORLANDI, 2007, 15).

Pelas palavras da autora, podemos nos referir que os sentidos são de certa forma, datados, pois incidem, nos processos de significação, as condições de produção dos discursos. Ou seja, o sujeito é convocado a significar e significa de um modo e não de outro, por uma resposta a essa injunção, num processo em que o sócio-histórico e igualmente o ideológico intervém como pressuposto.

Segundo Althusser “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”, sendo ele sujeito concreto. (ALTHUSSER, 1985, p.93). Sujeito e ideologia constituem-se conjuntamente, já que a ideologia tem por objetivo a construção do sujeito, o qual, concomitantemente, vai se construindo durante esse processo. O autor explana esse ponto afirmando que: “É nesse jogo da dupla constituição que se localiza o funcionamento de toda a ideologia, não sendo a ideologia mais que o seu funcionamento nas formas materiais da existência desse mesmo funcionamento” (ALTHUSSER, 1985, p. 93-94). Dessa forma, compreendemos que o sujeito é desde sempre já sujeito porque desde sempre na história e no simbólico. Nesse sentido, Orlandi elucida que o sujeito não é considerado a origem, mas o centro. Ele se constrói em sua história e se significa por meio da memória, construindo-se e constituindo-se, permanentemente, em seu processo de indentificação. De acordo com a autora:

Ao falar, ao significar, eu me significo... Do ponto de vista discursivo, sujeito e sentido não podem ser tratados como já existentes em si, como a priori, pois é pelo efeito ideológico elementar que funciona, como se eles já estivessem sempre lá. (ORLANDI, 2007, p. 31).

A partir das reflexões sobre o sujeito e discurso, Orlandi delibera a afirmação

“não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia” (ORLANDI, 1996, p. 13). Dessa forma, observamos que o discurso, que tem a “língua como base comum para processos discursivos diferenciados”, conforme Pêcheux ([1975] 2009, p. 81), foge da superficialidade dessa linguagem, da crença que essa possa ser transparente, com sentidos claros e únicos. Ao contrário, percebe a linguagem como “parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história.” (ORLANDI, 1999, p.15).

A linguagem se funda do explícito e do implícito do texto, o que exige do leitor um exercício maior do que o simples observar o sentido literal ficar à mercê das evidências que o determinam, dado que não existe sentido assim; há, pois, a percepção dos “processos de identificação dos sujeitos, de subjetivação, de construção da realidade” (ORLANDI, 1999, p. 21).

Dentro das noções mobilizadas pela teoria discursiva, para compreender o discurso é preciso também compreender a diferença entre história e historicidade: a concepção de história, dentro do século XIX, detinha-se em considerá-la em uma dimensão temporal, quando os fatos eram os marcos dessa narrativa e eram organizados de forma cronológica. (ORLANDI, 2007). A história assim vista era considerada como algo exterior, complementar, ou relativo à causa e/ou efeito diante do sistema linguístico. Por outro lado, a historicidade é reconhecida como sendo constitutiva da linguagem, porquanto permanentemente em relação com sua exterioridade, não dela distinta, mas com ela entrecruzada. Orlandi explica que:

[...] não se parte da história para o texto - avatar da análise de conteúdo - se parte do texto enquanto materialidade histórica. A temporalidade (na relação sujeito/sentido) é a temporalidade do texto. (ORLANDI, 2007, p. 55).

A partir dessas reflexões, a autora conclui que um sujeito não produz apenas um discurso, mas diversos; o sujeito está permanentemente em definição, o discurso se diferencia do texto por ser compreendido juntamente com sua historicidade, não sendo possível separá-los; ou seja, para uma melhor compreensão, a AD se ocupa do discurso e não do texto. (ORLANDI, 2007). A interpretação ocorre entre o material e a língua. O sujeito faz sua análise a partir de seu ponto de vista, de sua perspectiva. Tal perspectiva é formada a partir das condições de produção, condições essas que compõem o dizer e também o interpretar - em que incidem a circunstância da enunciação, o contexto imediato (em sentido estrito) e o contexto sócio-histórico e ideológico (em sentido amplo), conforme postula Orlandi (1999).

Ainda sobre sentido, é preciso considerar o silenciamento também como fator

constituente do significado, pois é um dos fatores que marcam o caráter de incompletude da linguagem. Afirma Orlandi (2007, p. 12), que todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer. Tal fato remete ao desconforto do não se ter um sentido fixo, da possibilidade de muitos sentidos, da incompletude da linguagem e da possibilidade de equívoco. Está estreitamente vinculado à “história e a ideologia” (ORLANDI, 2007, p.12). O silenciamento ou a política do silêncio denuncia(m) uma situação de censura, o estabelecimento de um conflito entre dominante e dominado. Orlandi reflete que:

Aí entra toda a questão do ‘tomar’ a palavra, ‘tirar’ a palavra, obrigar a dizer, fazer, calar, silenciar etc. Em face a sua dimensão política, o silêncio pode ser considerado tanto parte da retórica do dominador (a da opressão) como de sua contrapartida, a retórica do oprimido (a da resistência). E tem todo um campo fértil a ser observado: na relação entre índios e brancos, na fala sobre reforma agrária, no discurso sobre a mulher, só para citar alguns. (ORLANDI, 2007, p.29).

Com isso, percebe-se que o silêncio não se refere apenas à parte sonora da língua, a um “nada dizer”; ao contrário, “possui significação”, compreende uma relação significativa entre som (ou sua ausência) e sentido. “No entanto, assim como a linguagem, o silêncio não é transparente”. (ORLANDI, 2007, p. 67). O silêncio não necessita da materialidade linguística para significar, “ele não remete ao dito, ele se mantém como tal, ele permanece silêncio e significa” (ORLANDI, 2007, p. 66). A autora ainda elucida o fato ao afirmar:

A ‘legibilidade’ do silêncio nas palavras só é tornada possível quando consideramos que a matéria significante do silêncio e da linguagem diferem e que isso conta nos distintos efeitos de sentido que produzem. (ORLANDI, 2007, p.67)

O estudo do silêncio, igualmente ao estudo das demais ferramentas de análise da AD, ocasiona, ao analista de discurso, determinada inquietação devido à possibilidade de diversas e distintas interpretações, já que cada análise é única, assim como cada resultado.

Ao tratarmos, portanto, de algumas noções que são caras à Análise de Discurso, visamos a delimitar a compreensão que temos da teoria às demandas do nosso objeto de estudo: como pensar o político (e a política) nas leis nacionais de educação? Como os sujeitos se relacionam com o discurso da escola sem partido? Como significa o sem partido se, ao assim se colocar, já é uma tomada de posição? Como sujeitos trabalham (ou se filiam) a questão não somente dos sentidos aí

postos, determinados, mas também dos sentidos a partir daí pensados e mobilizados?

2.2 A POLÍTICA E O POLÍTICO

Refletir sobre e mobilizar as noções de “A Política” e “O Político”⁷⁴ se faz imprescindível nesta dissertação, já que é o que entrelaça e movimenta a discussões propostas por este estudo . Tais concepções relacionam-se diretamente à Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e ao projeto de lei Escola sem Partido (PLESP). A LDB é responsável por instituir diretrizes ao sistema educacional, juntamente com outros fatores, sendo responsável por significar e construir uma realidade escolar, formadora de cidadãos. O PLESP, por sua proposta, visa a ditar novas/outras diretrizes, a partir de diferentes concepções políticas e, com isso, estruturar uma outra realidade, considerada “nova” e, conseqüentemente, um distinto perfil de cidadão. Para isso, faz-se necessário compreendermos “o político nas leis nacionais de educação” e inferir o papel da “política” nessas condições de produção. Desse modo, faremos uma breve explanação das noções de política a partir de autores como Aristóteles, Hannah Arendt e Jacques Rancière e de político por André Corten e Freda Indursky.

A Política, segundo Aristóteles é “a ciência da felicidade humana” (ARISTÓTELES, 1997, p.05). Tal ciência ocupa-se de duas questões fundamentais: a primeira busca determinar o que é felicidade, estudos esses que recebem a denominação de Ética; a segunda, qualificada como a Política propriamente dita, objetiva complementar a primeira e reflete sobre os meios possíveis pelos quais o homem pode obter a felicidade. Nessa perspectiva, Ética e Política são impartíveis. Aristóteles expõe:

A meta da política é descobrir primeiro a maneira de viver que leva a sociedade humana a felicidade, e depois a forma de governo e as instituições sociais capazes de assegurar aquela maneira de viver. (ARISTÓTELES, P.1997, p.05)

Dessa forma, na Grécia Antiga, a política tinha como objetivo buscar formas de vida que garantissem ao homem, “animal social por natureza” (ARISTÓTELES,

⁷⁴ Uma primeira reflexão foi realizada no artigo “Projeto de Lei ‘Escola sem Partido’: o professor sem voz?”, apresentado no “Seminário Internacional em Letras – In Letras”, no Centro Universitário Franciscano, no ano de 2017.

1997, p.05), a felicidade, a qual deveria ser oportunizada pela atuação do governo. Para isso, o homem, parte constituinte da cidade (polis) e possuidor do dom da oratória, tem a obrigação de indicar o conveniente e o nocivo, o justo e o injusto a seus concidadãos, sendo, permanentemente, atuante no que denomina Política.

Hannah Arendt (1983) interpreta a política na atualidade com peculiaridades distintas da política descrita por Aristóteles. Segundo a autora, o homem não tem apenas a obrigação de ser atuante na sociedade por meio da oratória, mas ser capaz da ação que se efetiva pelo discurso, concomitantemente, na esfera pública. A autora elucida:

A vida sem discurso e sem ação está literalmente morta para o mundo - deixa de ser uma vida humana, uma vez que já não é vivida entre os homens. Na ação e no discurso, os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim se apresentam ao mundo humano, através da cena pública que nunca é comensurável, pois tem espaço para o dissenso. (ARENDR, 1983, p.189).

Ao trazer à baila a relação necessária entre discurso e ação, associada às identidades e apresentável à cena pública, traz também a questão dos distintos posicionamentos, da pluralidade das ideias, de visões que não se coadunam entre si, da luta por espaços. O dissenso, assim posto, é considerado por Arendt como fundamental na esfera pública e deve ser respeitado mesmo que a grande maioria opte por determinado ponto, pois é no dissenso que surgem os “jogos” de poder. Na perspectiva da autora, o poder não é algo absoluto, mas um potencial manifestado através da associação dos homens, na discussão do conjunto. O poder não é propriedade de um homem apenas, é o resultado da interação de todos. (ARENDR, 1973). A discordância, em especial na política, também é compreendida por Jacques Rancière (1996), sob uma outra perspectiva, ou seja, não como o lugar de incompreensão, mas como um “bailado” de interlocutores que tomam e cedem a palavra sistematicamente, em que cada enunciado é característico do lugar em que está inserido seu enunciador na sociedade.

Desse modo, o posicionamento político de cada indivíduo está estreitamente ligado ao seu sujeito enunciador, sendo os efeitos de sentido produzidos por sua materialidade linguística juntamente com sua historicidade. Rancière compreende a política como intimamente vinculada à interação verbal entre os indivíduos. O autor afirma que é a palavra que faz do homem um ser político (RANCIÈRE, 1996), diferentemente do senso comum atual, que alega que a política deve ser feita por

cada indivíduo de forma isolada. O autor também enfatiza que o objetivo da política é desestabilizar a estrutura social, dando visibilidade aos “invisíveis”: “ela faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (RANCIÈRE, 1996, p.42). Ou seja, a política é o que abre espaço ao que não se encontra na esfera dos que dominam, dos que imprimem a todos, pelo discurso, os seus interesses e vontades. Ao mesmo tempo, entendemos que é pela política que vozes muitas vezes silenciadas conquistam o espaço de fazerem-se ouvir. É por esse viés que o autor também discorre, acrescentando, porém, que as dissimetrias, mesmo assim, permanecem:

[...] existe política porque aqueles que não têm direito de serem contados como seres falantes, conseguem ser contados e constituem uma comunidade pelo fato de se colocarem em comum o dano que nada mais é que o próprio enfrentamento, a contradição de dois mundos alojados num só: o mundo em que estão e o mundo em que não estão... o conflito separa os dois modos de estar-junto humano, dois tipos de divisão do sensível, opostos em seu princípio e, no entanto, entrelaçados um no outro, nas contagens impossíveis da proporção, assim como nas violências do conflito. (RANCIÈRE, 1995, p.40).

O autor coloca que há sim divisões, contradições, mundos diferentes, violências e o “estar-junto”, apesar dos distanciamentos, em conflitos. Os três autores, no entanto, apresentam como ponto comum o entendimento de que a política se estende muito além do que um campo do saber, “é constitutiva da esfera pública e da cena comum, em que o político está constituído”. (CAZARIN, 2011, p.42). Com isso, a política é de interesse da totalidade dos sujeitos que compõem o Estado, devendo todos compreender o que é política e seu funcionamento, para, com isso, atuarem, de forma consciente e ativa, em prol de seus interesses. A política está inserida em um espaço mais abrangente, denominado então como “o político”.

O político, segundo Corten (1999, p. 37-52) é entendido como “representação das forças políticas” e definido a partir da teoria da Análise do Discurso como a representação da cena das forças políticas construída pelo discurso, isto é, na e pela cena discursiva de interlocução. Assim, percebemos que o político é a realidade provocada pela ação executada pelos membros da sociedade, agentes políticos que atuam de diferentes lugares sociais. Paraphraseando Corten, Indursky conclui que:

Em meu entender, o político se constrói através dos discursos em circulação no discurso social. Ou seja, entendo o político como o resultado da trama de diferentes processos discursivos, atravessados pelo interdiscurso e recortados por diferentes formações discursivas. (INDURSKY, 2005, p.102.)

A partir disso, depreendemos, entre outras tantas questões relacionadas, que compreender o político compreender que ele abarca um conjunto formado pela diversidade de discursos (e ideologias), os quais só significam por terem sentido no interdiscurso, lugar em que a política se instaura. A política, diferentemente, compreende uma parte constituinte do político, pois contempla o discurso de uma parte da comunidade, composta/constituída de/por uma ideologia, a qual se volta aos seus objetivos de uma ou de outra classe social, representada por determinadas formações discursivas.

Nesse contexto, em que há uma disputa política entre discursos políticos, em que a LDB se configura como uma lei e o PLESP se presentifica como uma proposta de lei, torna-se necessário compreender o conceito de “lei” e sua relevância na sociedade. Ao estarmos sob a forma sujeito-histórica jurídico-capitalista, conforme mencionado anteriormente (HAROCHE, 1992), uma lei é uma das ferramentas mais utilizadas pelo Estado, no ambiente governamental, é oriunda do político e outorgada por meio da política. A legislação, nesse caso, como objeto ingerência de um dos três poderes, o legislativo, é fator de extrema relevância e grandemente debatido no meio político, conceitualizada pelo dicionário Aurélio como: “regra de direito ditada pela autoridade estatal e tornada obrigatória para manter, numa comunidade, a ordem e o desenvolvimento” (FERREIRA, 2009, p. 1191). As leis regem a organização da sociedade, podendo seu descumprimento acarretar em punições, conforme a infração praticada. É o que referimos já, com base na teoria discursiva, sob a noção de assujeitamento: o sujeito pode tudo dizer/fazer, tem liberdade para isso, é livre para realizar suas escolhas, tomar um seu lugar; ao mesmo tempo, no entanto, está sob a letra da Lei.

A partir das concepções de “a política” e “o político”, passamos a explorar pelo viés histórico, os conceitos de “Direita” e de “Esquerda”, os pré-construídos, os sentidos que se constroem a partir de suas filiações a distintas formações discursivas, e como “convivem”, ou seja, como se apresentam na “cena pública” (RANCIÈRE, 1996), como delimitam seus espaços de discurso e de ação, atualmente no Brasil. Esse estudo se fez necessário a partir de suas recorrências nas sequências discursivas analisadas.

2.3 “DIREITA” E “ESQUERDA”

No decorrer do processo de elaboração deste estudo, percebemos que a referência a convicções políticas denominadas de “Direita” e de “Esquerda” são recorrentemente mencionadas. Os sentidos que tais palavras suscitam, no entanto, levam a inúmeras possibilidades de interpretação - as palavras não são transparentes, afirma-nos Orlandi (1999) - e as evidências levam a sentidos como: convicções ideológicas, preconceitos, desinformação, entre outros. Assim, para logarmos compreender o que tem significado dizer “Direita” e “Esquerda”, especificamente no Brasil, nos dias atuais, e como tais denominações estão sendo interpretadas, faremos uma breve exposição sobre o sistema político brasileiro.

É costumeiro classificar as opiniões e ações sob aspectos ideológicos; mas, mesmo considerando-as sob situações comuns, ou com base nos programas partidários, nos projetos apresentados, nas defesas desta ou daquela opinião, nas críticas a certas propostas, elas se inserem numa determinada posição ideológica. Nesse cenário, no entanto, muitas são as terminologias que rotulam tais posicionamentos, simplificando-os, colocando-os em duas posições consideradas opostas, contrárias, polarizadas, radicais, ideias refletidas nos termos liberal e socialista, conservador e liberal e “direitaeesquerda”. Nessas referências, o par opositivo “direita e esquerda” é o que majoritariamente tem sido utilizada no Brasil.

Segundo Sousa (2016), os termos “Direita” e “Esquerda” ao referenciarem-se ao cenário político, possuem suas origens relacionadas com a Revolução Francesa, quando os membros da Assembleia Nacional, divididos em: partidários da Assembleia, que passaram a compor a mesa de debates sentados à direita do presidente; enquanto os partidários da Revolução passaram a sentar-se à esquerda.

Por conseguinte, surgiu a definição “Esquerda” e “Direita”, com o conceito que se tem hoje, não somente no Brasil. A Esquerda representa, então, os defensores das causas sociais, dos interesses da população de baixa renda e de ideologias acercadas ao socialismo. Diferentemente, a Direita se situa como representante da busca pela manutenção do *status quo* e sinaliza o amparo a grupos econômicos dominantes, os quais se posicionam pelo liberalismo econômico, pelo capitalismo, pelo domínio dos os dos meios de produção.

No Brasil, a disposição dos atores no cenário político como pertencentes à Direita ou Esquerda reportae ao período do Império, durante o enfrentamento do

Partido Conservador, denominado de “Direita”, e do Partido Liberal, intitulado de “Esquerda”. O Partido Conservador, como já está dito, defendia a manutenção do *status quo* e possuía, na sua formação, grandes latifundiários, comerciantes de grande expressão e funcionários do alto escalão do governo, que defendiam os interesses da classe abastada, em detrimento dos interesses do povo.

De outra forma, o Partido Liberal era composto por pensadores progressistas que defendiam os interesses das camadas médias urbanas e o equilíbrio dos interesses dos senhores rurais, mas contrários ao regime de escravidão. Apesar de ser considerado adversário do Partido Conservador, esse partido jamais levantou bandeiras revolucionárias - o que nos leva a pensar que, talvez, nem todos os discursos sejam políticos (apagando a política). Mas o são, desde que instauram uma posição a ser defendida, representando uma filiação ideológica, a partir de um determinado lugar social.

Posteriormente ao período imperial e devido à Proclamação da República, o Partido Conservador teve sua extinção. Muitas foram as causas que o levaram ao fim, sendo uma das mais prováveis o fato de representar esferas ligadas ao Império. Sob outra perspectiva, o Partido Liberal transformou-se na Liga Progressista, antes mesmo desse evento. De toda forma, é preciso considerar que tanto “Direita” quanto “Esquerda” assumiam o capitalismo, não havia aí, na cena política, o dissenso.

Com o decorrer do tempo - estamos nos referindo aqui já ao início do século XX - a Esquerda brasileira passou a aproximar-se, cada vez mais, dos movimentos socialistas, comunistas e, até em alguns momentos, anarquistas, criando uma identidade que formaria a imagem muito associada a essas posições ideológicas até os dias atuais.

Em contrapartida, a Direita, por diversas vezes, se abeirou de movimentos fascistas e, em outros momentos, assumiu o poder de modo abrupto, como o Golpe Militar do ano de 1964. Por tais motivos, sempre ficou associada tanto aos movimentos que visam apenas a defender interesses de grupos específicos quanto a práticas que se utilizam de métodos truculentos para garantir o seu poder. Por esse viés, podemos já ir compreendendo como foi se construindo o que vemos em circulação hoje, os extremos, a polarização - em que, se não se é “x”, é-se um “não-x”; assim, não há, no cômputo geral, lugar outro que não seja um desses.

Para Souza (2016), a divisão está dada: a direita é dos ricos, daqueles que

não querem perder privilégios, tampouco fazer concessões de direitos; a esquerda é o lugar dos pobres, daqueles que querem mudar a ordem social para ampliar e universalizar direitos, inspirados que são nos ideais da Revolução Francesa. Hoje, a esquerda está relacionada à abertura de perspectivas de futuro inclusiva, à contestação dos privilégios de uma minoria, à ânsia pela transformação e mudança social. Para o autor, por fim:

Ser de esquerda é não se conformar ao status quo, não aceitar a naturalidade das hierarquias sociais e as desigualdades que elas engendram, não se conformar à exploração do homem pelo homem nem desistir de pensar a utopia e problematizar projetos de um futuro melhor. (SOUSA, 2016, s/p).

Assim, depreendemos que “Direita” e “Esquerda” originariamente defendiam interesses contrários. No entanto, nos dias de hoje, poderíamos nos questionar diante disso: quais os pontos em comum, divergentes, de deriva? Em prol de objetivos como “governabilidade”, alianças se constroem. Sem, no entanto, que nos posicionemos quanto a isso, consideramos Domingues (2017), para quem:

A verdade é que os rótulos Esquerda-Direita embora ainda utilizados na arena política são muito limitados para definir a diversidade política do século XXI. As diferentes visões atuais de mundo e de sociedade não podem mais serem expressas no contexto da habitual polarização Esquerda-Direita. Talvez seja mais interessante assinalar a concepção política de cada um de acordo com a abrangência de seu discurso, por exemplo, liberal/anti-liberal, democracia/ditadura, individualismo/coletivismo, intervencionismo/não intervencionismo, etc. Esquerda e Direita tornam-se meros rótulos que refletem cada vez menos divisões reais, pelo menos, do ponto de vista social e econômico. (DOMINGUES, 2017, s/p).

Assim, o que temos tido hoje, na década de 2010, no país? Segundo Tarouco; Madeira:

[...] os partidos brasileiros têm sido classificados na dimensão esquerda-direita sem grandes controvérsias entre autores e analistas políticos e também sem que tenha sido travado nenhum debate mais aprofundado sobre os fundamentos desta classificação. A disposição do PT e do PDT na esquerda, PMDB e PRDB no centro, e PDS, PPR, PPB, PP, PTB e PFL/DEM na direita, que costuma ser admitida em estudos de diversas áreas. (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 150)

Isto posto, percebemos que no Brasil, nos dias atuais, não encontramos mais os partidos utilizando-se dessa polaridade. Temos como exemplo a aliança realizada entre PT e PMDB entre a presidente Dilma Rousseff e o vice-presidente Michel Temer, nas eleições do ano de 2010.

A questão, no entanto, de uma classificação de direita e de esquerda, é que

os conceitos mesmo, a partir dos próprios lugares ocupados, pode ficar comprometida. Consideramos os autores, que assim distinguem esses posicionamentos:

(i) como categorias indicativas de posicionamento à esquerda: regulação do mercado, planejamento econômico, economia controlada, análise marxista, expansão do Welfare State⁷⁵ e referências positivas à classe trabalhadora; (ii) como categorias indicativas de posicionamento à direita: menções positivas às forças armadas, livre iniciativa, incentivos, ortodoxia econômica, limitação do Welfare State e referências favoráveis à classe média e grupos profissionais (para contrastar com as referências à classe operária. (TAROUCO; MADEIRA, 2013, p. 159)

Diante das questões aqui expostas e discutidas, voltamo-nos, novamente, ao nosso aporte teórico, a AD, quando trata de língua e de ideologia:

[...] o sistema da *língua*⁷⁶ é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo *discurso*. (PÊCHEUX 2009 [1975], p. 81)

Ou seja, na relação língua e discurso, há uma autonomia *relativa* da língua, pois “*todo processo discursivo se inscreve numa relação ideológica de classes*”. Então, embora tenhamos discorrido sobre noções de direita e esquerda, pois assim tem se dado a polarização dentro do discurso político sobre a política brasileira, convém trazer ainda que:

O político, ou melhor, o confronto do simbólico com o político como diz M. Pêcheux (1975), não está presente só no discurso político. O político, tal como o pensamos discursivamente está presente em todo discurso. Não há sujeito, nem sentido, que não seja dividido, não há forma de estar no discursivo sem constituir-se em uma posição-sujeito e, portanto, inscrever-se em uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, é a projeção da ideologia no dizer. As relações de poder são simbolizadas e isso é o político. A análise de discurso trabalha sobre relações de poder simbolizantes em uma sociedade dividida. (ORLANDI, 2012, p. 55).

2.4 SOBRE AS ANÁLISES

Na sequência, passamos a lançar um olhar teórico e analítico diante das materialidades discursivas⁷⁷ selecionadas, a saber: Vídeo “Roda Viva - Leandro Karnal - 04/07/2016” e os 12 primeiros comentários publicados na sequência o artigo

⁷⁵ “Estado do bem-estar social”, tradução nossa.

⁷⁶ Grifos do autor.

⁷⁷ Materialidade discursiva é compreendida por Orlandi (2011) o que é tomado como material de reflexão pelo analista de discurso, considerado em suas especificidades.

“UFPR diz que ‘Escola sem Partido’ limita ensino e pode gerar perseguições”, de autoria de Rogerio Galindo e 05 comentários encontrados em sua sequência, o vídeo “Prof. Fernando Penna - Audiência Pública sobre “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016)” e os 04 comentários encontrados sequencialmente.

Na continuidade, deter-nos-emos em reflexões sobre as sequências discursivas retiradas do vídeo “Roda Viva - Leandro Karnal - 04/07/2016”, pertencente ao canal televisivo TV Cultura. O programa de entrevista recebeu o professor da USP-SP Leandro Karnal para opinar sobre a proposta de inserção do projeto “Escola sem Partido” na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e nas diversas proposições em nível municipal e estadual em que ele se encontra. A inserção do PESP na LDB impactaria grandes mudanças na educação brasileira em âmbito nacional, por propor que os professores sigam seis novas diretrizes em suas atividades. Tais diretrizes estariam então dispostas em um cartaz fixado no fundo de todas as salas de aula, e os professores, no caso de não as cumprirem, estariam submetidos a penalidades cabíveis. O tema proposto pelo programa “Roda Viva” teve motivação no político existente no momento atual, posto que a população, de forma geral, sente-se convocada a refletir e a se posicionar frente a essa questão, um dos problemas de nosso país no campo educacional. Ao fazê-lo, colocando-se a favor ou contra o PLESP e as correntes de Esquerda ou Direita, toma uma posição, filia-se ideologicamente a uma formação discursiva ou a outra, identificando-se⁷⁸ plenamente (ou não) a ela, pois os sujeitos são divididos.

2.1.1 Primeira análise: Entrevista de Leandro Karnal e Comentários

Essa materialidade foi eleita por levarmos em consideração a grande popularidade do Professor Leandro Karnal⁷⁹ na internet, assim como a ampla quantidade de visualizações do referido vídeo, a saber, um total de 1.106.191, acrescido de 3.440 comentários, 26 mil “Gostei” e 1,7 mil “NãoGostei”.

Sobre o referido vídeo, figura 02 na qual mostra o professor, cumpre informar ainda que realizamos alguns recortes, em sequência, transcrevendo-os a seguir, no quadro 03.

⁷⁸ Segundo Indursky (2005).

⁷⁹

Figura 02 - Vídeo 01: “Roda Viva | Leandro Karnal | 04/07/2016”



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=JmMDX42jOoE>

Quadro 03: Recorte textual do vídeo “Roda Viva | Leandro Karnal | 04/07/2016”

A escola sem partido é uma asneira sem tamanho, é uma bobagem conservadora, é coisa de gente que não é formada na área e que decide ter uma ideia absurda, que é substituir o que eles imaginam que seja uma ideologia em sala de aula por outra ideologia. É uma ideologia conservadora então, como eu já desafiava algumas pessoas: - Me diga um fato histórico você vai dar que não tem opção política? E assim por diante, não existe escola sem ideologia. Os jovens têm sua própria opinião, ouvem o professor, vão dizer que o professor é de tal partido. Os jovens não são massa de manobra e os pais e professores sabem que os jovens têm sua própria opinião, toda opinião é política, inclusive a escola sem partido. [...]

Eu gostaria de uma escola que suscitasse o debate, mas se o professor for militante de um partido de esquerda ou de centro também faz parte do processo isto não é ruim. A demonização da política é a pior herança dessa ditadura militar, que além de matar seres humanos, ainda nossos problemas foram piorados pela ditadura. [...]

É muito importante lembrar que não se deve nunca questionar a democracia, deve-se aperfeiçoá-la. Quando nós olhamos os representantes do campo político conservador brasileiro, como pastor Malafaia e o deputado Bolsonaro, são figuras de fácil e imediata possibilidade de caricatura. Nós não temos aqui no Brasil aquele conservador inglês bem vestido e falando bem, sem babar ou gritar, nós temos gente, em geral, histérica em nome de Deus ou da rota que grita o tempo todo e tem ataques furibundos irracionais. [...]

Fonte: Transcrição automática realizada pelo Youtube. A transcrição na íntegra encontra-se no Anexo I

A partir do exposto, podemos afirmar que Leandro Karnal, em sua posição-sujeito de professor e de historiador, posiciona-se contrário ao Projeto de Lei “Escola

sem Partido”, classificando-o, conforme consta no recorte discursivo⁸⁰ que segue, como em RD 01:

“[...] uma asneira sem tamanho” e “uma bobagem conservadora [...]”

Ao afirmar que a ESP é uma “asneira” e, além disso, “sem tamanho”, além de “bobagem” acrescida de “conservadora”, o professor argumenta na direção de desqualificar o projeto (até pelo próprio uso de palavras que circulam no senso comum dizendo, pela própria escolha dessas palavras, que não se trata de algo elaborado - o que também não significa dizer que se elaborado não pudesse ter a mesma posição): que esse projeto foi criado e proposto por pessoas não habilitadas e, conseqüentemente, despreparadas, que propuseram algo incoerente, que foge à realidade das necessidades educacionais, seguindo um padrão conservador e retrógrado. Verificamos, por meio da memória discursiva, que a palavra “conservadora” remete à teoria política de Direita.

Dessa forma, por meio do resgate da palavra conservador, evidenciamos haver uma crítica seguindo o dicionário Aurélio⁸¹: “quem faz parte de um partido conservador, defensor da conservação das normas e das tradições estabelecidas” e “aquele que se opõe às mudanças, não aceitando inovações morais, sociais, políticas, religiosas, comportamentais”, ou seja, o que está parado no tempo, sem aperfeiçoamento e, portanto, talvez inadequado, se considerarmos que se vive em outro tempo e as questões interpostas na contemporaneidade não mais comportariam sistemas de ensino pautados por conceitos que não se sustentam na prática cotidiana escolar. Referir-se como “asneira”, remete a asno, o que está associado à falta de inteligência, de capacidade de ver, de analisar, entre outras ações mais pertinentes ao caso; conforme podemos o mesmo dicionário⁸² também “bobagem; ação ou dito desprovido de sentido” e “gafe; ação ou dito de quem age do modo impróprio ou diz algo sem refletir”. “Bobagem”, por sua vez, remete à “bobo”⁸³ - ou seja, “pessoa que se comporta de modo incoerente, sem lógica; idiota” e “indivíduo sustentado pelos reis e poderosos para os entreter com zombarias ou

⁸⁰ Entendemos “recorte discursivo” conforme Orlandi em Orlandi, E. “Segmentar ou recortar?”. *Linguística: questões e controvérsias*. Série Estudos 10. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. “O gesto analítico de recortar visa ao funcionamento discursivo, buscando compreender o estabelecimento de relações significativas entre elementos significantes”.

⁸¹ Fonte: <https://www.dicio.com.br/conservador/>, acesso em 08/01/2019.

⁸² Fonte: <https://www.dicio.com.br/asneira/>, acesso em 08/01/2019.

⁸³ Fonte: <https://www.dicio.com.br/bobo/>, acesso em 08/01/2019.

fazendo graças; bobo da corte”, em outras palavras, algo que não pode ser levado a sério; havendo inúmeras referências a esse termo.

Encontramos na RD 02:

“[...] decidem ter uma ideia absurda, que é substituir o que eles imaginam que seja uma ideologia em sala de aula por outra ideologia.”

Nesse recorte, destacamos, primeiramente, o termo “decidem”: decidem ter e ter uma ideia absurda: para o especialista, ao assim dizer, diz de um projeto que além de irrelevante, como no observado no RD1, é da ordem do *non sense*, no setor educacional. Demonstra a impossibilidade de haver algo sem posicionamento político - a, ainda, “decidir” sobre isso, como se fosse possível e dependesse de vontades e de gostos - e, por conseguinte, determinar a prática de um professor, como se possível fosse um professor ministrar uma aula completamente “neutra”, sem nenhum posicionamento ideológico, pois, como já referimos, todo o dizer se inscreve em uma formação discursiva e, portanto, ideológica. Como dar conta de um fato histórico: negar a nova história, por exemplo, substituí-la por aquela contada pelos reis, pelos vencedores, pelos dominadores é contar a “verdade”? Verdade de quem e para quem, perguntamo-nos, pois, como afirma Rancière (1994, p 20), “A morte do rei significa que os reis estão mortos como centros e forças da história”.

Karnal ressalta, inclusive, o fato de que o projeto “Escola sem Partido” possui um posicionamento político, pois o “sem partido” já instaura uma posição, e sugere que o referido projeto, ao mesmo tempo que visa a “apagar” o partidarismo (no sentido do tomar parte), remete a apagar o que, senão os posicionamentos contrários, remete a substituir o que, senão as diversas ideologias existentes nas escolas pela sua própria ideologia política, que, em palavras suas (“sem partido”), não existe.

No vídeo, o referido professor afirma que os jovens não são desprovidos de cultura e de opinião (fato que o ESP desconsidera) e que “toda opinião possui um posicionamento político” e explica que o fato de ouvirem o professor falar sobre suas convicções ideológicas não garante que vá persuadir o corpo discente. Além do mais, assevera que, em lugar do projeto “Escola sem Partido”, deveria ser estabelecido o diálogo, em que todos poderiam participar. Ao propor isso, traz, pela palavra, o que não está evidente na palavra: que tal discurso é autoritário, pois, além de já ter manifestado sua vontade de ingerência no cotidiano das salas de aula (e

tudo que o envolve - falas, escolhas de material didático, metodologias, discussões, entre outros -, não se abre para conversação.

À vista de compreendermos o que traz Karnal em sua manifestação, retomamos Althusser (1985), em suas reflexões sobre a ideologia, que os homens adaptam-se a determinadas percepções, e o que governa a existência dos indivíduos não é um sistema das relações reais, mas a relação imaginária dos indivíduos com as relações reais em que vivem. Isso nos mostra, portanto, a impossibilidade de haver a manifestação de algum sujeito sem o cerceamento da ideologia e, com isso, a impossibilidade de uma aula ser neutra, já que essa é ministrada por um sujeito e, igualmente, a impossibilidade de se ter uma escola neutra, pois essa, antes de tudo e, contraditoriamente, apesar de ser um AIE, também é ministrada por sujeitos - ou se insere em um sistema que também tem posição/função ideológica.

Assim, retomando parte da RD 02: “[...] *substituir o que eles imaginam que seja uma ideologia em sala de aula por outra ideologia.*”, demonstra que o PLESP também se inscreve em uma determinada formação discursiva, mesmo que negue pela expressão “sem partido”. O que se tem, no recorte anterior, portanto, é a tentativa de elucidar os telespectadores (e, depois, os internautas), sobre a proposta em questão, explicitando, de maneira mais direta e simples, a sua posição (que também se filia a uma determinada formação discursiva) e, de certa forma, chamando a atenção para o que ocorre, uma tentativa de dominação: colocar que ser partidário é ser de esquerda e que a direita não tem partido, não tem viés ideológico, não interpreta; em outras palavras, trabalha com o conhecimento “puro”, imparcial, “verdadeiro”. Tal dominação decorreria, ainda, em âmbito institucional, da substituição da LDB⁸⁴, em cujo Art. 03 consta a seguinte redação:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; (sic)
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;

⁸⁴ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm, acesso em 27/12/2018.

- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial;
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Observamos que os princípios norteadores da LDB, acima citados, são divergentes, em muitos pontos, aos propostos pelo PLESP. A primeira diretriz encontrada no cartaz do PLESP: “O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, morais, políticas e partidárias” fere o item II do Art. 03 da LDB: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, limitando a atuação do professor e, conseqüentemente, a aprendizagem do aluno, criando uma nova ideologia, uma nova forma de dominação.

A segunda diretriz do PLESP: “O professor não favorecerá nem prejudicará os alunos em favor de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas” vai ao encontro do item IV da LDB, que compreende ser necessário à Educação: “IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância”, sendo, portando, desnecessária uma nova lei para este item.

A diretriz 03 do PLESP: “O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos ou passeatas” é contrário ao item III da LDB “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; (sic)”, já que tolhe a possibilidade de debates, análises, pesquisas sobre candidatos e a impossibilidade de conscientizar os alunos de sua condição de cidadãos e seu direito e dever de protestar em manifestações, atos públicos ou passeatas.

A diretriz 04 do PLESP: “Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa - isto é, com a mesma profundidade e seriedade -, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito” não está de acordo com o item XII da LDB “consideração com a diversidade étnico-racial”, podendo evidenciar pontos negativos da história, como ver de forma positiva catástrofes o Holocausto, o

Apartheid, entre outros; e, com isso, não mais promover uma educação voltada ao social e impossibilitando a realização do item IX da LDB “garantia de padrão de qualidade”.

A diretriz 05 do PLESP: “O Professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral a que esteja de acordo com suas próprias convicções”, diverge dos itens III da LDB “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, do item IV “respeito à liberdade e apreço à tolerância” e do item XII “consideração com a diversidade étnico-racial”, demonstrando que a educação se descuidará do social, da tolerância da inclusão ao diferente, sem a possibilidade de reflexão e transformação social, ocorrendo apenas, a reprodução do mesmo existente, perpetuando preconceitos e desigualdades em uma sociedade estagnada. O item 06 do PLESP, último item proposto do PLEP, “O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula”, vai de encontro a todos os itens da LDB anteriormente citados.

Evidenciamos, também, que todas as diretrizes do PLESP anteriormente analisadas são contrárias ao item VII da LDB que valoriza o profissional da educação escolar já que limitam sua atuação, tornando-o um “fante”, sem capacidade de decisão, devendo limitar-se a realizar o que está pré-determinado.

Portanto, o que se pode ver, nessas comparações, que há uma oposição entre o que propõe o PLESP e a própria LDB: enquanto a segunda assegura princípios democráticos e constitucionais, a primeira nega-os e os combate. São formações discursivas antagônicas: enquanto uma se abre para a promoção da cidadania, a outra se fecha para a imposição das práticas autoritárias. Seguimos com a RD 03:

“Eu gostaria de uma escola que suscitasse o debate, mas se o professor for militante de um partido de esquerda ou de centro também faz parte do processo, isto não é ruim.”

Com relação a esse recorte, podemos afirmar que há uma reiteração de sua posição sujeito: ele, usando a primeira pessoa e um verbo no futuro do pretérito, “gostaria”, corrobora com os princípios democráticos sustentados pela LDB, via a palavra “debate”: pluralismo de ideias, liberdade, tolerância, entre outros. Na relação que esse recorte estabelece com o texto como um todo, podemos associar à defesa que faz desses princípios ao combate ao pensamento autoritário e a sistemas

autoritários de gerência do Estado, as ditaduras, pelo exemplo histórico da Ditadura Militar brasileira, de 1964. Com isso, mostra-se simpatizante às posições ideológicas de “Centro” e de “Esquerda”. Durante sua fala, o professor faz inúmeras referências negativas à Ditadura, parecendo uma tentativa de lembrar a população dos descasos daquele período e preveni-la para que essa não apoie tais convicções. Observamos os próximos recortes discursivos.

RD 04:

“[...] além de matar seres humanos, ainda nossos problemas foram piorados [...]”

RD 05:

“[...] a demonização da política é a pior herança dessa ditadura militar.”

Tais sequências trazem à baila duas questões implicadas pela “negação da política”, posição essa associada à proposta do PLESP: a não tolerância de pensamentos contrários aos do poder e a “demonização” da política, que nada mais é do que uma forma política de denegar a política (contrária). De toda forma, segue com sua posição de combater o PLESP.

A reiteração à Ditadura Militar ocorre por meio da memória discursiva em que palavras como “matar seres humanos” ressoam, convocando a resistência à barbárie (seres humanos matando-se uns aos outros; o Estado matando seus cidadãos). Quem sabe isso ecoe também como um alerta, convocando o interlocutor a tomar uma posição, uma vez que uma suposta “neutralidade”, em decorrência da demonização da política, nada mais é do que a tomada de posição a favor da ditadura.

A posição personificada por Karnal atende às posições que defendem as causas sociais pelas minorias, por políticas de inclusão à população pobre, em defesa de programas para todos terem acesso às condições dignas básicas da existência humana: alimentação, saúde, moradia, e principalmente educação, sem negar a política no político em funcionamento. Observemos o recorte abaixo:

RD 06:

“[...] não se deve nunca questionar a democracia, deve-se aperfeiçoá-la.”

No RD 06, o posicionamento favorável à democracia se explicita, embora se entreveja a ideia de que esse sistema não seja perfeito. De toda forma, há o par entre “não questionar” e “aperfeiçoar”, sinalizando um convite à

participação/mobilização política.

Ao concluir, cita dois nomes significativos no atual quadro político brasileiro, o Pastor Malafaia e o Deputado Jair Bolsonaro, tomando-os ainda como exemplos de pessoas despreparadas, insensatas (“histéricos” e “irracionais”) para tal atuação. Ao apontá-los como pertencentes ao campo político conservador, recorrentes na mídia e caricatos, desqualifica-os. Vejamos o recorte.

RD 07:

“Quando nós olhamos os representantes do campo político conservador brasileiro, como pastor Malafaia e o deputado Bolsonaro, são figuras de fácil e imediata possibilidade de caricatura nós não temos aqui no Brasil aquele conservador inglês bem vestido e falando bem e sem babar ou gritar... nós temos gente em geral histérica em nome de Deus ou da rota que grita o tempo todo e tem ataques furibundos irracionais.”

Ao trazer tais personagens da história atual do Brasil, associando-os às ideias contidas no PLESP, duas questões, a partir dessa tomada de posição, nos incitam: serem caricaturas - que sentido tem essa imagem e como isso contribui para a posição defendida? E a questão de se ter, associado, dois campos: o da política e o da religião.

Caricatura, conforme Houaiss (2009), é “representação em que se figuram pessoas e se apresentam caracteres e fatos de maneira grotesca e cômica”; mas nos questionamos: mesmo sendo “caricaturas”, referência a Bolsonaro e Malafaia, não sendo bem vestidos, sendo histéricos e irracionais, eles não defendem/guardam uma posição de ataque à democracia? Em que sentido esse fato distancia-os de seus propósitos - ou, a que propósitos se destinam? Ainda, no que se refere à associação entre política e religião, a memória discursiva encontra, no fundamentalismo, questões com as quais quem defende a democracia precisa se preocupar.

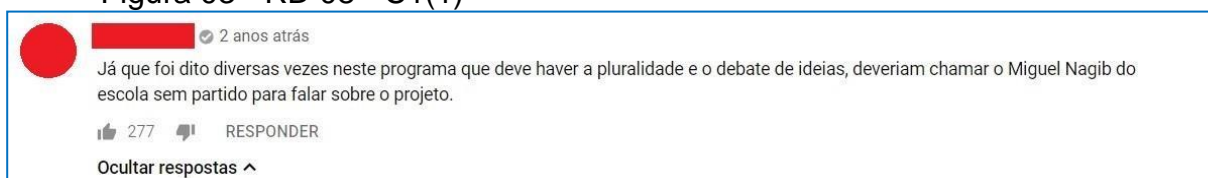
Assim, por essa nossa leitura, descrição e interpretação, podemos afirmar que a posição defendida por Karnal ancora-se numa formação discursiva de quem defende a democracia e luta por ela, visto que se contrapõe à posição assumida e defendida pela redação do PLESP e resgata a LDB em seus princípios cidadãos.

Ao dar sequência às análises, destacamos 12 comentários encontrados na sequência do vídeo e organizados em recortes discursivos (RDs). Detemo-nos nesses, sem as réplicas, devido à grande quantidade e à impossibilidade de

podermos analisá-las neste estudo. Entendemos que, pelos comentários, temos a presença de posições que se identificam com as posições defendidas pelo entrevistado, ou que assumem outras posições. Nosso intuito em trazê-las está em poder compreender como se relacionam, como se movimentam na construção dos sentidos e na tomada de posição em relação ao PLESP.

Observamos que a identidade dos autores e a foto deles disponibilizada foram cobertas com uma tarja a fim de mantê-los em sigilo, exceto quando a imagem não os identifica e é relevante para análise. Enumeraremos os comentários de forma sequencial (C1, C2, C3, ...); tais comentários correspondem a diferentes interlocutores, o que pode ser identificado com essa mesma referência. Observemos os recortes discursivos abaixo.

Figura 03 - RD 08 - C1(1)⁸⁵

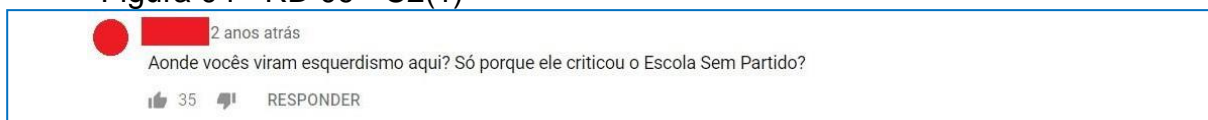


RD 08:

“Já que foi dito diversas vezes neste programa que deve haver a pluralidade e o debate de ideias, deveriam chamar o Miguel Nagib do escola sem partido para falar sobre o projeto”.

O RD 08 possui o número de 277 “Gostei” e zero “Não Gostei” demonstrando grande simpatia pelo comentário e a concordância referente ao desejo de debate entre os proponentes e opositores do Projeto Escola sem Partido. Há a possibilidade da pessoa que realizou o comentário ser simpática às propostas do PLESP devido ao fato de evidenciar a necessidade de conhecer os objetivos do projeto. Não encontramos nenhum comentário deste autor específico quanto às propostas do referido projeto.

Figura 04 - RD 09 - C2(1)



⁸⁵ C1(1): Leia-se: Comentário 1 do texto 1, e assim sucessivamente.

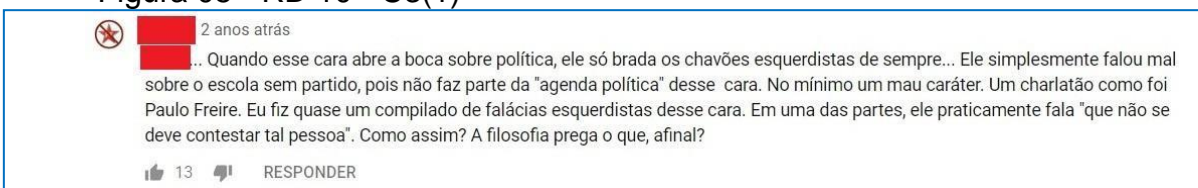
RD 09:



“Aonde vocês viram esquerdismo aqui? Só porque ele criticou o Escola Sem Partido?”

Na RD 09 encontramos a resposta a um comentário realizado por outro sujeito e a alusão à ideologia de Esquerda, na palavra “esquerdismo”. A referência sobre esquerda e direita é debatida, de forma superficial, sem um embasamento das ideologias propostas e como essas correntes teóricas atuam na realidade. O sujeito que realiza o comentário questiona o teor negativo da palavra “esquerdismo” e pergunta se esta não se justifica apenas pelo fato de o entrevistado ter se posicionado contrário ao PLESP, demonstrando que seria uma proposta não plausível. Uma possível interpretação é a compreensão dos conceitos de Esquerda e Direita de forma extrema, como eram compreendidos durante suas criações. No entanto, as ideias de Direita e Esquerda, no cenário atual brasileiro, estão mais brandas. Tais manifestações, no Senado e na Câmara, diante de alguns debates e temas, possuem inclusive, pontos de contato e de adaptações à conjuntura do país, conforme já nos referimos em nosso referencial teórico.



Assim, observamos que a palavra “esquerdismo” se refere a uma posição ideológica, à esquerda; é notório, no entanto, o uso do sufixo ‘ismo’, pois, por exemplo, dificilmente vemos o uso de “direitismo”; questionamo-nos se não seria da ordem de uma depreciação a essa tomada de posição. Possivelmente, o conceito de Esquerda, trazido na palavra “esquerdismo”, pela memória discursiva, remete a uma posição mais exacerbada da esquerda, por onde se assegura o interlocutor, pois ele não considera que ser contrário ao PLESP equivale a uma posição de “esquerda”. Além disso, questiona quem assim caracterizou aquele que não concorda, pois percebe que há desconhecimento dos princípios democráticos e se fixa em radicalismos. Esse comentário possui 35 “Gostei” e zero “Não Gostei”.

Figura 05 - RD 10 - C3(1)



  2 anos atrás

... Quando esse cara abre a boca sobre política, ele só brada os chavões esquerdistas de sempre... Ele simplesmente falou mal sobre o escola sem partido, pois não faz parte da "agenda política" desse cara. No mínimo um mau caráter. Um charlatão como foi Paulo Freire. Eu fiz quase um compilado de falácias esquerdistas desse cara. Em uma das partes, ele praticamente fala "que não se deve contestar tal pessoa". Como assim? A filosofia prega o que, afinal?

 13  RESPONDER

RD 10:

“Quando esse cara abre a boca sobre política, ele só brada os chavões esquerdistas de sempre... Ele simplesmente falou mal sobre o escola sem partido, pois não faz parte da “agenda política” desse cara. No mínimo um mau caráter. Um charlatão como foi Paulo Freire. Eu fiz quase um compilado de falácias esquerdistas desse cara. Em uma das partes, ele praticamente fala “que não se deve contestar tal pessoa”. Como assim? A filosofia prega o que, afinal?”

Encontramos, no RD 10, uma pessoa que se posiciona a favor do PLESP. Tal posição é sublinhada pela referência ao professor como “cara”, expressão prosaica, conforme Houaiss (2009), “indivíduo qualquer; sujeito, pessoa”, ou seja, exclui referência à formação do entrevistado. Há igualmente as expressões “chavões esquerdistas”, “falácias esquerdistas”, com os sentidos para esquerdista semelhantes aos já mencionados anteriormente, além de considerar as afirmações como chavões e falácias, ou seja, desqualifica dessa forma os argumentos então utilizados. Crítica também à figura do educador Paulo Freire, que, metonimicamente, não só representa toda uma mudança de paradigmas na educação brasileira, com repercussão no mundo acadêmico internacional, como tem sido “alvo” de descrédito e críticas da direita e da extrema-direita brasileira. Por tais construções, inequivocamente se apresenta essa posição. O comentário possui 13 “Gostei” e zero “Não Gostei”.

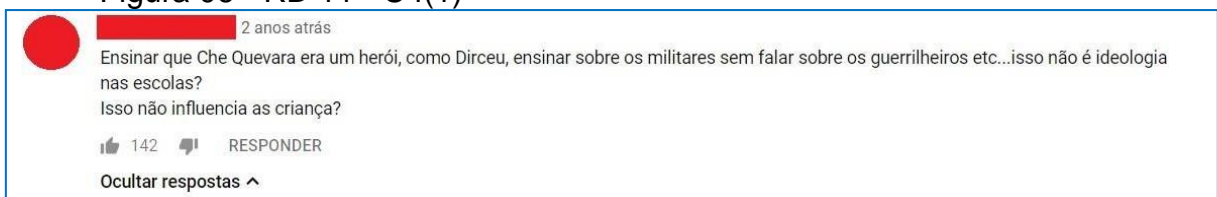
Neste momento, faz-se necessário retomarmos nossas reflexões sobre “A Política” e “O Político”, em relação ao que Arendt (1983) comenta, pois temos, nesses recortes, a vida em discurso, homens a se mostrar quem são, revelando suas identidades pessoais e singulares, na cena pública, em espaços de dissenso. Vemos isso sendo elucidado nas posições assumidas. Podemos observar também a filiação ideológica de tais comentários a formações discursivas de “direita” e de “esquerda”, na disputa por seus lugares.

Diferentemente, o conceito de “o político”, segundo Corten (1999, p. 37-52), é entendido como “representação das forças políticas” e explanado pela AD como a representação das forças políticas resultantes dos discurso dos sujeitos, isto é, na e pela cena discursiva de interlocução. Dessa forma, depreendemos que o político é a realidade criada por meio das ações realizadas pelos membros da sociedade, sendo esses agentes políticos que atuam de diferentes lugares sociais.

A partir do exposto, evidenciamos que, no primeiro recorte, não há o

reconhecimento da atividade política realizada pelo professor da USP quando esse sujeito se posiciona frente ao PLESP e expõe seus argumentos em um programa de entrevista televisionado. A ação de Karnal de realizar um discurso e torná-lo público, pautado em justificativas e exemplos, é um ato político instigado pela necessidade formada no cenário atual pelo “o político”, ou seja, os diversos processos discursivos existentes. O sujeito não explica seu entendimento de política ou suas ideias, apenas inferimos seu obstinado posicionamento direitista. Ele também ignora o político, que é realizado na ação do debate entre as distintas ideologias.

Figura 06 - RD 11 - C4(1)



RD11:

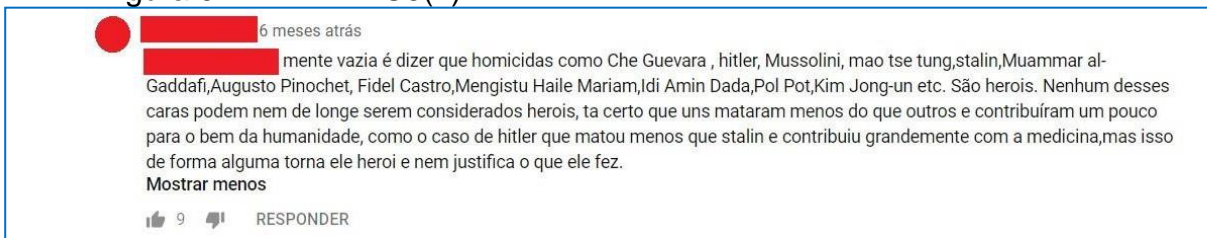
“Ensinar que Che Guevara era um herói, como Dirceu, ensinar sobre os militares sem falar sobre os guerrilheiros etc... isso não é ideologia nas escolas? Isso não influencia as crianças?”

No comentário do sujeito desse recorte discursivo, encontramos referência à presença da ideologia em sala de aula. O autor refere-se à ideologia de “Esquerda” ao mencionar Che Guevara e Dirceu, e guerrilheiros, ao que opõem a militares (a quem não é mencionado fazer parte de um outro posicionamento ligado a questões ideológicas). Aos dois primeiros, iguala-os e supõe que escola coloque-os como heróis; entre militares e guerrilheiros, estabelece uma oposição, embora essa não fica clara (quem é do grupo de Che Guevara e de Dirceu? - apesar de ser possível entender o que ele “quer dizer”). O destaque que fazemos, no entanto, além do uso desses nomes (próprios e comuns), cujo campo ideológico são/estão na ordem da evidência, é para os verbos “ensinar” (que se repete) junto ao “influenciar”. Assim, podemos inferir como se estabelece o imaginário desse sujeito (a escola ensina quem são os heróis e quem a eles se opõem, e os heróis são da Esquerda) e isso influencia as crianças, porque é a ideologia que se apresenta nesse fazer.

Observamos, portanto, a crítica à ideologia de esquerda e não à de direita; aliás, a ideologia, para esse sujeito, só está sendo atribuída ao posicionamento de Esquerda. Ele está tão imerso/submetido em seu processo de identificação, que vê ideologia apenas em posições outras que não a sua. Para nós, analistas, é nesse

momento que vemos a interpelação ideológica funcionando, pois ele não se dá conta que o que ele defende também se filia a um posicionamento ideológico. Ele defende a ESP, mas a escola sem o partido (posicionamento ideológico) com o qual ele não se identifica. Nesse seu político, explicitamente, não há lugar para divisão; mas seu posicionamento está nesse campo, pois esse é um campo da divisão. O comentário possui 142 “Gostei” e zero “Não Gostei”.

Figura 07 - RD 12 - C5(1)



6 meses atrás

mente vazia é dizer que homicidas como Che Guevara , hitler, Mussolini, mao tse tung, stalin, Muammar al-Gaddafi, Augusto Pinochet, Fidel Castro, Mengistu Haile Mariam, Idi Amin Dada, Pol Pot, Kim Jong-un etc. São heróis. Nenhum desses caras podem nem de longe serem considerados heróis, tá certo que uns mataram menos do que outros e contribuíram um pouco para o bem da humanidade, como o caso de hitler que matou menos que stalin e contribuiu grandemente com a medicina, mas isso de forma alguma torna ele herói e nem justifica o que ele fez.

Mostrar menos

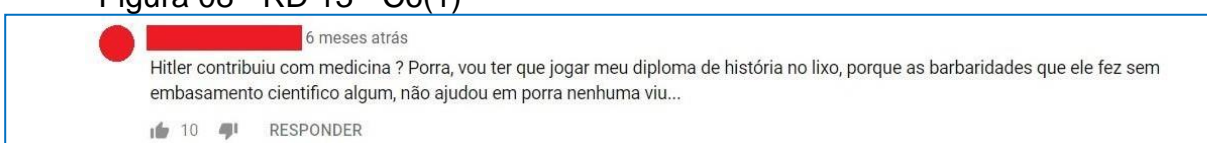
9 RESPONDER

RD 12:

“[...] mente vazia é dizer que homicidas como Che Guevara, hitler, Mussolini, mao tse tung, stalin, Muammar alGaddafi, Augusto Pinochet, Fidel Castro, Mengistu Haile Mariam, Idi Amin Dada, Pol Pot, Kim Jong-un etc. São heróis. Nenhum desses caras podem nem de longe serem considerados heróis, tá certo que uns mataram menos que outro e contribuíram um pouco para o bem da humanidade, como o caso de Hitler que matou menos que stalin e contribuiu grandemente com a medicina.” (sic)

O sujeito mostra-se adverso a legitimar o título de herói a líderes políticos mundias que fomentaram e/ou participaram de genocídios - embora os caracterize como homicidas - durante distintos períodos da história contemporânea. Sua posição, no entanto, parte de uma construção imaginária do que estaria fazendo a escola que ele, de certa forma, combate: que escola trabalha com o título de herói para nomes como de Hitler? Beira ao *non-sense*, ainda, esse sujeito se posicionar favoravelmente a atos praticados pelos nazistas (Hitler), alegando contribuições para a medicina. Embora sua argumentação se embase em equívocos, seu posicionamento é pela ESP, em oposição à posição personificada por Karnal.

Figura 08 - RD 13 - C6(1)



6 meses atrás

Hitler contribuiu com medicina ? Porra, vou ter que jogar meu diploma de história no lixo, porque as barbaridades que ele fez sem embasamento científico algum, não ajudou em porra nenhuma viu...

10 RESPONDER

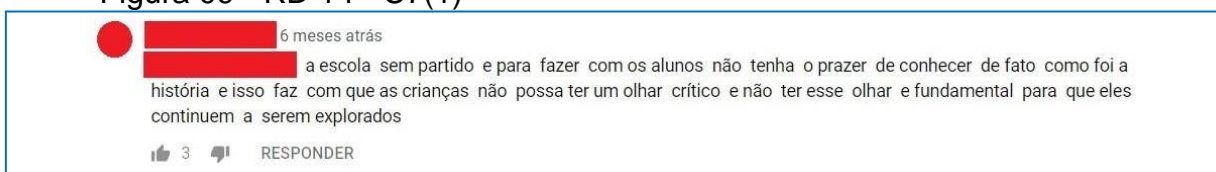
RD 13:

“Hitler contribuiu com medicina? Porra, vou ter que jogar meu diploma de história no lixo, porque as barbaridades que ele fez sem embasamento científico algum, não ajudou em porra nenhuma, viu...”

O RD 13 se configura como uma contraposição ao que consta no RD 12, em que o sujeito declara sua opinião sobre Hitler, nazismo e as experiências que fez com humanos; não há referência nenhuma à fala de Leandro Karnal, nem com relação direta à ESP. No entanto, ao fazer seu questionamento e, pelo uso de interjeições, mostrar-se indignado, e escrever, em tom de ironia, que vai jogar seu diploma de história no lixo (se fosse essa a “verdade” histórica), manifesta-se politicamente, estabelece questionamentos, chama o sujeito do “post” anterior a uma revisão de suas posições. Nisso, podemos observar posicionamentos ideológicos distintos que, indiretamente, corroboram para a aprovação ou não da ESP.

Destacamos, com referência a esse comentário (RD 13), a questão da memória com relação às atividades de experimentos em medicina durante a Segunda Guerra Mundial. Segundo Melo (1999), as brechas da memória deixam rastros no discurso, na medida em que recupera o passado e, ao mesmo tempo, o elimina com os apagamentos que opera. Nesse recuperar (d)a memória é que se dão os embates já referidos. Dessa forma, ocorreu um embate entre os comentários nos RD 12 e RD 13,. O comentário possui 10 “Gostei” e zero “Não Gostei”.

Figura 09 - RD 14 - C7(1)



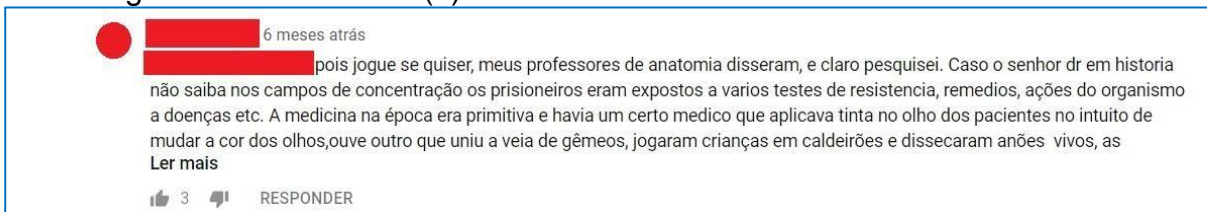
RD 14:

“a escola sem partido e para fazer com os alunos não tenha o prazer de conhecer de fato como foi a história e isso faz com que as crianças não possa ter um olhar crítico e não ter esse olhar e fundamental para que eles continuem a serem explorados”. (sic)

O sujeito que se manifesta no RD 14 aborda a questão do ensino do pensamento crítico às crianças na escola, da necessidade do conhecimento histórico, do prazer de aprender, do poder de reflexão do cidadão para evitar que “eles continuem sendo explorados”. Em outras palavras, questiona a reprodução de um conhecimento sem o viés questionador e crítico; defende que a educação deve

ser permeada por esse tipo de olhar, considerado fundamental para para a não exploração. Interpretamos a função da escola, segundo o comentário do autor, como um lugar de transformação da sociedade, de construção de mentes pensantes e de cidadãos capazes de transformar o corpo social. Defende o papel do professor como agente desse processo. O político aqui se apresenta nesse apreender que há uma sociedade dividida: há os explorados; se eles existem, é porque existem exploradores. Ao se posicionar contra a ESP, posiciona-se também favorável ao papel político da escola: não ser um AIE (ALTHUSSER, 1985) a reproduzir ideologias de classes dominantes, mas o lugar onde se pode empreender o pensamento crítico e a ruptura dessa dominação ideológica.

Figura 10 - RD 15 - C8(1)



RD 15:

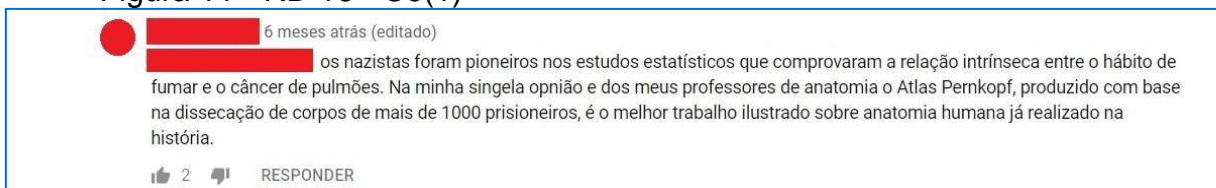
“[...] pois jogue se quiser, meus professores de anatomia disseram, e claro pesquisei. Caso o senhor dr em história não saiba nos campos de concentração os prisioneiros eram expostos a vários testes de resistência, remédios, ações do organismo a doenças etc. A medicina na época era primitiva e havia um certo médico que aplicava tinta no olho dos pacientes no intuito de mudar a cor do olhos, houve outro que uniu a veia de gêmeos, jogaram crianças em caldeirões e dissecaram anões vivos”. (sic)

No RD 15, o sujeito retoma não a fala de Karnal e seu posicionamento diante do tema ESP; retoma sim comentários anteriores ao dele (aqui RD 12-C5 e RD 13-C6), “juntando-os”, ao tecer seu comentário. Os respectivos comentários filiam-se a distintos posicionamentos (como já analisamos) e esse comentário, que se inicia em crítica ao posicionamento do sujeito no C6 e aproximação ao C5, finaliza contrapondo-se a esse mesmo C5 ao expor os horrores cometidos pelo nazismo. Nosso destaque, desse comentário, dirige-se a uma questão: a referência, em confiabilidade, ao seu professor.

É por ele que chega à sala de aula, temas polêmicos, controversos e dignos de debate. As informações por ele trabalhadas são confirmadas por pesquisa (ou seja, o professor não está num papel de doutrinador; está sim de alguém que

ensina) e mencionar o que aprendeu em sala de aula, com seu professor, acaba se transformando em argumento que confronta o conhecimento de um “doutor”. Dessa forma, ao assim se manifestar, percebemos que esse sujeito não vê problemas no fato desses assuntos serem tratados em sala de aula pelos professores. Apesar de não se manifestar explicitamente, tal posicionamento não se coaduna com as propostas da ESP e, de certa forma, concorda com o posicionamento representado por Karnal de que escolas sem partido (pela concepção defendida) não existem.

Figura 11 - RD 16 - C9(1)

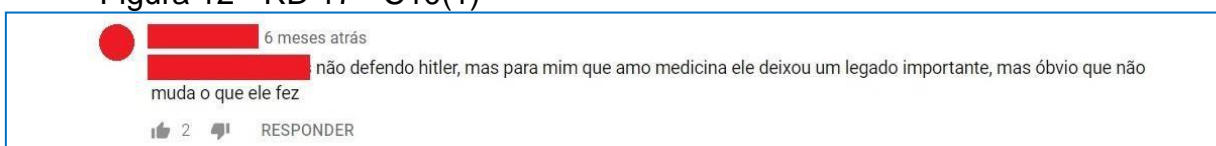


RD 16:

“[...] os nazistas foram pioneiros nos estudos estatísticos que comprovaram a relação intrínseca entre o hábito de fumar e o câncer de pulmões. Na minha singela opinião e dos meus professores de anatomia o Atlas Pernkopf, produzido com base nas dissecações de corpos de mais de 1000 prisioneiros, é o melhor trabalho ilustrado sobre anatomia humana já realizado na história”. (sic)

Observamos, no RD 16, uma mesma referência ao que aconteceu durante o nazismo, em termos de experiências científicas com humanos, em que expressões como “pioneiros nos estudos estatísticos” conta positivamente para os nazistas. Também se utiliza da autoridade de seus professores, que, nesse caso, sustentam a importância de tais pesquisas, pela sua cientificidade (como se ciência fosse neutra) e referenda tais práticas. O que temos é um elogio ao resultado de barbáries. Diante disso, é inegável que vemos, pela imagem que tem dos professores referidos, uma tomada de posição que não é de esquerda. Mas isso não é “verificado”, percebido no comentário, o que nos leva a concluir que, nesse caso, tal prática pedagógica não é “doutrinação”.

Figura 12 - RD 17 - C10(1)

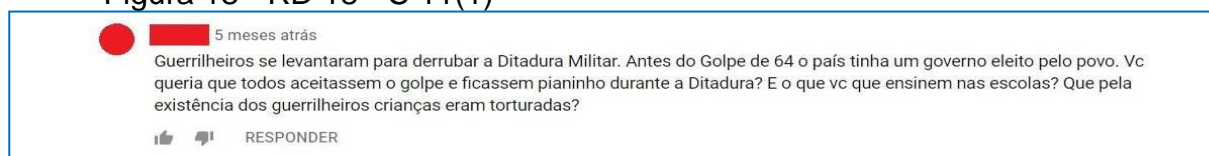


RD 17:

“não defendo Hitler, mas para mim que amo medicina ele deixou um legado importante, mas óbvio que não muda o que ele fez”. (sic)

Pelo RD 17 - C10, refere-se ao questionamento do sujeito do RD 16 - C9, retoma-a. Alinha-se à posição daquele quanto ao “legado” de Hitler nas referidas pesquisas, salientando que esse líder não tem sua defesa, pelo que fez. Parece-nos contraditória tal manifestação, pois “o que ele fez” está serve de apoio ao “legado importante”. De todo modo, não há aqui um posicionamento quanto à fala do entrevistado, tampouco sobre o PLESP.

Figura 13 - RD 18 - C 11(1)



RD 18:

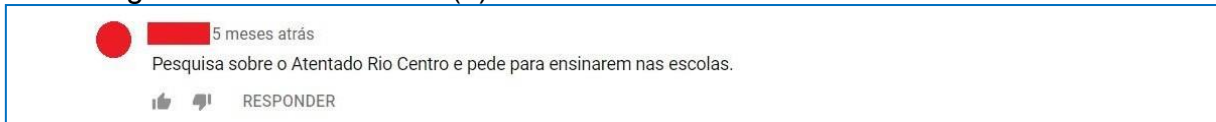
“Guerrilheiros se levantaram para derrubar a Ditadura Militar. Antes do Golpe de 64 o país tinha um governo eleito pelo povo. Vc queria que todos aceitassem o golpe e ficassem pianinho durante a ditadura? E o que ensinam nas escolas? Que pela existência de guerrilheiros crianças eram torturadas?”(sic)

O RD 18 traz reflexões sobre o porquê da resistência e oposição, inclusive armada, à Ditadura Militar do ano de 1964. Ressalta o direito de lutar contra o que é contrário aos interesses do povo e a diz da necessidade de resistir ao que ameaça a democracia. É notório o posicionamento de esquerda, tendo em vista as expressões usadas: ditadura; golpe (quem defende o que ocorreu em 1964 usa o termo “revolução”). Há um elogio aos guerrilheiros em “se levantaram para derrubar a Ditadura Militar”. Mas, em “E o que ensinam nas escolas?” estabelece-se um pertinente questionamento (apesar de sua resposta apontar para um imaginário de escola que toma o partido da direita): qual é ou qual tem sido o papel da escola.

Se tomarmos as respostas anteriores e colocarmos, no conjunto, essa também, conseguimos ver que a escola, AIE, é/está dividida: há domínios e há resistências, e que, embora se negue o seu papel político e ideológico, é assim que ela funciona. É a escola como a sociedade, um espaço dividido, em que as ideologias, em distintas formações discursivas, buscam um lugar, e isso transita pela direita e pela esquerda, pela aceitação e pela negação de considerá-la um espaço

em que o político funciona e a política se presentifica em cada tomada de posição. É pela e na língua que os sujeitos significam e se significam, compreendem e colocam-se no social.

Figura 14 - RD 19 - C 12(1)



RD 19:

“Pesquisa sobre o Atentado Rio Centro e pede para ensinarem nas escolas”.

O sujeito que se enuncia no RD 19 - C12 aponta para um fato ocorrido nos anos 1980, quando se dava o fim da Ditadura Militar e o início da Abertura política brasileira, conhecido como atentado no Riocentro⁸⁶, cuja responsabilidade recai no Exército Brasileiro. A posição tomada por esse sujeito, conforme o recorte, é de desafiar a escola em seu papel político. Em outras palavras, questiona se a escola vai tratar do referido caso, considerando-se ter sido uma questão polêmica, na época e também hoje, dadas suas implicações. Na forma de pergunta (e de desafio), talvez o interlocutor esteja duvidando que a escola vai dar uma posição que coloque em cheque uma instância de poder, o Exército Brasileiro, em atos questionados, polêmicos, controversos, mas elucidados, como a história mostra. Dentro disso, também aponta que a escola tem sim partido, o partido do poder instituído, o que vem ao encontro dos conceitos tratados por Althusser (1985).

Diante das materialidades discursivas analisadas, em que destacamos determinados recortes, podemos tecer algumas considerações. Leandro Karnal personifica/representa, pelo/no discurso que elabora, uma dada posição política diante do tema Escola Sem Partido. Para ele, conforme tratamos, Escola sem Partido não existe, pois não é possível que se trate de determinados temas sem que se se discutam posições, versões, entre outros pontos. Critica o projeto. Nos comentários subsequentes, vimos que os sujeitos se filiam a distintas formações discursivas, ideológicas e também imaginárias. O que vimos, foi dispersão: não há um consenso (e aí a presença do político). Ao mesmo tempo que existem sujeitos que defendem uma escola neutra (por ela ser “partidária”), há os que defendem que ela deva tomar uma posição - porque a veem como neutra ou como posicinada de

⁸⁶ Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Atentado_do_Riocentro, acesso em 08/01/2019.

forma distinta da sua, ou mesmo pouco posicionada, pois há quem a chama para que toque em assuntos polêmicos, abrindo-se ainda mais a temas considerados controversos. Diante disso, entendemos que a própria discussão sobre a escola sem partido - que investe numa proposta “a-partidária”, “a-política” - abre-se a uma discussão política, fazendo com que a contradição (também política) se estabeleça.

2.1.2 Segunda análise: Artigo de Rogério Galindo e comentários

Seguimos com a análise do artigo “UFPR diz que ‘Escola sem Partido’ limita ensino e pode gerar perseguições”⁸⁷, de autoria de Rogério Galindo⁸⁸ e 05 comentários encontrados na sequência. O artigo possui como contexto de produção o período de antecipação à eleição presidencial do Brasil de 2018, em que concorreram, como principais candidatos, Jair Bolsonaro, representante da ideologia de Direita, favorável ao PLESP, e Fernando Haddad, representante da ideologia de Esquerda e contrário ao PLESP. A véspera da eleição foi um período ímpar, em que a população Brasileira, de forma geral, manifestou-se conforme sua ideologia sobre os candidatos e suas propostas de governo. Com o setor educacional não foi diferente. Diante disso, com a proposta de inserção do PLESP na LDB e, se aprovada, as modificações serem extremamente relevantes, optamos por refletir sobre o ponto de vista da uma instituição federal prestigiada, como é a Universidade Federal do Paraná, que se manifestou nesse período. Refletiremos sobre recortes discursivos do artigo, bem como sobre comentários a ele relacionados.

Quadro 04 - Artigo: “UFPR diz que ‘Escola sem Partido’ limita ensino e pode gerar perseguições”, de autoria de Rogério Galindo.

(continua)

Blog Caixa Zero

UFPR diz que “Escola sem Partido” limita ensino e pode gerar perseguições, por Rogério Galindo [27/10/2017] [10:20]

A Universidade Federal do Paraná aprovou nesta quinta-feira uma moção contrária ao projeto de “Escola sem Partido” que tramita na Assembleia Legislativa do Paraná. A decisão foi tomada pelo Conselho Universitário, mais importante órgão de direção da universidade.

⁸⁷ Fonte: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/ufpr-diz-que-escola-sem-partido-limita-ensino-e-pode-gerar-persegucioes/>, acesso em 13/05/2017.

⁸⁸ Formado em jornalismo pela Universidade Federal do Paraná. Repórter e colunista da Gazeta do Povo, em Curitiba. Ganhador do Prêmio Esso, categoria regional Sul, em 2013, pela série de reportagens Crime sem castigo. Mestrando em Filosofia pela UFPR. Estuda John Rawls, liberalismo político e comunitarismo. (Texto informado pelo autor). Fonte: <http://lattes.cnpq.br/6191211339795489>, acesso em 10/11/2018.

Segundo o texto aprovado, a UFPR vê com “preocupação” projetos que visam “tutelar, limitar ou policiar a liberdade de pensar, ensinar e aprender, instituindo sementes que podem descambar até mesmo em controle e perseguição”.

A moção diz que o projeto faz parte de um cenário em que se veem uma “retomada da prática inquisitória dos ‘index’ de autores ‘perigosos’, a patrulha da circulação de certas ideias, bem como a relativização da dimensão laica do ensino e do conhecimento”.

O “Escola sem Partido” é um projeto que vem sendo apresentado em vários legislativos do país, inclusive em Brasília. Tem como intenção, segundo seus autores combater a “doutrinação ideológica” nas escolas, espalhando cartazes que explicitam limites para comportamento dos professores dentro de sala de aula.

Veja a íntegra da moção:

“A Universidade Federal do Paraná, por meio de seu Conselho Universitário, manifesta sua preocupação em relação à tramitação na Assembleia Legislativa do projeto de Lei 606/2016 que busca instituir no sistema educacional de ensino o “Programa Escola sem Partido”, atualmente em processo de deliberação na Comissão de Constituição e Justiça.

Como entidade de pesquisa, extensão e ensino, inclusive na formação de outros níveis educacionais, devemos ter como fundamento básico a defesa da liberdade de cátedra, de pesquisa e de concepções científicas, que dão vida à pluralidade tão necessária à criação e difusão do conhecimento. Valorizamos, por isso, a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”, bem como “o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, previstos no art. 206 da Constituição da República. Somos signatários, nesta mesma linha de princípios, do Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos, documento no qual se ressalta a missão de “exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e valorização da diversidade”.

Quadro 04 - Artigo: “UFPR diz que ‘Escola sem Partido’ limita ensino e pode gerar perseguições”, de autoria de Rogerio Galindo.

(conclusão)

Nos tempos que agora vivemos, essa ponderação exige recusar os Projetos de Lei Estadual, Municipal ou Federal que pretendam tutelar, limitar ou policiar a liberdade de pensar, ensinar e aprender, instituindo sementes que podem descambar até mesmo em controle e perseguição.

Vemos com preocupação, no atual momento histórico, movimentos que ameaçam conquistas que até pouco tempo atrás pareciam historicamente garantidas, tais como a retomada da prática inquisitória dos “index” de autores “perigosos”, a patrulha da circulação de certas ideias, bem como a relativização da dimensão laica do ensino e do conhecimento. É tempo, por isso, de reafirmarmos nosso compromisso com a liberdade do espaço educacional e com a manutenção de uma radical pluralidade no nosso ambiente, que deve contribuir para uma cultura de cada vez mais direitos e de cidadania mais qualificada: plural, livre, sem intolerância ou censura.”

RD 20:

“UFPR diz que “Escola sem Partido” limita ensino e pode gerar perseguições, por Rogerio Galindo [...]”

A começar pela manchete, observamos que o artigo, de antemão, destaca o posicionamento da referida instituição. Nessa leitura, interessa-nos não a articulação entre a tomada de posição da instituição e o artigo do jornalista, mas que ideias são defendidas pela instituição (repassadas pelo articulista) e os comentários que suscita.

RD 21:

“A Universidade Federal do Paraná aprovou nesta quinta-feira uma moção contrária ao projeto de “Escola sem Partido” que tramita na Assembleia Legislativa do Paraná. A decisão foi tomada pelo Conselho Universitário, mais importante órgão de direção da universidade”.

No RD 21 encontramos referência ao gesto institucional da referida universidade em que se pauta pela resistência ao PLESP. Ao fazê-lo, demarca a posição atual, democrática, do sistema educacional brasileiro. Ao aprovar essa “uma moção contrária ao projeto de “Escola sem Partido” que tramita na Assembleia Legislativa do Paraná”, como decisão votada e aprovada pelo “Conselho Universitário, mais importante órgão de direção da universidade” assinala o seu compromisso com a comunidade.

RD 22:

“Segundo o texto aprovado, a UFPR vê com “preocupação” projetos que visam ‘tutelar, limitar ou policiar a liberdade de pensar, ensinar e aprender, instituindo sementes que podem descambar até mesmo em controle e perseguição’.”

Observamos, no RD 22, preocupação com o PLESP pelo fato de que ele visa a cercear a ação docente, “tutelando, limitando ou policiando a liberdade de ensinar e aprender”, o que se abre a possibilidades de perseguições a professores e/ou instituições.

A frase “a UFPR vê com ‘preocupação’ projetos que visam ‘tutelar, limitar ou policiar’ a liberdade de pensar, ensinar e aprender” estabelece quase um paralelo, mas às avessas, ao item II da LDB, em que se evidencia a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”. Além disso, também contrário aos itens III - “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”; IV - “respeito à liberdade e apreço à tolerância”; VIII - gestão democrática do ensino

público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; IX - garantia de padrão de qualidade; X - valorização da experiência extra-escolar; XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013); além de ferir o item VII - valorização do profissional da educação escolar.

RD 23:

“A moção diz que o projeto faz parte de um cenário em que se veem uma “retomada da prática inquisitória dos ‘index’ de autores ‘perigosos’, a patrulha da circulação de certas ideias, bem como a relativização da dimensão laica do ensino e do conhecimento”.

Observamos, em destaque do jornalista, a utilização da palavra “inquisição”, o que nos remete ao período inquisitorial da Igreja Católica. Isso aponta para um controle extremo no cenário educacional, seja na seleção de autores, na defesa de ideias/ideologias aceitáveis ou proibidas, bem como a aproximação entre a religião e o ensino e o conhecimento e, dessa forma, desconsiderar o estado laico. Ao comparar a ação do PLESP ao período inquisitorial, o sujeito assim inscrito, denuncia que tal projeto busca um extremo controle de “corpos e mentes”, impondo, uma ideologia contrária ao Estado de Direito. Insubordinação e “pecado” andam juntos nessa proposta, pelo que prevê perseguições, represálias, penas.

RD 24:

“Como entidade de pesquisa, extensão e ensino, inclusive na formação de outros níveis educacionais, devemos ter como fundamento básico a defesa da liberdade de cátedra, de pesquisa e de concepções científicas, que dão vida à pluralidade tão necessária à criação e difusão do conhecimento. Valorizamos, por isso, a ‘liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber’, bem como ‘o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas’, previstos no art. 206 da Constituição da República. Somos signatários, nesta mesma linha de princípios, do Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos, documento no qual se ressalta a missão de ‘exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e valorização da diversidade”.

No RD 24 observamos como a UFPR se descreve. Diante disso, como uma entidade que deve zelar pela “defesa da liberdade de cátedra, de pesquisa e de concepções científicas, que dão vida à pluralidade tão necessária à criação e difusão do conhecimento”. Buscando tal objetivo, a UFPR justifica a seu posicionamento evidenciando o PLESP como inconstitucional, por ferir o Art. 206 da Constituição

Federal⁸⁹ nos itens II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e osaber; e III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino, além do mesmo ser contrário à lei de Direitos Humanos.

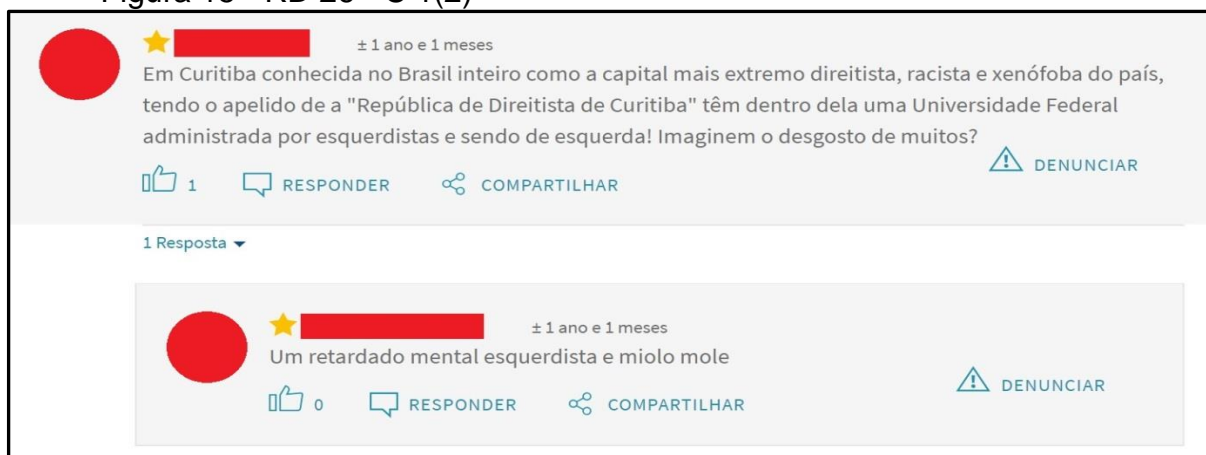
RD 25:

“Nos tempos que agora vivemos, essa ponderação exige recusar os Projetos de Lei Estadual, Municipal ou Federal que pretendam tutelar, limitar ou policiar a liberdade de pensar, ensinar e aprender, instituindo sementes que podem descambar até mesmo em controle e perseguição”.

Nesses recortes e nessas posições, podemos observar que, enquanto AIE, a instituição se pauta pela democracia, pela liberdade de expressão e de cátedra, aliando-se aos princípios que norteiam o Estado. Nesse sentido, posiciona-se politicamente contra a ESP, exercendo o seu poder de assegurar tais liberdades.

Na continuação, analisaremos os comentários também organizados em recortes discursivos, conforme numeração adotada, e mantendo o anonimato dos autores.

Figura 15 - RD 26 - C 1(2)⁹⁰



RD 26:

“Em Curitiba conhecida no Brasil inteiro como a capital mais extremo direitista, racista e xenófoba do país, tendo o apelido de a “República de Direitistas de Curitiba” têm dentro dela uma Universidade Federal administrada por esquerdistas e sendo de esquerda! Imagine o desgosto de muitos?”

Encontramos na sequência acima, o posicionamento do sujeito. Aqui, as expressões direita e esquerda, em sua oposição; para direita, a associação com

⁸⁹ Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm, acesso em 10/01/2018.

⁹⁰ Em C1(2), lê-se comentário 1 sobre o texto 2.

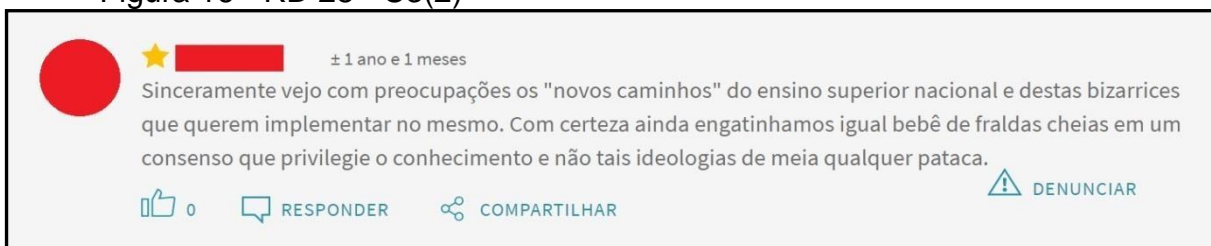
racismo e xenofobia; para a esquerda, silenciamento, o que se depreende posicionamento contrário. Ao dizer “esquerdista” e “ser de esquerda”, observamos, conforme já tratado em outro recorte, que o sufixo ‘-ista’ denota um posicionamento mais extremado; e ser de esquerda não contempla dizer que é uma posição passageira, senão intrínseca. Mas indignação do sujeito é exatamente a convivência do que ele considera extremos não conciliáveis. Identifica, portanto, posições definidas, no ato político do confronto de ideias, no ato político da convivência, no ato democrático político, especialmente, em lutar pelo constitucional. Não o identificamos como tomado plenamente por um ou por outro “lado”, senão como um liberal que aceita e assiste, mas que não se coaduna com racismo e xenofobia e extremos. De certa forma, também se refere à intolerância - intolerância como não reconhecimento do político.

RD 27 - C 2(2)

“Um retardado mental direitista e de miolo mole”.

O recorte discursivo RD 27 acima é um comentário referente a outro comentário. Encontramos, uma vez mais, a polaridade Direita X Esquerda, posicionando-se esse autor na posição ideológica contrária ao primeiro. Esse sujeito simpatizando da esquerda, agride o autor de outro comentário de forma direta, chamando-o de “retardado mental” e “miolo mole”, não se utilizando de argumentos consistentes para justificar sua posição contrária.

Figura 16 - RD 28 - C3(2)



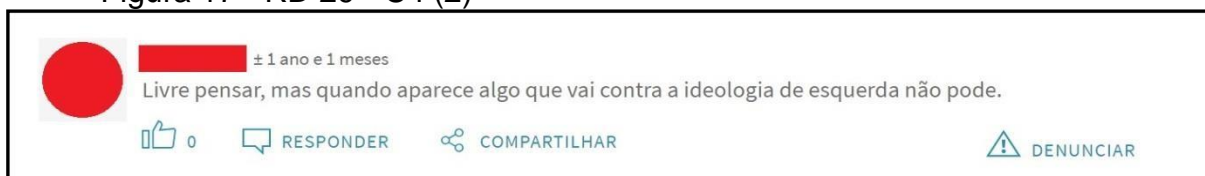
RD 28:

“Sinceramente vejo com preocupações os “novos caminhos” do ensino superior nacional e destas bizarrices que querem implementar no mesmo. Com certeza ainda engatinhamos igual bebê de fraldas cheias em um consenso que privilegie o conhecimento e não tais ideologias de meia qualquer pataca.”

No recorte acima, o autor mostra-se preocupado com os “novos caminhos” do ensino superior nacional, adjetivando o projeto “Escola sem Partido” como bizarrice,

ou seja, “esquisito, estranho, excêntrico” (HOUAISS, 2009). Afirma ser a ideologia do PLESP como “ideologia de meia qualquer pataca”⁹¹, algo sem valor. Comenta estar o Brasil em um estado incipiente no setor educacional, “bebê de fraldas cheias em um consenso que privilegie o conhecimento e não tais ideologias”. Ou seja, sua posição é também contrária ao PLESP e favorável ao que defende a instituição.

Figura 17 - RD 29 - C4 (2)

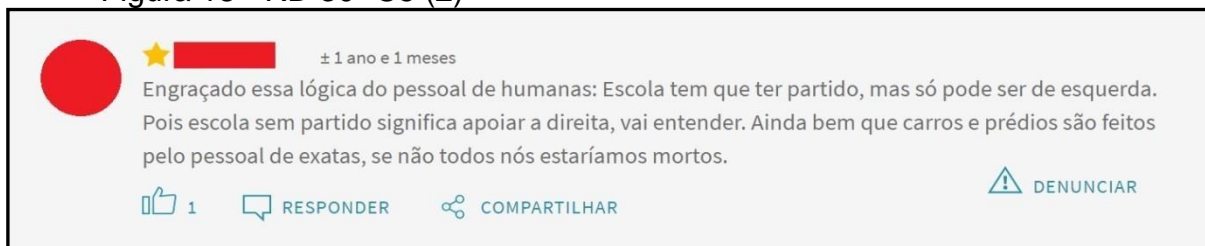


RD 29:

“Livre pensar, mas quando aparece algo que vai contra a ideologia de esquerda não pode.”

Inferimos que o autor do recorte acima é favorável à ideologia de direita devido à frase irônica “Livre pensar”, a palavra “esquerda” e à afirmação de que o debate e a tolerância às distintas ideologias é inexistente, já que não aceita-se esta via ideológica. Identificamos, uma vez mais, o enfrentamento entre a Direita e a Esquerda.

Figura 18 - RD 30- C5 (2)



RD 30:

“Engraçado essa lógica do pessoal de humanas: Escola tem que ter partido, mas só pode ser de esquerda. Pois escola sem partido significa apoiar a direita, vai entender. Ainda bem que carros e prédios são feitos pelo pessoal de exatas, se não todos nós estaríamos mortos.”

No recorte em tela, encontramos uma explícita afronta à área de Humanidades. Essa afrontada indica, realiza-se por meio da ironia em que é afirmado que, para a esquerda, apenas a ideologia dela, de esquerda. Tal

⁹¹ Meia pataca: quantia insignificante, ninharia. Fonte: <http://www.aulete.com.br/meia-pataca>, acesso em 13/05/2018.

posicionamento assim se define: ao criticar tal prática de esquerda, o sujeito concorda com a direita. Não percebe que o PLESP é de direita, porque não percebe também que é com a direita sua identificação. O que é ratificado pelo comentário final, o qual atesta sua ideologia.

Figura 19 - RD 31- C6(2)



RD 31:

“Me engana que eu gosto! Pluralidade de ideias!??? Só se forem de esquerda! Tolerância!??? Só se for com a patotinha dos pseudo revolucionários!”

Observamos, no recorte discursivo acima intolerância e, até mesmo, agressividade ao referir-se à ideologia de Esquerda. Interpretamos, pelas frases “*Me engana que eu gosto!*”, “*Pluralidade de ideias!???*” e “*Tolerância!???*”, que tal sujeito demonstra crer que a Esquerda é, ao contrário do que prega, intolerante a outras ideologias e fechada ao debate. A última frase “*Só se for com a patotinha dos pseudo revolucionários!*”, que responde a frase “*Tolerância!???*”, dá conta de seus pré-construídos, de seu alinhamento à formação ideológica de direita.

Nesses recortes discursivos, compreendemos que se dão a ver as seguintes questões: em um primeiro plano, há o posicionamento institucional da UFPR, que se embasa na Constituição da República, Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos, que preconiza “exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e valorização da diversidade”. Em razão disso, de ferir tais princípios, posiciona-se contra o PLESP - o que é colocado no artigo e, por ele, alcança mais leitores, mais cidadãos. Os comentários, por sua vez, trabalham no leque esquerda x direita, discutindo suas questões. Como são comentários, por sua própria característica, são breves e não se caracterizam por aprofundar reflexões. No entanto, considerando-os, vemos abordagens quanto à cidade, à instituição em sua parte física (prédios no centro da cidade), ao ensino e a determinados cursos, pela área a qual pertencem. Nessas abordagens, distintos funcionamentos da ideologia, diferentes filiações; Concluimos que o político se estabelece exatamente nesses campos em que as manifestações são possíveis e porque são possíveis as manifestações.

2.1.3 Terceira análise: Fernando Penna em audiência pública e comentários

Por fim, o vídeo “Prof. Fernando Penna - Audiência Pública sobre “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016)”, último item do corpus a ser analisado. Esse material foi escolhido por tratar-se de uma audiência pública, em que a população em geral, principalmente pessoas ligadas à Educação e autoridades acabam tendo espaço para debates. No caso, debatem a inserção do PLESP na LDB. O Professor Fernando Penna identifica-se como professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Mestre e Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, um dos coordenadores do GT de Ensino de História e Educação da Associação Nacional de História e um dos coordenadores da página do Facebook “Professores contra o Escola sem Partido”. Esta apresentação está no início do vídeo e tem o objetivo de identificar o “local” de em que Penna construiu/constrói seu posicionamento e se manifesta politicamente. O vídeo possui 2.720 visualizações, 12 comentários, 85 “Gostei” e 16 “NãoGostei”.

Figura 20 - Vídeo 05: “Prof. Fernando Penna - Audiência Pública sobre “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016)”



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=q8vw6aHq3jQ>

Quadro 05 - Recorte textual do vídeo “Prof. Fernando Penna na Audiência Pública sobre ‘escola sem partido’ (Senado Federal 16/11/2016)”

(continua)

[...] Acho importante destacar aqui, recentemente a procuradoria geral da república lançou um documento. Seria de cinco anos o projeto e as ações diretas de inconstitucionalidade, afirmando a sua inconvenção. Então, esse é um documento muito importante e que o Movimento Escola sempre é

Quadro 05 - Recorte textual do vídeo “Prof. Fernando Penna na Audiência Pública sobre ‘escola sem partido’ (Senado Federal 16/11/2016)”

(conclusão)

ocultado dos seus seguidores, eles não divulgaram este documento nas suas páginas [...]

Criticar a figura do Paulo Freire, um pesquisador brasileiro, único autor brasileiro utilizado na lista dos cem autores mais utilizados nas universidades norte americanas. E eles têm dito, esse aqui é uma publicação, então, do próprio Escola sem Partido, que o Paulo Freire recomendava que se usasse o sistema público de ensino para fazer doutrinação e propaganda política ideológica a favor do PT, sendo que a maior parte da obra de Paulo Freire é anterior à fundação do PT. [...]

Eles também fazem estado constantes aos professores, o que é uma outra postagem do Escola sem Partido, que contém uma imagem, vejam bem, assim, é extremamente ofensiva, direcionado aos professores. Então a professora, que ela não é qualquer professor, ela representa a escola pública, tem ali uma estrela do PT, o símbolo do anarquismo - pentagrama, o símbolo de paz amor. Ela segura um aluno, que ele está representado com uma criança pequena e indefesa, um jovem inocente, em sua taberna. Isso é um dado importante, a maneira como eles vêm os alunos, eu vou mostrar mais elementos para corroborar essa leitura: então a professora vomita lixo dentro da cabeça do aluno. Esse padrão, essa forma de apresentar o professor o e o aluno se repete em várias décadas pela Escola sem Partido [...]

Uma outra falta, com diferentes pertencimentos éticos, é desconsiderar brancos e negros todos juntos em uma mesma família e, por fim, um outro desenho de uma efetiva família, parecem duas mães com um filho. A pergunta com base nos desenhos, podemos dizer que o gabarito letra de a família são diferentes umas das outras? Onde é que está a tecnologia de gênero aqui e no que isso é que poderia prejudicar um aluno simplício? [...]

Um alerta aos professores: essa maneira de representar só está sendo compartilhada, esse movimento tem ganhado cada vez mais força e ele vive com uma verdadeira campanha de ódio. [...]

Já existem vários projetos para criminalizar a atuação dos professores. Se os professores não se mobilizarem para defenderem a sua profissão ela então fica aqui. É, meu chapa, mobilização na defesa da profissão e da educação. A escola como espaço de educação, sim, de uma educação democrática. Obrigado [Aplausos]

Fonte: Transcrição automática realizada pelo Youtube. A transcrição na íntegra encontra-se no Anexo V

O vídeo de Fernando Penna é bastante longo, possui a duração de 21 minutos e 54 segundos, de explanações contrárias à Escola sem Partido. Devido à quantidade de informações, trazemos alguns recortes discursivos os quais dão conta de pontos considerados, por nós, relevantes, tendo em vista a própria proposta do

PLESP. Observamos, no início do recorte, uma referência ao documento⁹² emitido pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC), do Ministério Público Federal, encaminhado no dia 22 de julho de 2016 ao Congresso Nacional, tendo uma nota técnica na qual aponta a inconstitucionalidade do Projeto de Lei 867/2015, que inclui o Programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional.

RD 32:

“Acho importante destacar, aqui é foi recentemente a procuradoria geral da república lançou um documento [...] o projeto e as ações diretas de inconstitucionalidade afirmando a sua inconvenção então esse é um documento muito importante e que o movimento escola sempre é ocultado dos seus seguidores eles não divulgaram este documento nas suas páginas[...].”

No RD 32, o que se deve destacar, inicialmente, é a questão da inconstitucionalidade e inconvenção do PLESP, assinado pela procuradora Débora Duprat. Sem dúvida, esse documento é um ganho para os que não concordam com os termos do referido projeto. O “jogo” que se estabelece e que está sendo denunciado aqui nesse recorte é este: o status jurídico do PLESP não é divulgado pelos e para seus simpatizantes: do que podemos concluir que há “coerência” ideológica entre o que propõe e o que faz.

RD 33:

“[...] Criticar a figura do Paulo Freire, um pesquisador brasileiro, é o único autor brasileiro na lista dos cem autores mais utilizados nas universidades norte americanas [...]”

Fernando Penna, inicialmente, enaltece a figura de Paulo Freire lembrando a todos quanto a sua importância e o fato de que é valorizado e reconhecido como grande nome da educação, dentro e fora do país. A opção de Paulo Freire é pela educação popular e pela conscientização - um projeto que se filia a um posicionamento ideológico de esquerda. O que acontece, em relação a esse grande nome, é que, assim Penna denuncia, é que o MESP estaria divulgando e manipulando informações, como se pode observar no recortes discursivos transcritos na sequência:

⁹² Fonte: <http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pl-que-institui-escola-sem-partido-e-inconstitucional-defende-pfdc>, acesso em 29/05/2018.

RD 34:

“[...] uma publicação então do próprio Escola sem Partido que o Paulo Freire recomendava que se usasse o sistema público de ensino para fazer doutrinação e propaganda política ideológica a favor do PT [...]”

RD 35:

“[...] e eles têm dito isso sendo que a maior parte da obra Paulo Freire anterior à fundação do PT [...]”

Palavras como doutrinação e propaganda são atribuídas pelo MESP à presença de Paulo Freire nas escolas. Paulo Freire é referência na educação brasileira, na formação de educadores. Ao tomar Paulo Freire como referência, toma-se sim uma posição. Acusar Paulo Freire de ações que ele não fez também é tomar uma posição. O nome de Paulo Freire, no caso, simboliza o embate entre esquerda e direita. Apoiá-lo significa ser de esquerda; acusá-lo, ser de direita. É isso que fica evidenciado nesse recorte da fala de penna em Auiência Pública.

No RD 36, o professor Penna torna público que o ESP passa a atacar o sujeito-professor, o professor da rede pública como um inimigo da educação “pura” e “neutra” mostrando-o como uma figura caricata, perigosa, uma ameaça ao corpo discente, doutrinando os alunos, fabricando-os “em série” (essa fala tem como base a imagem reproduzida como Figura 21). Observemos:

RD 36:

“[...] uma imagem vejam bem assim é extremamente ofensiva direcionado aos professores então a professora que ela não é qualquer professor ela representa a escola pública tem ali uma estrela do PT um símbolo do anarquismo pentagrama o símbolo da paz amor [...]”

Com base nesse recorte, podemos observar a análise que o professor citado faz das publicações do ESP. Denuncia-a como extremamente ofensiva e caricata. Denuncia a oposição que estabelecem entre professores e alunos, em que o primeiro é mau; o segundo, inocente, ingênuo: campos divergentes, em que passa a construir uma imagem em que a sala de aula é um lugar de luta, de uma luta maniqueísta entre bons (os alunos) e os maus (os professores). Perguntamo-nos: nessa imagem, quem está fazendo doutrinação? Tais questões, aqui analisadas, são comprovadas também no próximo recorte discursivo, o RD 37.

RD 37:

“Ela segura um aluno, que ele está representado com uma criança pequena e indefesa, um jovem inocente, em sua taberna. Isso é um dado importante, a maneira como eles vêm os alunos, eu vou mostrar mais elementos para corroborar essa leitura: então a professora vomita lixo dentro da cabeça do aluno”.

Nesta perspectiva, a ação do professor é praticamente um ato criminal, hediondo, contra seres incapazes de defesa ou de reflexão, que estão fadados a tornarem-se objetos de domínio do professor e, conseqüentemente, cidadãos imorais e subversivos.

Por esses recortes, de uma audiência pública sobre a questão que aqui temos trabalhado, percebemos a presença do político na política. No jogo de forças, é possível observar que, se é uma luta por espaços, estão “vencendo” os princípios democráticos, pautados por uma carta magna, a Constituição Federal, a qual garante, entre tantas questões necessárias ao país, a liberdade de expressão dentro das garantias do respeito e da preservação aos direitos humanos. Esse é o viés ideológico que sustenta as práticas políticas vigentes no país, em que uma Audiência Pública é um exemplo.

Observamos, na sequência, a figura descrita pelo Prof. Fernando Penna referente à imagem do sujeito-professor através da concepção encontrada no PLESP. Optamos por trazê-la de forma a realizarmos uma observação mais detalhada e analisarmos outros aspectos que não são descritos por Penna. Assim, notamos, na figura 21, a imagem do professor de forma alegórica, deturpada, mostrando o professor a “vomitar” toda a sua “doutrinação” na mente de alunos indefesos, sem nenhuma construção de personalidade, como folhas em branco. Alunos esses, dentro dessa construção, são isentos de qualquer conhecimento prévio, experiências anteriores, sejam no seio familiar, escolar ou na vida social; seres desprovidos de valores éticos, preferências, conhecimentos. Diante disso, constatamos como se constroem argumentos para que uma determinada posição ideológica consiga ir se estabelecendo.

RD 38:

“Uma outra falta, com diferentes pertencimentos éticos, é desconsiderar brancos e negros todos juntos em uma mesma família e, por fim, um outro desenho de uma efetiva família, parecem duas mães com um filho. A pergunta com base nos desenhos, podemos dizer que o gabarito letra de a família são diferentes umas das outras? Onde é que está a tecnologia de gênero aqui e no que isso é que poderia prejudicar um aluno simplício?”

Nesse RD 38 encontramos denúncias contra o ESP por esse se posicionar contrário e preconceituoso quanto às heterogeneidades encontradas nos núcleos familiares, como a multiplicidade de raças e a homoafetividade. Dessa forma, indica a necessidade do debate sobre a pluralidade. Penna aponta questões pertinentes à educação, a boa convivência e a construção da consciência cidadã, demonstrando que a educação não pode ser enrijecida em modelos pré-estabelecidos e estanques, que a educação deve sim incluir diálogos sobre ética, diversidade étnica, homossexualidade, etc. Esse posicionamento explicita (e explica) as bases da escola pública, conforme já comentamos. Ratifica a ideia do modelo educacional vigente, essa é sua posição.

Seguimos com reflexões acerca dos comentários dispostos em sequências discursivas. As identidades dos autores, assim como as imagens, seguem em sigilo.

Figura 22 - RD 39 - C 1(3)





RD 39:



“Péssimo som. Grande deturpação sociopata do Escola sem Partido”.

O RD 39 apresenta uma crítica ao vídeo, mais uma vez, sem apresentar argumentos. Considera-o como uma “grande deturpação sociopata”, sociopata entendido como “diz-se de ou indivíduo de personalidade psicopatológica e de comportamento antissocial, ao qual falta senso de responsabilidade moral ou consciência (HOUAISS, 2009). Ao assim dizer, esse sujeito se coloca a favor do PLESP, sem argumentos, apenas com palavras que agridem e desqualificam o professor.

Figura 23 - RD 40 - C 2(3)

  1 ano atrás

É preciso insistir: este saber necessário ao professor -- que ensinar não é transferir conhecimento -- não apenas precisa de ser apreendido por ele e pelos educandos nas suas razões de ser--- ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido. (FREIRE, p. 47)



 1  RESPONDER


RD 40:



“É preciso insistir: esse saber necessário ao professor - que ensinar não é transferir conhecimento - não apenas precisa de ser apreendido por ele e pelos educadores nas suas razões de ser - ontológica, política, ética, epistemológica, pedagógica, mas também precisa ser constantemente testemunhado, vivido. (FREIRE, p.47)”. (sic)

A posição ideológica do sujeito no RD 40, é contrária ao PLESP, explicitada na reflexão que empreende sobre qual seria o verdadeiro papel do professor. Em paráfrase a Paulo Freire, defende: “que ensinar não é transferir conhecimento, mas este conhecimento deve ser apreendido, testemunhado e vivido”. Sua posição é pautada por conhecimentos específicos da área da educação, e assim, pelo científico, argumenta. Em nosso entendimento, escolhas científicas também têm caráter ideológico.

Figura 24 - RD 41 - C 3(3)

  1 ano atrás (editado)

 Paulo Freire não pode ser considerado como educador para quem conhece outros aspectos da educação que não sejam os mantras sociopatas. Leia outras concepções sobre educação que é possível que entenda o fascismo do método freiriano.



 2  RESPONDER

RD 41:



“Paulo Freire não pode ser considerado como educador para quem conhece outros aspectos da educação que não sejam os mantras sociopatas. Leia outras concepções sobre educação que é possível que entenda o fascismo do método freiriano”.

Percebemos, no RD 41, que o autor simpatiza com o PLESP e critica o posicionamento da autora do comentário do RD 40. Identificamos opostos ideológicos nos comentários 40 e 41, no entanto, nenhum argumento que justifique o posicionamento do autor do RD 41 ou sugestões de leitura de autores com pontos diversos a Paulo Freire. Nos RD 40 e 41 encontramos um combate ideológico.

Figura 25 - RD 42 - C 4(3)

  1 ano atrás

Mantras sociopatas! Porque não pode refutar sem estigmatizar autores e pesquisadores? Essa historia de doutrinação por parte de professores no espaço escolar não existe. Não na proporção que querem estabelecer. Tem professor que gosta das grandes revoluções, mas tem muito professor e escolas publicas que levam a religião para a sala de aula, substituindo o currículo, e ninguém fala sobre isso. Aí pode.

 2  RESPONDER

RD 42:

“Mantras sociopatas! Porque não pode refutar sem estigmatizar autores e pesquisadores? Essa história de doutrinação por parte de professores no espaço escolar não existe. Não na proporção que querem estabelecer. Tem professor que gosta das grandes revoluções, mas tem muito professor e escolas públicas que levam a religião para a sala de aula, substituindo o currículo, e ninguém fala sobre isso, aí pode.”

No RD 42, identificamos o questionamento do sujeito sobre a existência da doutrinação e como essa ocorreria em sala de aula. O mesmo admite que há doutrinação, mas essa não ocorre da forma como é pregada pelo ESP, ocorre com menos intensidade. A doutrinação é compreendida por esse sujeito como a ideologia empregada e o tipo de ideologia é determinado pelo sujeito, no caso o professor, se o mesmo identifica-se com a de Direita ou com a de Esquerda. Neste RD ocorre a percepção de que a ideologia existe e será demonstrada explícita ou implicitamente, já que esta cerceia os atos do sujeito, sem que ao menos o sujeito tenha consciência de que possui tal ideologia, considera ser algo natural a todos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir este tempo de estudos e de escrita desta dissertação de mestrado, sempre fica a sensação de que muito ainda se tem a pensar e a dizer sobre nossa proposta. Mas é preciso finalizá-la dentro de um tempo e do que se conseguiu fazer, sabendo que este nosso estudo ainda vai desencadear muitas reflexões, pois o momento em que estamos vivendo convida e convoca, a todo instante, para que tenhamos uma posição diante de propostas, de fatos, de movimentos, de projetos, enfim.

Ao recuperar o título deste trabalho, “O político nas leis nacionais de educação”, compreendo que talvez precisasse complementá-lo e dizer diferente, acrescentar algo que ficasse mais específico, como “O político nas leis nacionais de educação e o Projeto de Lei Escola sem Partido”, ou trazer questões de confronto: “O político nas leis: LDB e PLESP”, ou acrescentar a palavra “política”: “O político e a política na educação: leis e projetos”. Mas, penso que, de certa maneira, mesmo não estando especificado no título, muitas reflexões conseguiram vir à escrita. Assim, passado um tempo desde que a teoria foi estudada e as análises começaram a ser feitas, posso recuperar os passos que dei e destacar aspectos que considero importantes nesse percurso.

Do título, passo aos textos: circulei pelo PLESP; antes, pelo MESP, em sua redação e propostas em específico. Também me debrucei sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Busquei relacionar quais seriam as possíveis alterações e implicações caso o projeto fosse aprovado. Para subsidiar meus estudos, voltei-me a noções fundamentais da Análise de Discurso, especificamente como pensa o sujeito, como pensa a língua, como pensa a ideologia, o que é ser de esquerda e de direita. Também entrei em estudos sobre a política e o político.

E escolhi, para análises, materialidades discursivas que tratavam diretamente com o referido projeto. Essas materialidades primeiras (entrevista de professor no programa Roda Viva, notícia de jornal sobre posição tomada pela UFPR sobre o PLESP e participação de Audiência Pública por um outro professor), tornaram-se ainda mais importante porque suscitaram a participação de outros sujeitos, com suas opiniões, seus posicionamentos político-ideológicos diante do debate que ganhava corpo no Brasil do ano 2018.

Assim, ao término, destaco alguns pontos que considero mais relevantes.

Primeiramente, destaco, a partir do título, as noções que me nortearam, a de o político e de a poítica, para as quais posso dizer que assim as compreendo: a política é essa dança de vozes, tudo o que se ouve sobre; o político são as representações dessas forças, são os corpos que se fazem ver. Nesse processo todo, a cena pública de que nos fala Arendt (1993), passível de dissenso - sempre passível do necessário dissenso), e o poder, que segundo a mesma autora (1975), não é propriedade, é resultado da interação de todos.

Mas destaco ainda mais: que a teoria discursiva nos disponibiliza conceitos que elucidam/ajudam essas vozes que vêm à cena pública. É a língua, a mesma para todos e, ao mesmo tempo, tão diferente em seu uso, tão múltipla em processos discursivos que dela se ocupam, tão múltipla e infinita na construção dos sentidos. As ideologias, pelas formações ideológicas, forças que se dão ao confronto, que dizem das formações sociais diferentes, desiguais, que dizem do sujeito, as formações discursivas e as formações imaginárias, imprescindíveis para entender os discursos então produzidos.

Quanto aos textos selecionados, que constituem, na análise, as diferentes materialidades discursivas que, por sua vez, apresentam as distintas faces da ideologia. Acredito que as escolhas do corpus foram importantes e contribuíram para esse resultado que considero forte. Assim, diante desse percurso, destaco a presença da contradição: em plena democracia, temos um projeto de lei que visa a instituir uma escola que não atende a esses princípios, que não atende a própria constituição do país, que acaba sendo o avesso do tempo no qual foi “gerada; por outro lado, a divulgação das suas propostas (duras, fechadas) provocam o que “ela” não permite: o debate, a pluralidade de ideias. Acredito que esse tenha sido a grande contribuição desse trabalho: pela língua, na história, pela ideologia no discurso, pelo político na política, a presença da contradição.

Com isso, entendo os sentidos, como se constituem e como se mostram: muitos são os significados, sendo esses discursos perpassados pela ideologia constituinte do sujeito. A percepção de que o sujeito homem é um ser constituído de ideologia, posicionando-se através de suas crenças em suas ações, discursos e interpretações nem sempre acontece. Mas está presente.

Compreendemos que a ideologia está intimamente ligada a classe pertencente do sujeito, em que ricos e pobres possuem percepções diferentes da realidade. O PLESP possui a ideologia acercada à teoria de Direita, em que a classe

dominante, a oligarquia, detém a riqueza e o poder, diferentemente, da classe operária, acercada à ideologia de Esquerda, que se limita a reproduzir os mesmos padrões de pobreza, à margem da sociedade. No decorrer das análises, encontramos diversas referências às convicções ideológicas de “Direita” e “Esquerda” expressando essas inúmeras significações, como: preconceitos, desinformação, construções da memória discursiva, demonstrando, invariavelmente, seu posicionamento político, ou seja posicionamento ideológico.

Observamos nas sequências discursivas analisadas que o PLESP se abeira da ideologia de Direita. Tal projeto objetiva um controle rigoroso da ação do sujeito-professor por meio de novas diretrizes, estas estampadas em um cartaz ao fundo da sala de aula, sendo o professor passível de punição caso não “obedeça” as ordens. Tal ação se assemelha as características da ideologia direitista, pela tentativa da imposição e da “violência” gerada ao professor e, indiretamente, ao aluno. Tal violência caracteriza-se como forma de cerceamento da ação do docente, uma busca por silenciá-lo impondo a toda à classe o silenciamento do opressor, de forma a estenão ser capaz de agir buscando uma transformação da sociedade, mas contribuindo para a manutenção da mesma, com privilégios aos ricos e exploração aos pobres.

Distintamente do que o PLESP propõe “uma escola sem ideologia”, o que se evidencia é a tentativa (em teoria) da troca de uma ideologia, a de Esquerda, em que o social é considerado, para uma ideologia de Direita, que beneficia a classe dominante, “treinando” a população no AIE escolar para acreditar que devem permanecer sempre submissos à situação de pobreza e marginalização. O AIE escolar é formador ideológico capaz de “moldar” cidadãos que não terão consciência de sua ideologia, pois quem a possui não possui consciência de ser uma ideologia, mas uma leitura de mundo.

Observamos, em vários comentários, que a ideologia encontrada nas escolas é “coisa de esquerda”, algo voltado às crenças comunistas e de caráter imoral e subversivo. O que conceitua ser imoral são as regras religiosas, em grande parte as da igreja evangélica, que buscam manter o patriarcado conservador, excluindo as minorias e os menos favorecidos, como a comunidade LGBT, pessoas de diferentes credos religiosos e excluídos de forma geral. Ao identificarmos uma “guerra” discursiva entre sujeitos simpatizantes a Direita e a Esquerda, observamos que essa se dá devido à necessidade gerada pelo político do momento vivido, o político que, segundo Corten (1999), é entendido como representação das forças políticas,

contexto discursivo de interlocução. Ou seja, é a realidade provocada pela ação dos membros de uma sociedade.

Evidenciamos, também, nos recortes discursivos analisadas, que o conceito de Direita e Esquerda, muitas vezes, foi empregado de forma diferenciada, cada sujeito enfatizando pontos distintos. Esse fenômeno, possivelmente, é ocasionado pelo atravessamento da memória discursiva, em que o fato histórico é observado através do ângulo de preferência de seu autor, resignificando suas concepções ideológicas e se resignificando como sujeitos.

Os vídeos de Karnal e Penna, e o artigo sobre a UFPR, assim como seus respectivos comentários, além de serem atos políticos são atos de resistência. Atos políticos por serem posicionamentos ideológicos e ações significativas na esfera pública e resistência porque é um ato de oposição à ideologia contrária. Encontramos no campo social, provocado pelo político, o dissenso, a divergência, a discrepância, local em que ocorre o embate discursivo, a troca de argumentos, os “jogos” de poder e os atos políticos.

BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**: Nota sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado. Tradução Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1985, 2ª edição.

ARENDT, Hannah. **Desobediência Civil**. In: Crises da República. Tradução de José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973.

_____. **A Condição Humana**. Tradução Roberto Raposo. Rio de Janeiro, RJ: Forense-Universitária, 1983.

ARISTÓTELES. **Política**. Tradução de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1985.

CAZARIN, Ercília Ana. **A análise do discurso nos estudos da linguagem e sua dimensão política**. Revista da ABRALIN, v. Eletrônico, n. Especial, p. 33-46. 2ª parte 2011.

CORTEN, André. **Discurso e representação do político**. In: **Os múltiplos territórios da análise do discurso**. Freda Indursky e Maria C. Leandro Ferreira (Orgs.). Tradução de Ana Maria Lisboa de Mello e Maria Regina Borges-Osório. Porto Alegre, RS: Sagra Luzzatto, 1999.

DOMINGUES, Joelza Ester. **Esquerda e Direita**: rótulos mais simbólicos do que políticos. Disponível em: <https://ensinarhistoriajoelza.com.br/esquerda-e-direita-rotulos>. Acesso em 23/05/2018.

FERNANDES, Cláudio. **"Direita e Esquerda"**: Brasil Escola. Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/politica/direita-esquerda.htm>. Acesso em 23/05/2018.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba, PR: Editora Positivo, 2009, 4ª edição.

FREITAS NETO, José Alves de. **Coisas que se misturam: religião e política**. In: Jornal da Unicamp Educação Web. 2017.

HAROCHE, Claudine. **Fazer dizer, querer dizer**. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. São Paulo: Hucitec, 1992.

HOUAUISS, Antônio. **Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva Editora, 2009.

INDURSKY, Freda. **O Político e o Jurídico na Constituição das Subjetividades Sociais**. Gragoatá: Revista dos Programas de Pós-graduação em Letras da UFF, Niterói, v. 11 n. 18, p. 97-110, 1º sem., 2005.

_____. **A memória na cena do discurso**. In: Memória e história na/da análise do discurso, editado por Freda Indursky, Solange Mittmann e Maria Cristina Leandro Ferreira, 67-89. Campinas: Mercado de Metras, 2011.

MARQUEZAN, Reinaldo. **O Deficiente no discurso da legislação**. Campinas, SP: Editora Papyrus, 2015.

MELO, C. **Cartas à redação**: uma abordagem discursiva. Tese de doutorado em lingüística, Instituto de Estudos da Linguagem - IEL/Universidade de Campinas - SP, 1999.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e Leitura**. São Paulo, SP: Editora Cortez, 1996.

_____. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Editora Pontes, 1999.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6ª Ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

_____. **Os sentidos de uma estátua**: Fernão Dias, individuação e identidade pousoalegrense. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Discurso, Espaço, Memória**: Caminhos da identidade no sul de Minas. Campinas: RG, 2011.

_____. **Discursos em análise**: sujeito, sentido, ideologia. Campinas, SP: Pontes, 2012.

PATRIOTA, K. R. M. P. e TURTON, A. N. **Memória Discursiva**: sentidos e significados nos discursos religiosos da TV. Ciências & Cognição - Vol 01: 13-21, 2004.

PÊCHEUX, M. **Semântica e Discurso**. Uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. A análise de discurso: três épocas. In: GADET, F. e HAK, T. (Orgs.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: UNICAMP, [1983] 1997.

_____. Análise Automática do Discurso. In: GADET, F. e HAK, T. (Org.) **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania S. Mariani et al. Campinas: UNICAMP, 1997, p. 61-161.

_____. **Papel da memória**. Em: Achard, P. et al. **Papel da memória** (Nunes, J.H., Trad. e Intr.). Campinas: Pontes, 1999.

_____. Ler o arquivo hoje. In: Orlandi, Eni (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, [1982] 2010. p. 49-59.

_____. **O Discurso**. Estrutura ou Acontecimento. Tradução de Eni Pulcinelli Orlandi. 6ª Ed. - Campinas, SP: Pontes Editora, 2012.

PETRI, Verli. **O imaginário sobre o gaúcho no discurso literário**: da representação do mito em Contos Gauchescos, de João Simões Lopes Neto, à desmitificação em Porteira Fechada, de Cyro Martins. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

_____. **Reflexões acerca do funcionamento das noções de língua e de sujeito no Dicionário de Regionalismos do Rio Grande do Sul.** Língua e Instrumentos Linguísticos, 23/24; p. 25-35; 2010.

PETRI, Verli; DIAS, Cristiane. **O funcionamento do movimento pendular próprio às análises discursivas na construção do “dispositivo experimental” da Análise de Discurso.** In: A Análise de Discurso em perspectiva: teoria, método e análise. - Santa Maria: Ed. Da UFSM, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **Os Nomes da História:** Ensaio de Poética do Saber. Trad. Eduardo Guimarães, Eni Pulcinelli Orlandi. São Paulo: EDUC/Pontes, 1994.

_____. **O desentendimento.** Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo, SP: Ed.34, 1996.

SOUSA, Bertone de Oliveira. **O Que Significa Ser de Direita e Esquerda.** 2016. Disponível em: <<https://bertonesousa.wordpress.com/2016/03/23/o-que-significa-ser-de-direita-e-esquerda/>>. Acesso em: 27 mai. 18.

TAROUCO, Gabriela da Silva; MADEIRA, Rafael Machado. Partidos, programas e o debate sobre esquerda e direita no Brasil. In: **Revista de Sociologia Política.** vol.21 no. 45. Curitiba, PR: 2013.

ANEXO I

Transcrição automática do Youtube do Vídeo 02: “Roda Viva | Leandro Karnal | 04/07/2016” {parcial}

[00:00] a escola sem partido é uma asneira sem [00:02] tamanho é uma bobagem conservadora é [00:05] coisa de gente que não é formada na [00:08] área e que decide ter uma idéia [00:10] absurda que é substituir o que eles [00:12] imaginam que seja uma ideologia em sala [00:15] de aula por outra ideologia é uma [00:17] ideologia conservadora [00:19] então como eu já desafia algumas [00:21] pessoas me diga um fato histórico você [00:23] vai dar que não tem opção política e [00:26] de um fato a cortar a cabeça dos 16 21 [00:29] de janeiro de 1793 cortar a cabeça [00:31] antonieta 16 de outubro em 1793 [00:34] nós vamos dizer que pena coitados dos [00:36] registros [00:37] vamos analisar como um processo de [00:39] violência típico da revolução e [00:41] assim por diante não existe escola sem [00:44] ideologia [00:46] seria muito bom que um professor não [00:48] impuser se apenas uma ideologia e que [00:51] abrisse caminho para sempre o debate mas [00:53] é uma crença em primeiro lugar [00:55] fantasiosa de uma direita delirante e [00:58] absurdamente estúpida de que a escola [01:01] forma a cabeça das pessoas e que esses [01:03] jovens saiam líderes sindicais os [01:05] jovens têm sua própria opinião houve [01:08] o professor vão dizer que o professor [01:09] é de tal partido os jovens não são [01:12] massa de manobra e os pais e professores [01:14] sabem que os jovens têm sua própria [01:17] opinião toda opinião é política [01:19] inclusive a escola sem partido [01:22] eu gostaria de uma escola que suscitasse [01:24] o debate [01:25] gostaria de uma escola que colocas para [01:27] o aluno no século 19 um texto stuart [01:29] mill falando indivíduo da liberdade do [01:31] mercado ao lado de um texto de marketing [01:33] que o aluno debater se os dois textos [01:35] mas se o professor for militante de um [01:38] partido de esquerda ou de centro também [01:40] faz parte do processo isto não é ruim [01:43] a demonização da política é a pior [01:46] herança dessa ditadura militar que [01:48] além de matar seres humanos ainda [01:51] provocou na educação um dano que vai [01:53] se arrastar por mais algumas décadas [01:56] tem uma frase sua que se tornou viral na [01:58] internet que é você diz o seguinte [01:59] quando vejo um jovem defendendo a volta [02:02] dos militares [02:03] me vejo fracassado como professor de [02:05] história eu tenho duas hipóteses para [02:07] alguém defender ilegalmente a volta dos [02:10] militares já que a nossa constituição [02:11] pressupõe nas suas cláusulas [02:13] pedras o estado de direito qualquer [02:16] pessoa que ferir o estado de direito [02:17] está cometendo um crime e um crime [02:20] contra as cláusulas pétreas da [02:21] constituição o chefe das forças [02:23] armadas o presidente lula [02:25] constitucionalmente pelo menos por [02:27] enquanto [02:28] quando eu vejo alguém defendendo a [02:30] volta dos militares eu olho para a idade [02:32] se for um jovem eu me sinto no dever de [02:34] explicar o que é o arbítrio o que é a [02:37] cassação de direitos como habeas [02:39] corpus o que foi mais cinco o que a [02:41] tortura de mulheres grávidas o que é o [02:44] fim da liberdade de imprensa o que é [02:46] bárbara e da concentração de renda [02:48] durante a ditadura militar [02:50] e se for uma pessoa de idade eu atribuo [02:52] a falta de memória que a idade pode [02:54] estar provocando na pessoa [02:56] na verdade não há como defender é [02:58] eticamente moralmente num plano mínimo [03:00] de humanidade uma intervenção militar [03:03] nossos problemas foram piorados pela [03:06] ditadura é muito importante lembrar que [03:09] não se deve nunca questionar a [03:11] democracia deve-se aperfeiçoá-la por [03:14] uma pessoa não está funcionando [03:16] remédio não se deve executá-la na [03:18] câmara de gás mas mudar o remédio [03:20] achar algo mais eficaz é um recado [03:23] importante para os jovens que viveram [03:25] sob regime de direito pós 1985 88 que a [03:30] constituição é preciso estudar o que [03:33] é a barbaridade tá dura a quantidade [03:35] enorme de escândalos financeiros de [03:38] gente que enriqueceu ilicitamente [03:40] acobertada por militares [03:42] é preciso insistir nisso para que as [03:44] pessoas não fiquem achando que agora é [03:46] que nós temos este problema é outro [03:48] quando nós olhamos os representantes do [03:50] campo político conservador brasileiro [03:52] como pastor malafaia [03:54] o deputado bolsonaro são figuras de [03:57] fácil e imediata possibilidade de [04:01] caricatura [04:02] nós não temos aqui no brasil aquele [04:05] conservador inglês [04:06] bem vestido e falando bem e sem babar ou [04:10] gritar nós temos gente em geral [04:13] histérica em nome de deus ou da rota [04:16] que grita o tempo todo e tem ataques [04:21] furibundos irracionais [04:23] são figuras que tem o físico de rolo [04:25] tenho o time [04:26] o físico para poderem ser ironizada ea [04:30] coisa mais fácil de fazê-lo ironizar [04:33] essas figuras problema que isso nos leva [04:35] a nada mas eu quero chamar a atenção [04:38] para aumentar nossa preocupação [04:41] eu vou usar pela segunda

vez o nome dele [04:44] mas acho que é um pouco vô demora ou [04:46] não a gente não deveria pronunciar [04:49] então você sabe quem do avante [04:52] bolsonaro exerce cargo de deputado a [04:56] quase um quarto de século é um dos [05:00] deputados mais antigos da câmara não [05:03] foi eleito no período da ditadura ele [05:06] exerce o cargo de deputado em pleno [05:08] florescer democrático [05:11] não sei se vocês têm presente [05:14] você sabe quem se elegeu pelo pp um dos [05:17] partidos mais implicados nos escândalos [05:20] de corrupção com 464 mil votos [05:23] tornando o deputado mais eleitos de todo [05:26] o estado do rio de janeiro é o estado [05:29] que tem uma das maiores taxas de [05:31] urbanização do brasil tem a quarta [05:34] taxa de alfabetização uma das maiores [05:36] quantidades de escolas um estado [05:39] industrializado com a segunda maior [05:40] cidade do país elegeu você-sabe-quem [05:44] com 464 mil votos logo bolsonaro não é [05:50] sozinho o clown da direita ele precisa [05:55] de uma platéia ea platéia é numerosa [05:58] quando nós habitamos nesta campanha [06:01] lula chamada e fish [06:04] nós vamos acreditando que isso é [06:05] representativo de toda a sociedade [06:07] brasileira [06:09] assim que você se formam volta em [06:11] férias vocês descobrem como dizia [06:13] brest que a cadela do fascismo está [06:15] sempre no cio e ela habita inclusive [06:19] nossas casas principalmente quem tem [06:22] pais e avós no interior que raramente [06:26] são militantes do pessoal avó [06:28] raramente é militante do pessoal [06:31] em primeiro lugar você sabe quem atinge [06:35] quase meio milhão de votos [06:38] segundo lugar do levantamento tse que eu [06:41] acessei domingo ao preparar essa fala a [06:44] deputada clarissa garotinho cujo [06:48] sobrenome já remete a uma certa [06:51] filiação 232 mil votos para esta [06:56] deputado terceiro lugar no rio de [06:59] janeiro [07:00] eduardo cunha atual presidente da [07:04] câmara dos deputados [07:07] nós precisamos ir ao sétimo lugar dos [07:12] deputados do rio de janeiro [07:14] é importante dizer que nós estamos [07:16] falando dos sertões de euclides da [07:19] cunha [07:20] mas do rio de janeiro nós pensamos e ao [07:23] sétimo lugar para encontrar o deputado [07:27] jean willys do pessoal representante [07:31] único representante assumido de um [07:34] movimento lgbt no congresso [07:37] joão elias ganhou 144 mil votos que dá [07:40] mais ou menos um pouco entre a terça ea [07:43] quarta parte dos votos de bolsonaro [07:47] o papa cita john willis 144 mil votos [07:55] o outro 464 mil votos [07:59] este é um dado para que nós reflitamos [08:02] aberta e declaradamente sobre essa [08:05] questão mas é importante dizer que [08:09] também enquanto o pensamento [08:10] conservador de direita constrói esse [08:14] tipo de votação com grande sucesso [08:17] midiático que toda e qualquer [08:21] vamos usar a expressão que os [08:23] fluminenses criar um factóide que toda [08:26] e qualquer factóide que o deputado [08:28] você sabe quem se envolve aumenta sua [08:32] sua eleição vamos lembrar também que [08:35] no outro campo tomando de novo pessoal [08:38] a candidata luciana genro à [08:41] presidência teve 1.6 milhão de votos [08:43] um ponto 5 55% do total de votos o que [08:48] significa o dobro da votação de [08:50] plínio de arruda sampaio [08:51] em 2010 logo também neste campo [08:56] existe um aumento existe uma [08:59] reorganização política o que [09:02] caracteriza de novo a bipolarização eu [09:07] quero chamar a atenção desse [09:09] conservadorismo de fusó e sua [09:13] ambigüidade na relação com a [09:14] democracia porque se submetido a [09:17] escrutínio público submetido a [09:19] plebiscito se submetido a uma discussão [09:22] aberta eu suspeito mas isso é intuitivo [09:26] e não técnico que temas conservadores [09:29] como pena de morte [09:31] a redução da maioridade penal e outros [09:35] venceriam largamente no brasil mas lá [09:40] não é por pouco imagina que a pena de [09:43] morte é uma suposição tivesse pelo [09:46] menos 80% dos votos [09:49] senão isso certamente venceria [09:52] logo não estamos falando da ponta do [09:55] iceberg que são as personagens que se [09:58] aproveitam desse conservadorismo difuso [10:00] com sócios ou não do que acreditam de [10:05] fato no século 19 estendal primeiro [10:09] autor realista francês de fato escreveu [10:11] que religião é baseada no medo da [10:15] maioria e dá lucro para uma minoria [10:18] essa minoria instrumentaliza o medo da [10:21] maioria eu aplico a idéia de estender a [10:23] mão a questão político baseado no [10:26] medo da maioria floresce um discurso é [10:30] um discurso dessa maioria silenciosa que [10:32] historicamente se pronunciou várias [10:35] vezes em 1968 com os senhores sabem [10:39] perfeitamente as ruas de paris foram [10:42] tomadas por um movimento de protesto de [10:45] índole libertar e daniel cohn bendit [10:47] todo movimento francesa e em breve a [10:50] própria cgt francesa pararam a França [10:53] neste ano de 1968 um homem conservador e [10:58] tradicional chá de gol e presidente da [11:00] França convoquem eleições convoca [11:04] eleições porque paris [11:05] está parado os piquetes se multiplicam [11:07] a França parece à beira de uma [11:09] revolução e as eleições elege na sua [11:12] maioria candidatos conservadores [11:16] quando nós temos na rua 100 mil pessoas [11:18] protestando por um tema e são paulo [11:22] nós devemos lembrar que há dez [11:23] milhões e 900 mil que não saíram de [11:25] casa quando nós temos na rua 100 mil [11:30] brasileiros protestando contra o tema [11:32] devemos lembrar todos aqueles que não [11:33] foram para a rua por não concordarem ou [11:36] não

acharem o tema relevante o [11:38] concordarem [11:39] mas não acharem a manifestação [11:40] importante [11:42] outro exemplo de maioria silenciosa 1972 [11:45] nos estados unidos nixon se elegeu em 69 [11:48] prometendo retirar os americanos na [11:50] guerra do vietnã a guerra chegou ao seu [11:53] apogeu [11:54] chegamos ao máximo do bombardeio do [11:57] laos e do cambogia onde o número de [11:59] mortos disparou total de 58 mil dos [12:02] quais quase 30 pertencem a esse período [12:04] o unix motos dos estados unidos não é [12:07] porque no vietnã são 2 milhões mortos [12:09] norte-americanos 58 mil em 1972 nixon [12:14] que descumpriu suas promessas de governo [12:17] nixon que já começa a sentir os [12:21] efeitos da sua popularidade a guerra do [12:23] vietnã se candidata à reeleição [12:25] contra um candidato que era uma [12:27] maravilha do ponto de vista da [12:29] consciência política que era maior é [12:32] feita a eleição [12:34] nixon ganha forte a eleição [12:38] voltamos a maioria silenciosa voltamos [12:41] àquela nação profunda que nós [12:44] costumamos por vezes ignorar e não [12:48] entender que no nosso gesto político [12:52] ele exclui essa maioria por vários [12:55] motivos [12:56] existe um reacionarismo um [12:59] conservadorismo político não são a [13:01] mesma coisa em política reacionário e [13:03] conservador mas eu estou tratando aqui [13:06] como iguais neste caso fruto de uma [13:09] concepção de mundo específica baseada [13:12] na idéia de autoridade [13:13] fruto de um medo muito profundo [13:16] fruto de um medo que foi definido [13:19] 848 manifesto comum o medo deste mundo [13:23] onde tudo o que é sólido desmancha no [13:25] ar e fruto da in segurança social em [13:28] dois campos da segurança social em [13:32] função do aumento da criminalidade [13:33] urbana ea insegurança social em [13:36] função da crise econômica a classe [13:39] média e classe baixa em risco de [13:41] desemprego de redução de consumo são [13:44] o público por excelência que qualquer [13:46] projeto fascista [13:49] geralmente o projeto fascista se assenta [13:52] não sobre o operariado [13:53] é muito raro não sobre elites [13:56] aristocráticas latifundiários [13:58] oligárquica mas sobre uma classe média [14:01] e baixa em risco de proletarização os [14:05] programas de estabilidade aqui entre uma [14:07] subjetividade absoluta que vocês podem [14:09] contestar os programas de estabilidade [14:13] dos governos lula e fhc Dilma apesar das [14:16] divergências de método focaram muito [14:19] mais na minha interpretação no [14:21] consumidor e não o cidadão ao focarem [14:25] no consumidor e não no cidadão [14:27] aumentarem a renda e não há [14:30] consciência [14:31] ao desenvolverem a ideia de maior [14:35] possibilidade de consumo e não há [14:37] maior possibilidade participação [14:39] política [14:41] esses programas se caracterizaram pela [14:43] palavra revolução que a mídia [14:45] consagrou e que é muito curioso não [14:47] revolução social não reforma agrária [14:51] não revolução de moradia urbana mas a [14:55] mídia chamou de revolução do urt [14:57] revolução do frango [14:59] eu adoro essas expressões porque esta [15:02] é mais profunda e estrutural das [15:04] revoluções dos últimos governos e urt [15:07] franco classes que passaram a consumir [15:12] produtos e andar de avião [15:15] passam a ter uma demanda de consumidores [15:19] que vêm agora colocado em risco classes [15:23] que nunca enfrentar e nunca receberam de [15:27] jeito algum uma efetiva reforma agrária [15:30] nunca sentiram uma reforma intensa e [15:34] profunda na escola pública não viram a [15:38] diminuição do número absurdo de 10% [15:40] de analfabetos funcionais no brasil [15:43] número impactante de 20 milhões de [15:46] seres humanos eo número oscilante [15:48] incalculável de analfabetos funcionais [15:51] problema que cuba resolveu em três anos [15:55] nós estamos tentando resolver desde que [15:58] um alfabetizado caminha escreveu sobre a [16:02] população [16:04] essas classes que nunca viram este [16:06] movimento sentem agora que suas [16:10] conquistas materiais correm riscos [16:13] e nós que nos supomos pensadores [16:16] críticos [16:18] cometemos provavelmente o equívoco de [16:20] supor que o grande problema são os [16:23] agentes conservadores da política como [16:27] supra não citado deputado ou mais [16:32] recentemente as igrejas neopentecostais [16:34] como eu escrevi duas vezes em artigos [16:37] atribuir o pensamento conservador as [16:40] igrejas pentecostais é provavelmente um [16:43] sintoma de democracia de horror ao [16:46] popular porque o pensamento conservador [16:49] não está só nas igrejas pentecostais [16:52] está na multissecular a igreja [16:54] católica está nas igrejas protestantes [16:57] tradicionais e históricas luterana etc [17:00] o pensamento conservador está nas [17:02] universidades pensamento conservador [17:05] está nas instituições [17:07] nossas renovações de pensamento dizem [17:10] respeito [17:11] aquilo que eu já desenvolve em artigo [17:13] em livro e também na televisão há [17:16] três tecnologias contemporâneas todas [17:19] conservadores [17:20] a teologia da prosperidade que [17:22] pressupõe que deus tirou do serasa quem [17:25] tem fé [17:26] a teologia da autoajuda que pressupõe [17:31] como todo esquizofrênico que o [17:33] pensamento cria e finalmente a mais [17:37] deletéria de todas a teologia do [17:39] empreendedorismo porque a teologia do [17:42] empreendedorismo a maior mística do [17:44] nosso [17:44] capitalismo contemporâneo é aquela que [17:47] afirma aos quatro cantos do mundo que [17:51] basta pensar e querer e agir para sair [17:53] da pobreza ao internalizar no indivíduo [17:57] a

culpa o sonho do panóptico de futebol [17:59] do 19 ao internalizar o indivíduo a [18:02] culpa se você é pobre falta de [18:05] empreendedorismo a mas eu nasci no morro [18:10] machado de assis também e fundou a [18:12] academia brasileira de letras [18:15] a minha mãe é lavadeira de machado de [18:18] assis também né ele ainda era gago e [18:23] epilético ou seja empreendedor isso [18:26] basta querer [18:28] tem um livro que eu ironizou sem cessar [18:30] falei ontem no cutuca que eu tive que [18:32] ler [18:33] confesso chama seu segredo no qual a [18:36] autora diz que basta pensar que acontece [18:39] eu tenho vontade de empurrá-la de um [18:41] prédio alto dizer pensa que você pode [18:44] voar mas pensa firme pensa firme essa [18:48] mística do capitalismo contemporâneo [18:51] empreendedorismo ela radicaliza opção [18:54] liberal de adam smith da barricada de [18:57] malthus de todos do século 18 e 19 [19:00] e de novo internaliza a idéia de que a [19:04] única culpa se deve ao indivíduo por [19:06] toda a situação.

ANEXO II

Transcrição automática do Youtube do Vídeo 02: “Prof. Fernando Penna - Audiência Pública sobre “Escola sem Partido” (Senado Federal 16/11/2016)”

Boa tarde a todos a todos aliás bom dia ainda é meu nome é fernando arújo pena eu sou professor da faculdade de educação da universidade federal fluminense sou mestre e doutor em educação pela universidade federal do rio de janeiro e só 11 dos coordenadores do gt de ensino de história educação da associação nacional de história é importante já colocar esse meu de onde eu falo em um outro elemento importante na minha localização é eu sou vou usar a apresentação ali eu sou um dos coordenadores da facebook professores contra escolas sem partido ela então a temática em que nós temos aqui hoje para debater é o primeiro coloca uma interrogação neste nome o nome próprio nome do movimento e do projeto escola sem partido e coloca pra nós uma alternativa entre uma escola necessariamente sem ou com eu vou defender que agora que não é bem essa alternativa que está em jogo com esse projeto esse projeto é um projecto de escola um projeto de escolarização que remove da escola o seu carro preto estacionado então por isso eu percebo ele com uma ameaça a uma educação democrática eu ia mencionar mas tenho certeza que a deborah duprat vai fazer isso é mas eu acho importante destacar aqui é foi recentemente a procuradoria geral da república lançou um documento seria de cinco anos o projeto e as ações diretas de inconstitucionalidade afirmando a sua inconveniência então esse é um documento muito importante e que o movimento escola sempre é ocultado dos seus seguidores eles não divulgaram este documento nas suas páginas nas suas redes sociais eu acho que é um documento bastante pertinente mencioná-lo ao longo da minha apresentação disse o popular que alguns elementos pronto então vamos ao a discussão sobre escolas em parte do primeiro óleo está cá que é uma beta entendeu o programa escola sem partido que é esse projeto de lei que foi criado por iniciativa de um deputado do rio de janeiro chamado deputado estadual chamado flávio bolsonaro flávio bolsonaro entrou em contato com o advogado miguel nagib em 2014 pediu para que ele formulasse um projeto de lei que capturar essas idéias do movimento escola sem partido e surgido em 2004 a primeira e mais 2014 no estado do rio de janeiro e depois ele é logo semana depois do município do rio de janeiro apresentado pelo vereador municipal carlos bolsonaro mas há a apresentação desse projeto não se limita a atuação da família bolsonaro no rio de janeiro e se expande ele já foi apresentado em vários estados no brasil tramita no senado e na câmara e inúmeros municípios tendo sido aprovado em um desses estados hoje é então eu mas algo que eu venho discutindo o que acho muito importante é pra entender esse programa escola sem parte do projeto de lei nós temos que contextualizar o na atuação do movimento escola sem partido onde é que nós podemos encontrar as idéias do movimento escola sem partido na sua facebook no seu site na internet então vou contextualizar vão buscar muitas informações nessa nesse espaço inclusive a primeira vez que eu defendi isso um debate direto com o advogado miguel nagib um programa no canal futura logo depois do debate ele colocou uma tarja no site do escola sem partido afirmando que aquele não era o programa mas sim do movimento escola sem partido mas eu acho que essa associação é não sei como alguém cria um movimento depois têm vergonha da atuação do que ele próprio escreveu no site então eu faço questão de trazer à tona isso e para exemplificar esse cara de grosseiro do discurso escolas sem partido especialmente nas redes sociais e vamos estar alguns ataques que eles têm feito começam a criar a figura do paulo freire um pesquisador é o brasileiro é o único autor brasileiro é utilizado nas é o d'ale na lista dos cem autores mais utilizados nas universidades norte americanas e eles têm dito esse aqui é uma publicação então do próprio escola sem partido que o paulo freire recomendava que se usasse o sistema público de ensino para fazer doutrinação e propaganda política ideológica favor do pt sendo que a maior parte da obra paulo freire anterior à fundação do pt jantaram em difamar em falar mentiras são paulo frei mas eles com imagens agressivas são outra publicação da escola sempre paulo freire com as suas feições deformadas ele tem sua cabeça aberta e dentro da sua cabeça em fezes chama compartilhada pela escola sem partido ao frei da legenda diz paulo freire transformando analfabetos inocentes e analfabetos comunistas desde 1963 se a atuação do movimento es col a 5 eo mal e multimaq então eles compraram esse texto a yoggi a escola sempre perfil continua é a matéria continua essa imagem a gente tem realmente agressiva o freddy de quatro com as roupas rasgadas comendo capim com orelhas de burro e monta ele está a figura do stop com feições demoníacas confesse conduzindo paulo freire eu pergunto no que compartilhar imagens com essa avanço no debate sobre educação absolutamente nada além disso eles também fazem estado constantes aos professores o que é uma outra postagem do escola sem partido que contém uma imagem vejam bem

assim é extremamente ofensiva direcionado aos professores então a professora que ela não é qualquer professor ela representa a escola pública tem ali uma estrela do pt um símbolo do anarquismo pentagram o símbolo do paz amor e ela segura um aluno que ele está representado com uma criança pequena e indefesa não jovem inocente com a sua taberna isso é um dado importante a maneira como eles vêem os alunos eu vou mostrar mais elementos para corroborar essa leitura e ele vomita então a professora vomita lixo dentro da cabeça do aluno esse padrão e colocou grafite essa forma de apresentar o professor o aluno se repete em várias décadas pela escola sem partido não tendo feito é feito esse alerta sobre esse discurso de ódio nas redes sociais ou partem então para analisar alguns elementos do do ideário do da ideologia da proposta escolas sem partido então primeiro neto da escola que remove o seu caráter educacional é um projeto escola tenta remover da escola pensão educacional onde eu posso perceber isso então na página inicial do movimento escola assim eles é compartilham uma biblioteca politicamente incorreta com apenas quatro livros o primeiro desses quatro livros é o livro professor não é educador de um indivíduo chamado armando moreira então qual é a tese nesse livro que os professores não são educadores uma dissociação entre o ato de educar e instruir o ato de educar seria exclusivo da fé e da religião e o professor teria que limitar a instruir transmitir conhecimento neutro sem mobilizar valores e sem fio a realidade do aluno claro esse é um dado importante essa concepção do que do que seria o fernando educacional a passar décadas não séculos a construção do conhecimento em diálogo com os alunos com a sua realidade um outro elemento interessante pra corroborar essa leitura também do site do escola sem partido eles apresentam ali no site oficial alguns quadrinhos um deles é chamar flagrando doutrinador um dos elementos de inconstitucionalidade dos do programa escola assim é que nenhum eles tentam proibir e no artigo 3 do pl 867 2015 que tramita na câmara dos deputados está dito o seguinte estou focado em sala de aula a da doutrinação política ideológica não define que pratica é essa então esse já é um elemento de condicionalidades tentar proibir uma prática sem definir claramente mas no site nós encontramos uma definição então tem uma aba chamada flagrando do treinador no qual eles vão é instruir os alunos sobre como identificar esse professor para denunciar o anonimamente então eu vou ler com vocês alguns é a lista de itens desse texto com agrado do treinador vejam bem então a definição deles do que seria a nação ideológica você pode estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor se dizia freqüentemente da matéria objeto e disciplina relacionados ao noticiário político internacional essa associação entre a matéria objeto a disciplina e a realidade da comunidade escolar na ilha de causar um suicida é absurda ela não tem fundamento algum princípio é educacional é nem colecionável você vincular a realidade dos alunos o contexto onde a escola realidade eles vivem com as com a discussão específica das disciplinas então essa é uma associação e esse é o primeiro critério para identificar o professor do senador se essa é a definição que eles apresentam acho que tem problematiza os conceitos que eles usam a nota indica livros publicações de autores identifica de nada corrente ideológica eu sempre o mesmo desafio eu queria que alguém me indicasse um livro que não é identificado com uma corrente teológica uma associação também já com as ciências humanas entre neutralidade ideologia como se houvessem coisas são neutras e outras ideológicas impõe a leitura então professor impondo professor representando 1 com criminoso que incita o ódio repito se essas são as idéias que estão sendo computados por esse movimento nós temos que pôr noite salas um segundo elemento então além de remover o caráter educacional da escola é um projeto que reduz a educação há uma relação de consumo miguel nagib o coordenador do movimento es.col.a sem partido que foi convidado hoje mas não veio é ele já disse numa audiência aconteceu recentemente chovesse o vídeo sair com áudio o nosso projeto e foi inspirado no código de defesa do consumidor o código de defesa do consumidor que ele intervém na relação entre é fornecedores e consumidores para proteger a parte mais que é o consumidor o tomador dos serviços que nós temos fornecedores da mesma maneira a proposta ela intervém na relação ensino aprendizagem é para proteger a parte mais fraca dessa relação que é o estudante leonardo boto é percebiam ele tenta não é que não tenha uma dimensão de prestação de serviço mas ele tenta reduzir a educação apenas a essa relação de consumo ea consequência princípio isso é a qualificação do professor enquanto um detentor de saberes profissionais que pode a intervenções pedagógicas de acordo com esse saber enfrentar qualquer problema que ele encontra em sala de aula mas nessa concepção o professor é um prestador de serviço e o consumidor tem sempre razão então o como se as famílias pudessem determinar o que vai ser discutido na escola o que é um equívoco e um curioso te ouvir a resposta de miguel nagib hoje pena que ele não veio ele insiste que os professores não podem discutir valores em sala de aula mas ele já foi articulista do instituto millenium e quando ele estava lá escreveu aqui a foto dele no site do instituto millenium na captura de tela quando estava lá escreveu um texto chama por uma escola que promove os valores do millennium curioso né será que são os valores necessários à transmissão do conhecimento quais são os valores sempre apresentam-se texto vinculada ao seu nome vou selecionar três propriedade

privada a responsabilidade individual e meritocracia eu pergunto esses são valores necessária para a construção do conhecimento em sala de aula ou nós temos aqui uma visão clara do que eles consideram um fenômeno educacional educacional não o projeto de escolarização porque eles retiram da escola o seu caráter educacional problematizar essas idéias um outro elemento desqualificação do professor que não tem o seu saber profissional reconhecido os membros do movimento es.col.a sim especialmente o coordenador vivem afirmando que nenhum pai então essa é uma fala do coordenador do movimento num aconteceu no abc entre aspas da globonews nenhum obrigado a confiar em um professor nenhum é o professor quando fecha a sala de aula é dono do espetáculo para que estão ouvindo aqui sentirem que seus filhos estão recebendo orientação moral que conflite com a educação moral que você vai dar em sua casa pode processar esse professor mateus pergunta os professores mas a princípio não devem confiar nos professores e eles não são detentores não saber profissional pra falar realizar sua atividade cotidiana em sala de aula que não se deve confiar nos professores eu não tô dizendo que essa confiança deve ser cega mas a gente deve confiar os professores que é um dado importante eu não vou mostrar esse vídeo aqui é uma fala do coordenador nas redes sociais valeu pessoal podemos ficar de fora desse debate afinal nós somos os consumidores dos serviços prestados pelos professores aliás um serviço na média de péssima qualidade essa é a forma como ele percebe a atuação dos professores um outro elemento então olhe os professores como já mencionei dentro das do site da escola sem partido eles tenham o que somos o que eles sobre o que é o movimento escola sem partido a escola sempre uma iniciativa conjunta de estudantes o grau de contaminação política ideológica nas escolas brasileiras em todos os níveis de ensino básico ao superior preste atenção nos termos utilizados contaminação ao conheça transmitir aos alunos uma visão crítica da realidade um exército organizado de militante travestido de professores vejam bem que o municipal dos professores e por fim mais amargo eles dizem que um pouco de longe só o melhor desinfetante como se tivesse algo a ser desinfetados a aula uma imagem que eles compartilharam então eles botaram a imagem de um vampiro com rua o grande um pensador como as escolas em que o que dizia a postagem conde grande chuva piro que vampiriza educação brasileira com a ajuda de paulo no externato freire pode estar com seus dias com um vampiro então professores são vampiros contaminação algo a ser desinfetado por fim um carrapato com uma estrela do pt pela proposta ela sempre pensa o fabuloso cap pela capa transmitir o parasita teológica educação brasileira então não é um pesquisador um historiador português chamado manuel loff especialista em fins do século 20 boa num dos seus textos publicados em portugal que a escola sem partido adota estratégias discursivas pistas essa estratégia deslizar os professores do óleo os professores também eles realizam utilização dos alunos eles percebem os alunos com figura absolutamente inca a vou mostrar pra vocês que eles são os alunos nas redes na sua página e aqui os representantes dos estudantes podem ficar bem chocados é então o que eles prestem atenção chapadinha escolas em partida que eles têm a dizer sobre o movimento estudantil um touro mecânico vazio é uma equipe que se diz movimento estudantil aliado histórico dos promotores doutrinação política ideológica nas escolas sua rebeldia juvenil está a serviço dos partidos de esquerda que nos bastidores controlam há décadas como operador do brinquedo ao lado então eu pergunto será que todo movimento tinha manipulado em continuar eles não podem ter iniciativa eu acho que isso é que é a maneira como eles percebem os alunos prestem e mais do que isso talvez o elemento mais grosseiro presente no site eles têm uma aba chamada síndrome de estocolmo então é uma imagem da banda fera síndromes tocou pra quem não lembra que elas indo no qual infecta a dos seqüestrados iap proporcionalmente ao seu captor seqüestrador então na capital eles os professores são seqüestradores intelectuais e usar um seriam as vítimas de seqüestro enquanto aluno defende o seu professor o contra uma acusação feita ele é porque ele estaria sofrendo de síndrome de estocolmo vejam bem com esse grupo percebe a relação entre o professor o aluno é de uma grosseria sem precedente eles começaram então a campanha não mexam com as nossas crianças meus filhos minhas regras e eu vou pular alguns elementos equipe que eu acho que já estourei meu tempo eu para concluir então só vou ver eu afirmo que o projeto escola sem partido especialmente nós acompanhamos a atuação do movimento escola sem partilham ameaça a uma educação democrática e plural para mostrar isso e para concluir eu vou é apresentar para vocês 3d não duas denúncias feitas pela escola sempre a primeira delas é computado pela página da escola sem partido um texto chamado de um blog chamado de olho no livro didático candomblé rum um livro didático 2016 do mec a página onde o tal do blog o blog de olho no livro didático coordenado por um dos defensores da escola sem partido é qual é a denúncia então preste muita atenção quando banda em livros didáticos 2016 do méxico ensino fundamental alunos de escolas públicas e privadas inclusive confessionais que estudarem com livros didáticos 2016 do mec para crianças de 6 a 10 anos serão doutrinado sistematicamente no candomblé e da umbanda se é que vocês podem acontecer acreditar que está acontecendo após o único que no que se baseia a denúncia na simples presença de uma

imagem como essa xangô deus do trovão da justiça o simples orixá é um machado de 29 anos chamado axé esse dado representa a justiça eu pergunto o que tem de doutrinação de candomblé e umbanda nessa presença do de um deus como xangô outros deus são representados a todo momento na lideira todos os materiais escolares e os apolo afrodite jesus cristo eles seriam deuses neutros e aí uma divindade um deus vinculada uma religiosidade afro brasileira seria um deus biológico não esquece limitar a algumas representações na escola que é uma delas outra via que eu conluo mec não desiste livros didáticos 2016 para crianças de 6 a 10 anos vêm com ideologia de gênero e é que vocês vão conhecer o que eles chamam da temível ideologia de gênero eles insistem é o termo ideologia de gênero é uma forma de desqualificar o debate gênero nas escolas tentando dizer que é discussão de gênero ser uma tentativa de atacar com a família tradicional então transformar os alunos gays e lésbicas não é isso e discutir gênero é mostrar como representações o que é ser homem e mulher são construídas historicamente tentar com igualdade de gênero homofobia transfobia machismo mas então vejam qual é a denúncia que sobre a ideologia de gênero nos livre de dar é que eles vêem isso é um exercício de múltipla escolha vejam os desenhos que três crianças fizeram para representa famílias e composta por apenas uma mãe com dois filhos inclusive essa fé é a família estatisticamente comum no brasil com apenas uma mãe logo uma outra falta com diferentes pertencimentos ético é as brancos negros todos juntos em uma mesma família e por fim um outro desenho de uma uma efetiva parecem duas mães com um filho a pergunta com base nos desenhos podemos dizer que o gabarito letra de a família são diferentes umas das outras onde é que está a tecnologia de gênero aqui no que isso é que poderia prejudicar um aluno simplício afirmativa de que existem diferentes modelos de família perceba que excluía algumas representações do material escolar representações vinculadas à cultura afro brasileira representações vinculadas a outros modelos de família então por isso insisto que o escola sem partido ameaça uma educação democrática e até porque do parecer da procuradoria geral da república mas tenho certeza que deborah duprat vai apresentar na sua fala então eu saí aqui um pra concluir um gostaria de um alerta os professores é essa essa maneira de representar só está sendo compartilhada esse movimento tem ganhado cada vez mais força e ele vive com uma verdadeira campanha de ódio voltar dos professores como a senadora já existem vários projetos para criminalizar a atuação dos professores os professores não se mobilizar para defender a sua profissão é nós temos muitas a meta ela então fica aqui é meu chapa mobilização na defesa da profissão e da educação a escola como espaço de educação sim de uma educação democrática obrigado [Aplausos].